



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 8ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2013

Presidência dos Deputados José Henrique, Rômulo Viegas e Doutor Wilson Batista e da Deputada Liza Prado

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013 e do Projeto de Lei nº 3.843/2013; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.685/2013; suspensão e reabertura da reunião; discurso do Deputado Carlos Henrique; questões de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Ulysses Gomes; registro de presença; discursos dos Deputados Bonifácio Mourão, Rogério Correia e Cabo Júlio; questão de ordem; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; apresentação das Emendas nºs 1 a 3; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Vanderlei Miranda e Cabo Júlio; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 2; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; solicitação do Deputado Vanderlei Miranda; leitura e votação da Emenda nº 3; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; declarações de voto; prorrogação da reunião; registro de presença; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

José Henrique - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bráulio Braz - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Carlos Pimenta - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Inácio Franco - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.



Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres e de requerimentos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 34/2013 e do Projeto de Lei nº 3.843/2013 (- À sanção.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.685/2013, do Governador do Estado, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações Fifa de 2013 e à Copa do Mundo Fifa de 2014 e dá outras providências. As Comissões de Combate ao Crack e de Esporte opinam pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Continua em discussão o projeto.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Carlos Henrique.

O Deputado Carlos Henrique* - Srs. Deputados, na verdade vamos dar sequência ao debate que se originou nesta Casa sobre a venda de bebidas nos estádios no período da Copa do Mundo, que será realizada também em Belo Horizonte. Ontem alguns Deputados não compreenderam principalmente a postura daqueles que se opõem à venda de bebidas nos estádios, não compreenderam a postura política desses Deputados. Compreenderam a postura religiosa, compreenderam a postura daqueles que professam sua fé, como a dos pastores, dos evangélicos e dos católicos inclusive. Ora é muito fácil a compreensão da posição dos Deputados que se opõem a esse artigo que permite a bebida nos estádios.

Defendemos naturalmente aquelas pessoas - grande parte da sociedade - que também são contra a venda de bebidas nos estádios. Pessoas que, de alguma forma, foram vítimas de violência nos estádios. Pessoas que, de alguma forma, se submeteram, assim como sua família, ao risco de violência nos estádios. Pessoas que consumiram bebidas alcoólicas nos estádios e, no seu retorno para casa, foram vítimas de acidentes de trânsito porque dirigiam seu veículo alcoolizadas. É uma incoerência muito grande aprovarmos o consumo do álcool nos estádios, para o cidadão que faz uso da bebida ir para casa dirigindo seu veículo, cair na Lei Seca e ter seu veículo e sua carteira apreendidos. Ele será um instrumento da violência, colocando em risco a vida de outras pessoas e não somente a sua.

Esse é um debate importante para nós. A decisão do ex-Presidente Lula, ao ceder a esse acordo, detona a soberania do País. Simplesmente a entregamos a um órgão que realiza eventos no mundo inteiro, atropela e passa por cima da legislação do nosso país. Alguém pode questionar: “Deputado Carlos Henrique, é só uma questão menor, pois é a liberação do álcool apenas no mês dos jogos da Copa”. Ora, não é uma questão somente de liberar a bebida nos jogos da Copa. O mal maior é o País fazer pouco caso de suas leis. O mal maior é criar uma legislação “ad hoc” para atender aos interesses de entidades e “lobbies” privados. Esse é o mal maior. O Brasil abdica de sua postura de nação. O Brasil abdica das legislações vigentes; atropelam-se leis municipais, leis estaduais, leis federais. Essa é a nossa postura. Eu, particularmente, fui eleito por 36 mil pessoas e, se perguntar sobre essa questão a essas pessoas que acreditaram no meu trabalho, que me disseram que eu seria a voz delas aqui, no Parlamento, teria unanimidade na resposta: “Deputado, nós não queremos que o senhor ajude a aprovar uma legislação como essa, ainda que seja num período curto”. Ora, senhoras e senhores, temos responsabilidades aqui. Ainda que tenha sido uma decisão tomada na esfera federal, temos o poder de legislar, somos agentes que elaboram leis, que fiscalizam atos do Executivo.

O poder do País é dividido entre Municípios, Estados e União, que legislam, e estamos aqui exercendo o nosso direito e obrigação de legislar sobre uma questão que é de interesse de grande parte da população brasileira. Estamos vivendo, no Brasil, um momento de



permissividade de práticas absurdas, que confrontam diretamente os interesses da família brasileira. E estamos aqui para defender esses interesses.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Entendo que temos hoje uma discussão diferenciada. Estamos preocupados com a segurança dentro do campo. A Copa do Mundo é um espetáculo à parte. Quem vive o futebol sabe disso. As famílias com poder aquisitivo estarão na Copa. V. Exa. fala das 36 mil pessoas que o acompanham, e tenho certeza de que elas são contra o álcool, como fui no primeiro projeto que apresentei a esta Casa, mas, certamente, elas não são contra os jogos da Copa do Mundo aqui.

O Deputado Carlos Henrique* - De forma alguma.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Entendemos que estamos aprovando aqui - e aí peço a V. Exa. para pensar a respeito disso - a bebida no estádio porque essa foi uma exigência da Fifa e um acordo feito com o patrocinador. Quem fala que não tem pode mostrar. A partir do momento em que foi feita essa exigência, esta Casa passou a ter de aprovar esse projeto dos jogos com cerveja na Copa do Mundo - e ressalto que não sou dono de fábrica de cervejas, ainda mais de fábrica de cerveja americana - e aprovar outro projeto, em caráter de urgência, nos próximos 15 dias, proibindo a venda de cerveja nos locais em que estarão os telões. Ora, pior do que a venda de cerveja nos estádios será a venda de cerveja na Praça Sete, onde estará um telão e um povão. Todos estarão bebendo e comendo nas barraquinhas, saindo de lá e brigando. Aí, sim, Deputado. Temos que proibir a venda de cerveja no entorno, onde estão as concentrações e os telões. Atualmente, já vemos propagandas nas televisões: "Assista aos jogos da Copa do Mundo no telão instalado em tal lugar".

V. Exa. tem de colocar na cabeça que teremos um espetáculo à parte a ser apresentado em Belo Horizonte, e deixaram bem claro que, se houver cerveja, haverá Copa, caso contrário, não haverá. Então, estamos aprovando aqui a realização dos jogos da Copa em Belo Horizonte. Gostaria que esta Casa discutisse a venda de cerveja em todo o entorno, onde haverá os telões. Logo após a Copa do Mundo, poderemos fazer uma grande discussão. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Henrique* - Nós nos submetemos à nossa consciência. A minha consciência tem nome e é o nome de 36 mil pessoas. E ela não me permite dormir em paz se for um dos agentes a promover a insegurança nos estádios, a intranquilidade do pai de família que quer levar seus filhos e esposa ao estádio com a certeza de que não colocará, de forma alguma, sua família em risco lá dentro e no trajeto de volta para casa. Minha consciência me obriga a pensar dessa forma.

O Deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Obrigado, Deputado. Gostaria que meus colegas entendessem a incoerência desse projeto. Primeiro, não estamos inventando a roda. Hoje já é proibido bebida em estádio. Tirar isso por quê? Vamos dizer que bebida e violência não têm relação? A relação entre bebida e violência é apenas no trânsito? Onde estamos? Em Madri, onde o transporte público funciona? Qual é a incoerência? O transporte público no Brasil não funciona. Estamos dizendo para o cidadão o seguinte: você pode ir para o estádio, pode beber, que eu vou ficar te esperando na esquina para te prender na Lei Seca. Pelo amor de Deus, não estamos preocupados com a saúde de ninguém, não estamos preocupados com a violência nos estádios: a nossa preocupação é financeira. A questão aqui é a Budweiser, a Brahma, a Antarctica, que vão deixar de investir milhões e bilhões. Essa é a verdade. Não interessa quantas pessoas vão morrer a caminho do estádio ou quantas pessoas vão brigar lá dentro. Não é essa a preocupação. A ideia é a seguinte: se morrer gente, não importa, entrando dinheiro!

O Deputado Carlos Henrique* - Dinheiro é o que importa.

O Deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Essa é a grande mensagem. Não estamos inventando a roda - bebida já é proibido -; estamos apenas suprimindo. Estamos dizendo para o mundo o seguinte: esqueçam tudo aquilo que pensamos, tudo que já é realidade neste país, tudo que já é realidade no Mineirão; esqueçam o que dissemos, o que achamos, os nossos argumentos contra a bebida nos estádios durante a Copa, pois, enquanto vocês estiverem esquecendo, vamos obter muito dinheiro.

Gostaria que aquelas pessoas que acham que não existe uma relação visitassem as pessoas que perdem entes queridos nessa combinação entre violência e álcool. Não é pecado querer que entrem divisas para o País, mas temos que ter no mínimo coerência. Esse projeto que permite a volta da bebida é no mínimo uma excrescência.

O Deputado Carlos Henrique* - É verdade, Deputado Cabo Júlio. Quando o governo federal, que meu partido apoia, diz que transfere a responsabilidade da segurança dos eventos para os Estados, ele coloca o seguinte: passo a batata quente para os Governadores; resolvam o problema da segurança pública; aumentem o seu contingente já deficiente de policiais.

Deputado Cabo Júlio, V. Exa., que é policial atuante, assim como o Deputado Sargento Rodrigues, que está aqui também, faça uma enquete com a Polícia Militar. Veja se a Polícia Militar aprova a venda de bebidas nos estádios. Que tipo de experiência eles têm em relação a isso? Quantas detenções já fizeram por conta de pessoas embriagadas que cometeram todo tipo de violência dentro e fora dos estádios?

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Nobre colega e companheiro de Bloco Deputado Carlos Henrique, essa discussão começou ontem e quero crer que vai se estender agora pela manhã. Precisamos deixar muito claro, Deputado Carlos Henrique - e V. Exa. está fazendo isso com muita competência -, que eu, V. Exa., os membros do Bloco que hoje atuam nesta Casa, que são o PMDB, o PT, o PCdoB e, de forma mais informal, o PRB de V. Exa., não somos contra a realização dos jogos tanto da Copa das Confederações quanto da Copa do Mundo em Minas Gerais.

Precisamos deixar isso muito claro para a população que agora está acompanhando este debate, esta discussão. É o que precisamos fazer nesta Casa, ou seja, discutir os projetos que aqui chegam, e não simplesmente, como diz o Deputado Sávio Souza Cruz, Líder de nosso Bloco, homologar projetos. É importante discutir os projetos e conscientizar a população, Deputado Carlos Henrique, de que não somos contra a realização dos jogos tanto da Copa das Confederações quanto da Copa do Mundo em Minas Gerais, como querem alguns que aqui vieram ao microfone nos imputar essa responsabilidade, faltando com a verdade. Estão dizendo que estamos querendo acabar com os jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo em Minas Gerais. Não é nada disso.

Aliás, Deputado Carlos Henrique, o que estamos discutindo aqui é uma gotinha d'água do oceano do tal acordo de que ontem tantos falaram aqui. Entretanto, ninguém mostrou o acordo, mas agora ele está em minhas mãos. Ontem à noite, a competente assessoria do bloco me enviou esse acordo, e quando cheguei em casa, tarde da noite, debrucei-me sobre o documento. São 55 páginas, e li tudo.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. está equivocado quando diz que foi a Fifa que exigiu, mas não há uma única exigência da Fifa aqui. Tudo o que há neste acordo é uma oferta do governo para a Fifa e para a realização, ou seja, a proposta de apoiar o evento sempre parte do governo, e aqui estão todos os compromissos de todos os Ministros da época. Aliás, hoje, nem todos esses Ministros são os mesmos.

Só para V. Exa. ter uma ideia, gostaria de ler uma parte desse acordo, que não é o que estamos discutindo, mas que para mim é uma loucura. Vejam o que diz o acordo. (- Lê:) “Concessão de poderes especiais aos oficiais locais que aplicam as leis para reforçar a proibição e zonas de exclusão mencionadas acima e permitir a eles entrar nas premissas sem mandado e buscar e deter qualquer pessoa suspeita - não comprovadamente tendo cometido crimes - em relação à violação, bem como eliminar ou destruir materiais usados ou criados para a violação”. Então, na verdade, quando discutimos aqui a questão da não liberação da bebida alcoólica nos estádios, estamos lidando com a gotinha d'água no oceano do acordo e das concessões.

Tenho certeza de que ontem a jornalista Raquel Faria não acompanhou os debates nesta Casa. Hoje, pela manhã, antes de vir para o trabalho, li a sua coluna, e a última fala dela na coluna tem o título de “Dona do Mundo”. Essa é a jornalista Raquel Faria. Imagino que alguém que esteja nos acompanhando neste momento provavelmente vai ligar para ela e dizer que o Deputado Vanderlei Miranda está se referindo ao que ela disse. Aliás, o que ela disse de fato merece ser destacado. Ela diz, Deputado Carlos Henrique. (- Lê:) “A Fifa proíbe Juizado de Menores em estádios, libera bebida alcoólica para torcedor, dá ordens ao governo, faz e acontece. Como todo país-sede da Copa, o Brasil está sob intervenção da Fifa. E pode? Ora, a Fifa pode quase tudo. Mobiliza mais que a ONU. Não há entidade mais poderosa. Se o mundo é redondo, ela é a dona da bola”.

A única correção que gostaria de fazer nas palavras da jornalista Raquel Faria é que ela diz que a Fifa libera. A Fifa não libera. O projeto está nesta Casa e é de responsabilidade dos Deputados e das Deputadas. Portanto, cabe a eles liberar ou não por meio do projeto. Não é a Fifa que libera, e quero crer que cada Deputado e Deputada vai votar de acordo com a sua consciência.

O Deputado Carlos Henrique* - Deputado Vanderlei Miranda, aqui há Deputados que são médicos, Deputados que vêm da classe esportiva e Deputados evangélicos e católicos. O que é mais importante em uma decisão como essa: os 5 anos de formação acadêmica de um médico e os seus 20 anos, 30 anos ou 40 anos de profissão? Temos a conversão de homens. Muitos deles usaram álcool, mas conseguiram libertar-se desse vício maldito, que destrói famílias. Há aqui esportistas que sabem que a porta de entrada para o uso de outros entorpecentes é o álcool. Ele é a porta de entrada para que jovens venham conhecer outros entorpecentes e fazer uso de outros tipos de drogas, como o “crack”. Essa é uma questão muito maior que recursos financeiros, uma questão muito maior que simplesmente desejar ter aqui jogos da Copa: é uma questão de tratarmos e cuidarmos das nossas famílias.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Permita-me concluir o aparte, Deputado, para que V. Exa. possa aproveitar bem o tempo final, pois outros oradores estão inscritos e também poderemos aparteará-los.

Quero concluir dizendo que o que estamos fazendo aqui não é uma discussão de oposição ao projeto que o Governador Anastasia enviou a esta Casa. Estamos fazendo oposição a uma proposta de retrocesso, porque, na verdade, o projeto que está nesta Casa, o PL nº 3.685, que trata da Lei Geral das Copas, pinçou exatamente todas as palavras que estão nesse acordo e que falam da permissão de comercialização de comidas e bebidas, mas parou aí. Ele não define que bebidas são essas. Entendo que suco, Deputado Carlos Henrique, é bebida; água mineral é bebida; refrigerante é bebida; cerveja é bebida; pinga é bebida; uísque é bebida. Então, não vou estranhar se amanhã, no Mineirão, os bares também servirem uísque, porque está dito apenas “bebidas”, de forma genérica. Ao apresentar uma emenda ao projeto, apenas acrescento uma expressão bem pequenininha, para definir a palavra “bebidas”. Esta é a minha emenda: “bebidas não alcoólicas”. É muito simples.

Deputado Carlos Henrique, a Maria Tereza vai gostar disto: acho que posso chamar a proposta do governo, o acordo do governo com a Fifa de “projeto Caracu”: a Fifa entra com a cara e o governo entra com o copo, já que estamos falando de bebida, e Caracu é uma bebida. O resumo que faço é esse. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Henrique* - Obrigado.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deputado Carlos Henrique, inicialmente gostaria de agradecer o aparte e colocar um posicionamento diferente. O contexto não é discutir agressividade e violência associadas a uso e abuso de álcool. Se hoje o álcool é permitido em todos os outros estabelecimentos, como em parques de exposições - e já fui médico em parques de exposições - e onde as pessoas bebem durante todo o dia e se envolvem também em violência; se o álcool é permitido em carreatas após os jogos, em bares, restaurantes e praças e é o responsável pela violência, deveria ser proibido em todos os locais. Por que proibir o álcool exatamente em 90 minutos de um jogo, dentro de um estádio onde existe segurança e a preocupação com o jogo? Existe sim a preocupação de o álcool aumentar a violência, mas isso acontece de forma genérica, em todos os lugares, e não apenas em 90 minutos de um jogo.

Inviabilizar a Copa do Mundo em Belo Horizonte, em Minas Gerais é um absurdo. Serão realizados somente três jogos. A Copa do Mundo é um evento internacional, e não apenas um campeonato mineiro; envolve o mundo todo. Temos de obedecer aos acordos já estabelecidos para que a Copa do Mundo seja no Brasil; temos de respeitar as diretrizes impostas a todos os países que querem ser palco de uma Copa do Mundo, mas não podemos, em Minas Gerais, inviabilizar os jogos, após todos os investimentos, por questões de haver ou não álcool durante os 90 minutos de jogo. Após o jogo, o álcool estará liberado em todos os lugares.

Dizer que a pessoa bebe e vai dirigir não justifica, pois ela pode beber no restaurante e sair dirigindo; ela pode beber no parque de exposição ou num “show” e sair dirigindo. As pessoas bebem, e não há nenhum estudo que comprove que, após a suspensão do álcool, tenha havido redução da violência. Muitas pessoas envolvidas em violência não beberam sequer uma gota, enquanto outras beberam e não se envolveram em violência. Os próprios jogadores não bebem e brigam no campo. Não podemos dizer que toda violência que ocorre em campo de futebol decorre do uso de álcool e que eliminá-lo eliminará a violência nos jogos. Precisamos é de segurança e de controle.



Inviabilizar a Copa do Mundo após investimentos feitos em Minas Gerais é um absurdo. Deputados estão utilizando discursos simplesmente demagógicos, pois sabem que a maioria das pessoas condena o álcool em qualquer situação, e não somente em jogos de futebol.

O Deputado Carlos Henrique* - Obrigado, Deputado Doutor Wilson Batista. Encerro as minhas palavras com muita tranquilidade. De fato estamos absolutamente tranquilos e convictos de que, ao adotarmos essa postura, promoveremos o bem para milhares de pessoas. Não tenho sombra de dúvida de que as famílias mineiras e os nossos jovens que vão aos estádios para assistir ao espetáculo de futebol, com defesas maravilhosas, como a do goleiro Vítor, que ficou para a história do futebol mineiro e brasileiro, terão a tranquilidade e a convicção de que não estarão expostos a nenhum tipo de risco e insegurança. Não se trata de questão de partido A, B, ou C, mas da convicção de cada um.

Questões de Ordem

O Deputado Carlos Henrique - Encerro as minhas palavras, pedindo a verificação de quórum, Sr. Presidente.

O Deputado Lafayette de Andrada - Peço recomposição, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

A Sra. Secretária (Deputada Luzia Ferreira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Rômulo Viegas) - Responderam à chamada 41 Deputados. Portanto, há quórum para continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o Deputado Ulysses Gomes.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste e que nos acompanha, estamos tendo a oportunidade de discutir um importante assunto que vem à tona em vários Estados brasileiros, em função da Copa do Mundo e, especificamente, em relação à Lei Geral da Copa e sua regulamentação em cada um dos Estados. Tenho acompanhado o pronunciamento dos Deputados a favor ou contra, suas ponderações, os porquês nas Comissões e, de forma constante, no Plenário.

Não poderia deixar de registrar alguns comentários aqui apresentados, que, no meu entendimento, são injustos e minimizam algo da dimensão da Copa do Mundo. De forma muito particular, não tenho dúvida de que o tema é muito polêmico, e nos restringimos à questão específica da bebida alcoólica. Quero cumprimentar o nosso Deputado Doutor Wilson Batista, que fez uma consideração muito pertinente, tentando sair da questão única da venda de bebida alcoólica nos estádios. Não tenho dúvida alguma de que foi um avanço para o Brasil a restrição da venda de bebida alcoólica nos estádios. Queria ser muito coerente. De forma particular, não tenho dúvida de que a lei que hoje predomina no País - na verdade, não é uma lei, mas um TAC feito pelo governo e o Ministério Público - tem sido importante. Quero deixar registrado que houve avanço, e a população se acostumou a isso. Quem hoje vai ao estádio quer assistir aos jogos.

Mas há algumas diferenças em relação à Copa do Mundo, algumas peculiaridades, por exemplo, no que diz respeito às disputas. Existem disputas nos estádios entre as torcidas, no calor do jogo, no desejo de vencer. Por trás da história dos times e das torcidas, pode-se afirmar que o acesso à bebida alcoólica tende muito a agravar essa disputa. Mas não acredito que a disputa hoje existente entre as torcidas, independentemente do estádio onde ocorra o jogo, vá acontecer na Copa do Mundo, quando pessoas de vários países, turistas, estarão ali não para assistirem aos jogos do seu país, simplesmente, mas aos da Copa do Mundo. Como brasileiro, quero ter a oportunidade de assistir a um jogo da Copa. Se não conseguir ingresso para um jogo do Brasil, quero assistir a outro. Não critico o confronto, o enfrentamento entre as torcidas no Brasil. Considero natural as pessoas, no calor da disputa, perderem um pouco a cabeça, o que pode ser complicado com o acesso a bebida alcoólica. O Brasil avançou em relação a isso.

Não podemos nos esquecer de que há 10 anos, quando se iniciou o processo de pleitear a realização da Copa do Mundo no Brasil, não era proibido o consumo de bebida alcoólica nos estádios. Então não se pode restringi-lo agora, dizendo que o Presidente, na época, foi culpado e aceitou esse acordo. O acordo foi feito há anos. Vimos aqui um debate acalorado, legítimo, em razão do problema, do risco, da preocupação com o que a venda de bebida alcoólica nos estádios pode gerar, o que é legítimo.

Não posso deixar de registrar o que vi aqui ontem. Quero registrar, nominalmente, o nosso Deputado João Leite, que quis minimizar e transferir a responsabilidade de algo importante para o País, com que tantos políticos, lideranças e setor privado sonharam: a possibilidade de o Brasil receber eventos da magnitude da Copa do Mundo, da Copa das Confederações e das Olimpíadas. Na época, eu não era Deputado, mas, se alguém subisse nesta tribuna há 10 anos e falasse que o País desejaria e sonhava em sediar eventos dessa magnitude, seria chamado de maluco. "Esse cara é doido. O Brasil não tem condição de fazer isso." E ninguém do nosso bloco ou do Partido dos Trabalhadores se vangloriou nem pediu um troféu pela conquista dessa questão política.

Ontem vimos o Deputado João Leite, que deve estar angustiado, mordido, arrependido, por não acreditar que o País tinha condições de receber tantos eventos, querer restringir, dizendo que o ex-Presidente Lula foi irresponsável, que a Presidenta Dilma não teve coragem, que transferiu a responsabilidade para os Estados. Que bom! Por que não cada Estado discutir os seus problemas? Por que não? De acordo com a lógica do Deputado João Leite, devemos assumir essa responsabilidade e mudar, proibindo a ingestão de bebidas alcoólicas aqui? Se isso acontecer, será que a Copa do Mundo virá a Belo Horizonte?

Ao longo de praticamente dois anos e meio de mandato, desde o início, no primeiro ano, tive a oportunidade de participar de vários debates relacionados à Copa do Mundo. Foi impressionante tudo que vi. Quando ainda era membro da Comissão de Turismo, e em conjunto com a Comissão de Esporte e outras Comissões, andamos pelo nosso Estado, visitamos várias cidades que tinham interesse em sediar eventos da Copa do Mundo. Estive com o Deputado Bosco em Araxá, Extrema, Varginha e várias outras cidades. Percebemos o interesse dos Municípios de ser aquilo que alguns chamavam de subsede da Copa do Mundo, mas, na verdade, é um centro de treinamento que receberá seleção de outro país que participará da Copa, percebendo o quanto seria importante para o desenvolvimento do Município receber um país que participará da Copa do Mundo. Verificamos, nesta Casa, que havia vários Municípios com esse interesse, na perspectiva de participar da Copa das Confederações, da Copa do Mundo, enfim, dos benefícios que a Copa do Mundo pode trazer para o Brasil.



Quero registrar: aí daquele que há 10 anos levantasse essa bandeira no Município, para ser centro de treinamento! Aí daquele que levantasse essa bandeira no Estado visando receber jogos da Copa do Mundo! Aí do País, se levantasse a bandeira de sede da Copa do Mundo, da Copa das Confederações e das Olimpíadas!

Quero registrar meu posicionamento, que também é do nosso Bloco, e a insatisfação por ouvir posicionamentos tão baixos, tão pequenos, da forma como o Deputado João Leite quis fazer, visando a minimizar este debate. Não quero aqui ficar polemizando, quero realmente compartilhar das ponderações, porque é pequeno demais ver um debate como aquele, segundo o qual o ex-Presidente Lula, ou a Presidenta Dilma, ou o PT, ou o PMDB, como ele disse categoricamente, não tiveram coragem nem capacidade. Foi este governo, Deputado João Leite, governo da Presidenta Dilma, do Presidente Lula, do PT, pelo qual V. Exa. manifesta tamanho preconceito e insatisfação, que foi capaz de fazer com que este País se transformasse na referência mundial que é hoje para receber a Copa do Mundo, a Copa das Confederações e as Olimpíadas. É este país, que tantos achavam ser incapaz até de erguer os estádios, que hoje possui belíssimos estádios - e teremos ainda outros capazes de receber outros jogos da Copa do Mundo.

É evidente que ainda enfrentamos problemas na infraestrutura aeroportuária do País, mas isso já se ampliou e vai se ampliar ainda mais até 2014. Os governos federal, estadual e municipal estão trabalhando para isso. No caso de Belo Horizonte, que vai receber alguns jogos, a cidade têm trabalhado para isso. É óbvio que não daremos conta de chegar àquilo com que sonhávamos, ou seja, a totalidade das soluções dos problemas, Deputado Alencar da Silveira Jr., mas estamos dando conta de nos prepararmos para algo tão grande, em que tantos não acreditavam.

Se o Deputado João Leite foi capaz de minimizar, de ser tão baixo e dizer o que disse deste governo, quero fazer justiça aqui e parabenizar o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nosso mais recente cidadão mineiro: parabéns por sua ousadia e por sua capacidade de elevar o Brasil à altura a que V. Exa. o elevou.

Não queremos travar o debate na linha do Deputado João Leite. Sabemos que discutir a Copa do Mundo é importante para Minas Gerais; levantar a bandeira, como inúmeros Deputados estão fazendo, preocupando-se com a venda de bebidas alcoólicas, é algo legítimo, coerente e merece a nossa preocupação e a nossa fiscalização, para que, durante esse período, tudo ocorra tranquilamente. Acredito que, com a nossa aprovação, as bebidas alcoólicas serão vendidas, e temos de fiscalizar para verificar as consequências daquilo que estamos aqui aprovando.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Apenas acho que é ruim a ausência do Deputado João Leite, embora não tenha procuração para defendê-lo. Creio que ele deveria estar aqui e acho que V. Exa. poderia aguardar a sua presença...

O Deputado Ulysses Gomes* - Não tem problema, não. Ele não nos deixou falar ontem. Ele falou, bateu e saiu correndo.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Não tenho procuração para defender o Deputado João Leite. Estou aqui para apresentar a minha posição. Estamos discutindo uma Copa do Mundo. Alguns Deputados ficaram bravos, dizendo que não se pode vender bebida alcoólica, mas gostaria que esta Casa acompanhasse os Deputados Vanderlei Miranda, Cabo Júlio e outros que são contra a venda de bebidas na Copa das Confederações e na Copa do Mundo; gostaria que tivesse peito para isso.

Fui o primeiro Deputado que apresentou um projeto proibindo a venda de cerveja nos estádios de futebol, porque, naquele momento, não tínhamos segurança, os estádios não haviam sofrido reformas. Hoje temos estádios modernos e podemos perfeitamente exigir o que é feito no Primeiro Mundo: as pessoas não adentrem as arquibancadas com copos de bebidas, e não só alcoólicas, mas também refrigerantes. Se quiserem beber, que o façam em frente ao bar. Em todos os estádios que visitamos, no mundo inteiro, há televisões em frente aos bares, para os que querem beber, continuam a assistir ao jogo. Portanto, existem regras. Hoje temos essas condições, pois os nossos estádios de futebol são modernos. O Mineirão é perfeitamente capaz de permitir a venda de cerveja atualmente, e Copa do Mundo é um novo espetáculo.

Lembro aos Deputados Cabo Júlio e Vanderlei Miranda que pior que vender cerveja nos estádios de futebol, que são fiscalizados, auditados, é fazê-lo nas concentrações. Teremos telões na Savassi, e haverá barraquinhas vendendo cervejas, vodca, caipirinha etc. Será que numa concentração maior, na Savassi, na Praça da Estação, no Barreiro, onde haverá telões, a violência não será maior? E quando isso ocorrer, perguntarei aos Deputados que brigaram contra a cerveja no Mineirão, por que não fizeram nada contra a cerveja nessas aglomerações. Será que nas cidades do interior, onde também haverá telões, não existirá violência? Precisamos de fiscalização, de uma presença muito maior da polícia nessas concentrações, onde o número de pessoas será maior que o de torcedores no Mineirão.

Acho que a Assembleia tem de discutir a venda de bebidas nos estádios de Minas Gerais após a Copa, porque, se houver modernidade durante esse evento, poderá existir também após. E fica a sugestão - e já há projeto nesta Casa - de que possamos vender cerveja nos primeiros minutos ou no primeiro tempo do jogo de futebol e fechar os bares, como ocorre no Primeiro Mundo, em vários estádios, nos 45 minutos finais. Começou o segundo tempo, bares fechados, ninguém bebe mais.

Por quê? Quem está ali bebeu antes, está comemorando, está bêbado, vamos dizer - ninguém fica bêbado em 45 minutos -, terá o tempo de recuperação das condições de saúde para ir embora para casa. Quero lembrar que nós temos de discutir com seriedade a venda de bebidas nos estádios pós-Copa do Mundo. Obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, Deputado.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Serei breve. Deputado Ulysses, não tenho procuração do Deputado João Leite. Ele está ausente porque está participando de uma audiência pública como Presidente da Comissão de Segurança Pública, que está agora em reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos. O que ele disse ontem, de forma exaltada, era que a discussão que estamos fazendo aqui deveria acontecer em nível nacional, e comungo com o pensamento dele. O ex-Presidente Lula pleiteou junto à Fifa que o Brasil fosse sede da Copa. Quando votou a Lei Geral da Copa, o Congresso Nacional deveria ter disciplinado esse ponto. É a opinião dele e é a minha também, mas não quero polemizar.

Já que o governo federal jogou a discussão para os Estados, repito o que disse ontem: o Brasil pleiteou ser sede. Copa do Mundo é um evento privado, como o é o Rock in Rio, o Axé Brasil. Mas é um evento privado de proporções internacionais; é um grande evento privado. O governo brasileiro pleiteou à Fifa: queremos ser sede, o Brasil é o país do futebol, a seleção brasileira é a pátria de



chuteiras, queremos ser sede da Copa do Mundo. A Fifa, que é a empresa privada dona do evento respondeu: Não me oponho a fazer no Brasil. Para mim, é uma grande alegria, desde que algumas condições sejam observadas, entre elas a venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Naquela época - é importante lembrar - não havia ainda o TAC que hoje existe em Belo Horizonte, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas no Mineirão. Pois bem, o Brasil concorreu com outros países e venceu, mostrou que é capaz de realizar um evento dessa proporção. Agora está definido: o Brasil será sede da Copa do Mundo e da Copa das Confederações. Entre os estádios onde haverá jogos estão o Mineirão, o Maracanã, o Mané Garrincha, em Brasília, o do Rio Grande do Sul, a nova arena construída em Recife e a de Salvador. Ótimo! Já que o Brasil será a sede, Minas Gerais ofereceu um dos estádios, o Mineirão. O que estamos a votar aqui agora é: o Mineirão será sede de jogos da Copa ou não? A condição que a Fifa impôs era esta: aceite fazer o evento no seu país, desde que você aceite que haja venda de bebidas alcoólicas. Se resolvermos impedir, amanhã chegará um telegrama muito elegante da Fifa para o governo de Minas e para o consórcio Minas Arena informando: o Mineirão não me interessa, muito obrigado. O Brasil terá mais sedes que o número que a Fifa desejava, por questões turísticas; por exemplo, incluiu Mato Grosso e o Amazonas. Para a Fifa, não há nenhuma dificuldade em eliminar um estádio. Na hora em que a Assembleia de Minas disser que o Mineirão não terá bebidas alcoólicas, ela também estará dizendo que o Mineirão não terá Copa do Mundo. É isso.

V. Exa. acabou de dizer que viajou com outros Deputados para várias cidades que pretendiam ser sub-sedes. Veja que todos nós, o povo mineiro, o povo brasileiro, queremos a Copa do Mundo. E nós, Deputados da Assembleia Legislativa, vamos dizer: Mineirão, não. E esse será o resultado. Se nós impedirmos a venda de bebidas alcoólicas no Mineirão, durante a Copa do Mundo e a Copa das Confederações, o estádio não será sede. No dia seguinte, telegrama gentil da Fifa: governo de Minas, muito obrigado. Prazer em conhecer. O Mineirão não nos interessa. E aí os quatro jogos que aconteceriam no Mineirão serão redistribuídos, um para o Maracanã, um para Brasília, um para Recife, outro para o Rio Grande do Sul, e Belo Horizonte não terá Copa do Mundo.

Essa é a conclusão da votação que faremos daqui a pouco. Portanto, Deputado Ulysses Gomes, não estamos discutindo a venda de bebida alcoólica nos estádios. Eu, pessoalmente, sou contrário. Mas é um evento que o Brasil pleiteou e agora tem que cumprir com o que foi combinado. A questão que vamos votar é se queremos ou não o Mineirão na Copa do Mundo. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, Deputado Lafayette de Andrada. V. Exa. resume bem o que está acontecendo. A frase que fica é que o Brasil é capaz. É importante ouvir isso de uma liderança do governo; é importante ouvir quanto o País é capaz de receber isso, o que mostra o reconhecimento de V. Exa., como Líder de base do governo nesta Casa, de quanto o País está preparado, apesar das dificuldades que ainda enfrentamos, para receber esses importantes eventos.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Ulysses Gomes. É público e notório que não nutro tanto apreço nem admiração pelo ex-Presidente; porém, tenho que me render neste momento e dizer que ele foi um craque em marcar um gol em favor do Brasil, que foi trazer a Copa do Mundo para cá. E, juntamente desse título - assim posso dizer -, vêm as regras naturais da vida. Nós, cidadãos, estamos sujeitos a direitos e deveres e, naquele momento, quando o Brasil pleiteou e conquistou o direito de sediar a Copa do Mundo, todos eram sabedores das regras impostas pela Fifa. Então, todos sabíamos que, tendo no Brasil ou não a prática da venda ou a proibição da bebida alcoólica, para esse evento se teria de abrir uma exceção. Temos de estar convictos da magnitude da importância transcendental desse evento, não só pelo seu legado, que devemos cobrar, mas nesse caso específico, seria rasgar todo o dinheiro até o momento empreendido nas ações que envolvem a Copa do Mundo.

Corroborando as palavras do Deputado Lafayette de Andrada, que me antecedeu, vamos definir é se Belo Horizonte será sede ou não da Copa, porque, como diz um comentarista da televisão, a regra é clara nesse caso. Se aprovarmos o que o Congresso deveria ter decidido, mas que de forma covarde mandou para os Estados, vamos ter a Copa do Mundo em Belo Horizonte.

Concluindo, quero dizer que é um preconceito dizer que somente o torcedor de futebol briga bebendo cerveja. Então, o torcedor de basquete é educado, o de voleibol é educado e quem assiste a um "show" é educado. Somente o torcedor de futebol não é educado. Isso é um absurdo. Sou a favor da venda de bebida alcoólica na Copa do Mundo e de uma futura discussão para os outros eventos do calendário nacional. Muito obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes* - Muito obrigado, Deputado Fred Costa. Acho importante registrar que um governo como os do Presidente Lula e da Presidente Dilma, que têm a ousadia e a coragem de pleitear, trabalhar e trazer para cá um evento como esse, não pode ser chamado de covarde. A covardia é daqueles que não tiveram a coragem de enfrentar o debate, de preparar o País. O Deputado tem as suas posições, mas o governo, em nenhum momento, foi covarde. Ao contrário, ele foi ousado, foi corajoso, foi determinado e capaz, como disse o Líder da base do governo. Aliás, foi muito capaz por trazer um evento dessa magnitude. Covarde não é esse governo, mas talvez outros que não tiveram a capacidade, a ousadia e a coragem de fazer isso. Esse teve e fez muito bem.

Tenho pouco tempo e ainda preciso terminar meu raciocínio. Se V. Exa. me permite, tenho que terminar meu raciocínio. Vou conceder aparte à Deputada Luzia. Mas há mais um inscrito, Deputado. Gostaria que o senhor me deixasse encerrar.

A Deputada Luzia Ferreira (em aparte) - Deputado, gostaria de agregar um argumento à fala daqueles que estão se manifestando contrariamente à bebida: não estamos discutindo a bebida de modo geral. Essa é uma grande polêmica, e teríamos convergências e divergências sobre o assunto de maneira geral. Estamos discutindo um fato extraordinário. A última Copa aconteceu há 60 anos no Brasil. Talvez esperemos mais uns 100 anos pela próxima. Estamos tratando disso. Se formos discutir essa excepcionalidade como uma questão geral de avaliação e juízo de valor de cada um, sobre bebida e o que ela impacta na vida de cada um, não vamos nos entender aqui, porque essa é outra discussão. É bom focarmos no que está sendo discutido. Acabei de saber que são três ou quatro jogos.

Deputado Ulisses, fui ao Mineirão recentemente assistir a dois grandes "shows": um do Elton John e outro do Paul McCartney. O Mineirão estava lotado, venderam bebida e não vi nenhum incidente, nem na chegada, nem no estádio, nem na saída. Não podemos achar também que, se as pessoas beberem, haverá uma guerra civil aqui. Eu estou citando esse caso que aconteceu neste ano. O Mineirão estava lotado, eram 60 mil pessoas, e víamos alegria, pessoas se confraternizando com emoção, a mesma emoção que um jogo de futebol proporciona às pessoas, como a grande paixão nacional. Quero dizer às pessoas para focarmos nessa

excepcionalidade, e não fazemos aqui uma discussão sobre o malefício da bebida, do álcool, das drogas, do tabaco de modo geral. Esse tema gera uma grande discussão, esta Casa inclusive tem debatido muito isso. Gostaria de fazer um apelo para que tratemos essa questão com o foco que ela tem.

O Deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, Deputada. Quero agradecer a todos os Deputados que me apartearam. Eu gostaria de aprofundar-me em outros assuntos, mas, obviamente, com todos os apartes feitos, fiquei prejudicado no meu objetivo. Quero pedir a compreensão do Presidente para encerrar.

Nesse debate todo - tenho participado de alguns debates em comissões -, quem está na contramão desse processo em que o País discute o esporte, seja na lógica do futebol, a partir da Copa das Confederações e da Copa do Mundo ou na perspectiva das Olimpíadas, seja do ponto de vista da prevenção, de investirmos desde cedo nas nossas crianças para que o esporte seja uma prática do dia a dia, seja algo “enculturado” na vida das pessoas, é o Estado de Minas Gerais, que está vivendo um grande problema com os professores de Educação Física. Dentro do tema esporte - Copa do Mundo e Olimpíadas -, é importantíssimo registrar que falta investimento na educação, que não há valorização dos profissionais de educação e, de forma muito particular, o que o Estado está fazendo com os nossos profissionais de educação física. Estão tirando o direito desses profissionais e, vou além, o direito de nossas crianças e nossos adolescentes terem na escola, desde o início, um profissional preparado e capaz de oferecer uma aula de educação física bem planejada por um professor formado na área.

Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, quando falamos em esporte e no conteúdo geral desse tema, temos que ir além, e não só vemos o problema que a bebida pode gerar. Mas, quem sabe, com uma boa prática de educação física nas escolas; com uma boa orientação; com a valorização dos nossos profissionais, que terão mais tempo e condição para planejar suas aulas; e com uma estrutura melhor nas escolas para os nossos alunos, faremos com que a prática do esporte seja algo do dia a dia na vida das crianças e dos jovens adolescentes, que, então, perceberão o quanto a bebida não é benéfica para essa prática e, desde cedo, terão consciência de que não devem beber. Ou seja, poderemos discutir mais do que o que estamos discutindo hoje; poderemos discutir sobre prevenção lá no início. O investimento na educação, na valorização dos nossos profissionais, na garantia do direito das nossas crianças, jovens e adolescentes, numa educação de qualidade para o nosso Estado é muito importante. Faço esse registro porque essa será uma bandeira nossa.

Apresentaremos um projeto de lei para revogar a Resolução nº 2.253, principalmente no seu art. 4º, que está retirando esse direito das nossas crianças e dos nossos profissionais de Educação Física do Estado. Hoje teremos uma assembleia do Sind-UTE, com grande mobilização dos profissionais de educação de todo o nosso Estado, que discutirão a falta de valorização do profissional e a falta de investimento na educação. Registro o nosso apoio ao movimento e aproveito a oportunidade para cumprimentar os amigos e companheiros professores da minha querida cidade de Itajubá, que já estão aqui de prontidão para participar da assembleia dos professores no início da tarde. Parabéns a esses guerreiros professores que ainda acreditam que, com a sua vida e a sua dedicação, o seu empenho e o seu trabalho, farão da educação do nosso Estado um grande sucesso. Espero contar com o apoio dos Deputados para, além do debate que travamos hoje, discutirmos a prevenção, o incentivo, o apoio e a valorização dos nossos profissionais e um investimento maior na educação ao tratarmos de esporte. Tenho certeza de que avançaremos no nosso Estado revogando o que a Secretaria de Estado tem feito na educação de Minas Gerais. Muito obrigado.

Registro de Presença

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Wilson Batista) - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Vereador Manoel Carvalho, da Câmara Municipal de Muriaé. Com a palavra, para discutir, o Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, queremos manifestar o nosso apoio à aprovação desse projeto de iniciativa do governo do Estado de Minas Gerais, que não veio aqui por acaso, mas sim obedecendo a um acordo feito em 2007 pelo então Presidente Lula com a Federação Internacional de Futebol. Esse acordo, com certeza, passa por um entendimento de liberação de tudo o que será comercializado durante os jogos da Copa, incluindo-se bebida alcoólica. Esse acordo foi assinado pelo Presidente da República, por quatro Ministros e vinte Governadores de Estados brasileiros, inclusive pelo Governador do Estado de Minas Gerais, à época Aécio Neves.

Ouvimos diversos oradores que se manifestaram sobre a questão. Respeitamos os direitos e os argumentos de todos esses oradores, mas a discussão se prende a uma questão muito simples. Conforme já acentuaram alguns Deputados, a discussão se prende, em resumo, à ocorrência ou não dos jogos da Copa do Mundo no Estádio Governador Magalhães Pinto, nosso Mineirão.

Se nós, aqui na Assembleia Legislativa, decidirmos pela proibição da venda de bebida alcoólica durante os jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, poderemos impedir a realização desses jogos no Mineirão. E nisso precisamos medir a nossa responsabilidade como Deputados Estaduais, pois os outros seis Estados brasileiros em que precisava haver a votação liberando a bebida, todos já votaram. E quais são eles? São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará e Pernambuco. Com Minas Gerais, completamos sete, e todos já decidiram essa questão.

Estamos a exatamente 10 dias da abertura dos jogos da Copa das Confederações. Está em nossas mãos a decisão de permitir ou não que se cumpra o acordo feito com a Fifa pelo Presidente da República e por 20 Governadores brasileiros, entre os quais o de Minas Gerais. Aqui, não estamos discutindo o nome do Presidente da República ou do Governador de Minas; não estamos discutindo se foi o Lula, como Presidente, que assinou pelo Brasil, ou se foi Aécio Neves, como Governador, que assinou por Minas Gerais; aqui neste Plenário estamos discutindo que o governo federal e o do Estado de Minas Gerais assinaram um compromisso com a Fifa e que os outros Estados brasileiros que deveriam cumprir tal compromisso e efetuar a votação do acordo já o fizeram, já o aprovaram, já o cumpriram.

Quando se fala que, ao se liberar a bebida, mesmo que em jogos da Copa, comete-se um erro muito grande, precisamos lembrar o que dispõe não só o Estatuto do Torcedor, mas também a Lei Geral da Copa. O Estatuto do Torcedor, em seu art. 13, proíbe a bebida nos estádios de futebol. Já a Lei Geral da Copa, de 2012, suspende a vigência desse artigo para se cumprir o acordo feito entre o nosso



país, os nossos Estados e a Federação Internacional de Futebol. Ressalto: suspende-se a vigência. Terminados os jogos da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, continua a proibição de venda de bebidas nos estádios.

Então, queremos resumir as nossas palavras numa questão muito simples: ou votaremos coerentemente com o acordo feito em nome do nosso país - e assinado pelo Governador do nosso Estado - entre a Federação Internacional de Futebol e 20 Estados brasileiros, acordo esse já sacramentado em votação de todos os outros Estados aqui citados; ou votaremos pela proibição da bebida, inclusive nos jogos, e romperemos o acordo. Assim, seremos os responsáveis - quem sabe - por não haver jogos no Mineirão.

E é preciso levar em consideração, Deputado Gustavo Valadares - e, com muito prazer, concederei aparte a V. Exa. -, os investimentos já feitos no Mineirão, cujo valor aproximado é de R\$700.000.000,00, e em toda a infraestrutura de acesso ao ele, assim como em Confins e em outras áreas relativas aos jogos em Minas Gerais.

Já temos definidos os jogos para o Mineirão, mas possivelmente haverá outros, porque alguns estádios ainda não estão prontos e talvez não fiquem a tempo, então esses jogos podem vir para Minas Gerais. Será que o povo de Minas Gerais não deseja que eles se realizem aqui no Mineirão? Aí é que está. Não temos que olhar a responsabilidade individual de cada um dos nossos Deputados com nossos eleitores diretamente. Aqui somos uma Assembleia Legislativa que se chama Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e, por isso, temos que olhar os interesses maiores do povo do nosso Estado. Essa é a nossa posição. Se não votarmos nos termos a que se propõe esse projeto, estaremos, com certeza, impedindo que os jogos se realizem no Mineirão; estaremos contra a vontade da imensa maioria do povo do nosso Estado.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Bonifácio Mourão, serei bastante breve e tenho certeza de que V. Exa. também não tomará os 20 minutos restantes. Falaremos em muito menos tempo que isso. V. Exa. foi muito claro e muito objetivo e elencou todas as razões - que ao meu ver são óbvias - para aprovarmos esse projeto, sob o risco - e V. Exa. já deixou isso bem claro - de Minas não participar da realização desses jogos.

Minas foi o Estado que mais fez, pioneiro na entrega do estádio pronto para as Copas das Confederações e do Mundo. Aliás, o Estado e a Capital são os que mais obras de infraestrutura estão fazendo para deixá-las como legado para a sua população, depois da realização da Copa do Mundo, em especial na área da mobilidade urbana. Estão sendo investidos mais de dois ou três bilhões na construção das linhas do BRT da Av. Cristiano Machado, da Av. Antônio Carlos até a Av. Pedro I e até o entroncamento com a Av. Cristiano Machado e outras obras. No setor hoteleiro Belo Horizonte era das Capitais do Brasil que mais sofria com o déficit de quartos para receber os turistas que aqui vinham por diversas razões. Há apenas um hotel cinco estrelas numa cidade com mais de dois milhões de habitantes. Estamos trazendo muitos investidores para o setor hoteleiro de Belo Horizonte, com vistas às Copas das Confederações e do Mundo, os quais estão construindo mais de duas dezenas de hotéis nos quatro cantos da nossa cidade. Vejam, Deputadas e Deputados, a responsabilidade que temos em nossas mãos. Se formos contra o acordo firmado, como V. Exa. bem disse, entre 20 Governadores de Estado e o Presidente da República, na ocasião em que o Brasil se colocou como pré-candidato a sediar a Copa do Mundo de 2014, estamos correndo um risco.

Tenho certeza de que a maioria dos estudantes da nossa Capital, para não dizer a totalidade, está ansiosa por ver aqui em Belo Horizonte o movimento da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, o movimento de turistas ingleses, franceses, portugueses, espanhóis, japoneses - que ontem conseguiram assegurar sua vaga para a Copa de 2014 - argentinos, uruguaios, equatorianos, bolivianos, colombianos, todos apaixonados pelo futebol. Nossa juventude está ansiosa para fazer um intercâmbio com esses turistas que aqui virão. E temos a responsabilidade de confirmar esses dois grandes eventos. Para isso precisamos referendar o acordo feito lá atrás. V. Exa. bem disse que todos os Estados já o confirmaram; apenas Minas não o confirmou. Tenho certeza de que os Deputados e as Deputadas terão a sensibilidade de reconhecer que aqui não estamos julgando a questão da bebida nos estádios em Campeonato Brasileiro ou em Campeonato Mineiro e, daqui para a frente, em todos os eventos que ocorrerem nos estádios. Tenho minha posição pessoal a respeito disso, mas não vou defendê-la aqui e agora, porque o que está em jogo na verdade é a realização de duas Copas; o que está em jogo na verdade foi a palavra dada pelo nosso Estado e pelo nosso país junto ao órgão organizador das duas Copas, a das Confederações e a do Mundo.

Então conclamo as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados a aprovar esse projeto para o bem de Minas e do Brasil. Obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Não podemos utilizar o nosso discurso para efeito de obstrução. E não vamos obstruir.

Muito obrigado, Presidente, Deputado José Henrique. Só para encerrar as minhas palavras, quero fazer um apelo a todos os Deputados. Vamos votar e aprovar. Aliás, esse é o apelo do Governador Antonio Augusto Anastasia, que tem feito um trabalho muito grande para que os mineiros possam ver todos os jogos que competem ao Mineirão. Ao mesmo tempo, quero dizer a todos os Deputados que se preocupam com a abertura da venda de bebidas alcoólicas nos estádios que é preciso recordar que isso só acontecerá durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. O Estatuto do Torcedor proíbe a venda de bebidas alcoólicas em todos os estádios brasileiros. Assim, terminadas as copas, a proibição continuará. A nossa responsabilidade é muito grande. Juntos precisamos referendar, cumprir o acordo feito pela Presidência da República e pelo governo do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Só um pequeno aparte. Não desejo empurrar mais a votação porque estamos correndo contra o relógio. Na verdade, estamos quase às vésperas do início dos jogos, e o Estado de Minas ainda não se pronunciou como outros Estados o fizeram.

É importante que as pessoas entendam que se trata de uma excepcionalidade. É um evento mundial, e a Fifa fez um acordo com o governo brasileiro e com os governos estaduais, isto é, uma condição para que Minas Gerais pudesse se habilitar a receber os jogos da Copa do Mundo. É um evento que vai mexer com o mundo todo.

Deputado Rogério Correia, conversei com algumas pessoas ligadas à área de hotelaria, bares e restaurantes, e elas estão mapeando a Pampulha, toda aquela região no entorno do Mineirão. Foram localizados 181 pontos que pretendem criar eventos antes dos jogos e depois dos jogos. Muitos turistas não irão para o Mineirão de carro, mas de "van" ou de ônibus, e terão esses locais para se



alimentarem e tomar uma cervejinha. Será um encontro de nações da Europa e de vários outros países. Provavelmente, após assistirem ao jogo no Mineirão, esses turistas voltarão para esses locais. Então, na verdade, tudo isso já está sendo organizado.

Até certo ponto, seria uma hipocrisia passarmos por cima de tudo isso ou fecharmos os olhos para a liberação da venda de bebidas alcoólicas. Se isso acontecer, correremos o risco de Minas Gerais não sediar os jogos. O Governador sabe que o momento é importante. Não se trata de um momento apenas esportivo, mas também socioeconômico para o nosso Estado, já que os jogos vão acontecer em Minas Gerais. Aliás, não só jogos, mas também vários eventos durante toda a Copa do Mundo. Entendemos a importância e a excepcionalidade desses eventos para Minas Gerais e por isso não pretendemos frustrar o povo mineiro, o povo da Região Metropolitana, de sediar os grandes jogos e os eventos das Copas. Essa discussão é normal, sabemos que precisa haver um contraponto.

No final desta discussão toda, com certeza, teremos a nossa responsabilidade e votaremos para que a Copa do Mundo e os seus jogos aconteçam em Minas Gerais. Parabéns.

O Deputado Bonifácio Mourão - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Leonardo Moreira (em aparte) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia e alunos que participam desta reunião plenária, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Deputado Bonifácio Mourão pelas falas preciosas e precisas neste debate. Cumprimento V. Exa. pela condução dos trabalhos, como Líder do Governo nesta Casa, e o Governador Antonio Anastasia por ter também capacitado Minas Gerais a ser uma das primeiras sedes da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. Quero dizer, Deputado Bonifácio Mourão, que, há mais de uma década, V. Exa. tem sido um grande Líder na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em se tratando das causas do governo que trazem progresso e prosperidade.

Fiquei atento nestes dias, observando este debate. Também fiquei um pouco atônito e confuso porque a questão da bebida alcoólica, do alcoolismo, é de saúde pública. Em que pese a opinião pessoal de cada um sobre haver ou não bebida alcoólica em jogos de futebol, na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, neste momento estamos discutindo se Minas Gerais quer ou não a Copa das Confederações e a Copa do Mundo. Não estamos discutindo se bebida faz bem ou mal. Isso é uma opinião pessoal de cada um. No caso, há uma exigência internacional para que esse evento aconteça no nosso Estado. É motivo de muita disputa trazer um evento como esse para o nosso Estado. Já pensou, Deputado Bonifácio Mourão, como ficarão, depois de toda a luta do Governador Antonio Anastasia e de inúmeros pares desta Casa que defendem o povo brasileiro, os mineiros e as mineiras que querem ter a alegria da Copa das Confederações e da Copa do Mundo? Serão tolhidos por causa de uma exigência que, diga-se de passagem, é internacional e nada tem a ver, como disse V. Exa. tão brilhantemente, com o previsto na legislação vigente. Essa é uma situação casual e específica justamente para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Encerrarei, Líder do Governo, parabenizando V. Exa. por suas palavras e pela forma de conduzir os trabalhos. Quero dizer aos Deputados e Deputadas que vamos sim trazer essa alegria para o nosso Estado de Minas Gerais, vamos aprovar esse projeto que o Governador Antonio Anastasia, com muito carinho, enviou a esta Casa e não vamos fazer essa confusão na discussão desse projeto. Não está sendo discutido se bebida alcoólica faz bem ou mal, mas se Minas Gerais vai querer ser sede da Copa das Confederações e da Copa do Mundo; se vamos proporcionar alegria aos mineiros, às mineiras e aos jovens; e se a Assembleia Legislativa, por parte, diga-se de passagem, de uma minoria, vai tolher do povo mineiro e do Estado de Minas Gerais essa conquista. Por isso solicito o encaminhamento favorável e urgente para a aprovação desse projeto de lei, pois Minas Gerais se configura como um dos últimos Estados a aprovar essa legislação. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Muito obrigado, Deputado Leonardo Moreira.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - O Deputado Gustavo Valadares perguntou: "Alencar, você vai falar de novo?". Estamos aqui expondo nossa posição, e o Deputado Glaycon Franco se posicionou da mesma forma. A posição é uma só: houve modernização, e vamos vender cerveja e bebidas na Copa do Mundo. Os camarotes foram feitos. Se pode antes, não poderá depois. Temos de discutir isso. Visitamos estádios do mundo inteiro e vimos que isso acontece em todo lugar.

Deixo mais uma vez a minha opinião a V. Exa. como Líder do Governo. Temos de trazer essa discussão para a Casa. Temos estádios modernos e condições para conversar e discutir. Temos de deixar isso bem claro, pois deve servir para todo o mundo. A bebida alcoólica deve ser permitida somente nos primeiros 45 minutos, no primeiro tempo; do meio para lá, não deve ser mais.

O pior é que vemos hoje que a pessoa fica bebendo antes de entrar no estádio. A pessoa já entra de fogo, pois fica bebendo até o último minuto antes de entrar no estádio de futebol. Ela fica bebendo do lado de fora, no entorno. Se temos de proibir no interior, o que fazer em relação ao entorno? O que está acontecendo é isso.

Essa discussão tem de ser feita nesta Casa. O torcedor mineiro mudou e se educou. Há modernidade nos estádios de futebol, até no estádio do melhor time de Minas Gerais, que é o meu América. Lembro a V. Exas. que, no Independência, quando foi proibida a venda de cerveja, nos jogos do América ela era permitida; continuamos vendendo porque o torcedor era educado. A educação do torcedor mudou. Vejam o que acontece hoje.

Aproveito a oportunidade para cumprimentar os meus conterrâneos de Itabirito que visitam esta Casa hoje. Desejo a todos uma boa estadia. Itabirito também está preparada para ser subsede da Copa do Mundo no próximo ano. A população da minha cidade de Itabirito realmente sabe receber. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Obrigado, Deputado Alencar da Silveira Jr. Com muito prazer, concedo aparte ao craque Deputado Marques Abreu, que, com certeza, com muita autoridade, falará sobre o assunto.

O Deputado Marques Abreu (em aparte) - Obrigado pelo aparte. Bom dia, colegas Deputados. Estive muito atento à sua explanação, que acima de tudo, foi muito didática e de fácil compreensão. Como ex-atleta, é claro, sou totalmente contra a bebida no estádio. Todos já conhecem a minha opinião a esse respeito. Mas, muito além disso, trata-se de uma Copa do Mundo. Como milhares de sul-americanos, ansiamos pela Copa do Mundo aqui no quintal da nossa casa, então eu não poderia deixar de ser favorável ao projeto do nosso Governador. É importantíssimo que ele seja votado hoje, para deixarmos essa questão para trás, pois, daqui a duas semanas, a



Copa já estará aqui. Seria um retrocesso voltarmos e não votarmos esse projeto, que dará a possibilidade de esta geração viver uma Copa em nosso continente. Gerações passaram sem essa oportunidade.

O José Ferreira foi muito feliz em sua exposição ao dizer que a nossa última Copa foi realizada há 63 anos. No continente, a última foi realizada há 35 anos, na Argentina. A chance está em nossas mãos. Portanto, votaremos favoravelmente ao projeto para que a Copa aconteça e seja um sucesso. Não temos dúvidas disso. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Obrigado, Deputado Marques Abreu.

O Deputado Glaycon Franco (em aparte) - Obrigado, nosso Líder Deputado Bonifácio Mourão. Saúdo os jovens que estão presentes e os colegas Deputados. Como o Deputado Marques Abreu, fui relator desse projeto pela Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e de Outras Drogas. O Deputado Marques Abreu foi o relator pela Comissão de Esporte. Como médico, estou nessa luta para que as bebidas alcoólicas entrem na mesma política adotada no combate ao cigarro. Em nossa população, hoje apenas 17% das pessoas são tabagistas, ao passo que, nas décadas passadas, esse percentual chegava a 35%.

Como disse muito bem S. Exa., nosso Líder Deputado Lafayette de Andrada, essa foi a condição "sine qua non" para que tivéssemos a Copa aqui no Brasil. Essa discussão teria de ter sido feita no Congresso. Infelizmente, ela foi repassada aos Estados, e o povo mineiro não pode ficar sem os jogos, não pode pagar esse preço. Tenho certeza de que o povo mineiro dará exemplo e haverá grandes jogos.

Temos de nos preocupar de fato com a infraestrutura prometida pelo governo federal, que, infelizmente, anda a passos lentos. Isso é um entrave para que a Copa das Confederações aconteça, quiçá a Copa do Mundo, haja vista as nossas rodovias federais, que estão num estado lastimável. Essa questão, que é também de saúde pública, tem de ser debatida nesta Casa, haja vista que, na BR-040, pela qual tráfego sempre para a minha querida Conselheiro Lafaiete, acontecem inúmeros acidentes.

O governo federal prometeu as melhorias, mas nem as obras emergenciais começaram. A discussão que tem de ser feita é a questão dos aeroportos. Com certeza, o povo mineiro vai dar o exemplo. Como relator, tivemos a preocupação, juntamente com o governo do Estado, de colocar esse tema lá. Serão feitas campanhas publicitárias mostrando a incompatibilidade da bebida alcoólica com direção. Sabemos que hoje a cada cinco acidentes um ocorre em decorrência da bebida alcoólica. Tenho certeza de que o Estado de Minas, por intermédio do nosso querido Governador, vai dar um exemplo de segurança, e esse será um grande evento para o povo mineiro, que merece. Muito obrigado.

O Deputado Bonifácio Mourão - Obrigado, Deputado Glaycon Franco. Para terminar, queremos dizer às Deputadas e aos Deputados que estamos discutindo aqui o mérito, quando, na verdade, não podemos sair da preliminar. A preliminar é o compromisso feito pela Presidência da República com a Federação Internacional de Futebol. Naquela época, em que o Presidente fez o compromisso e o Governador de Minas, juntamente com outros 19, somando 20, e mais quatro Ministros, assinaram, o Congresso Nacional teve oportunidades e mais oportunidades de discutir. Agora, não. Agora, é uma questão de fato e de direito, o compromisso está assinado pelas autoridades competentes. Já estamos no mérito da questão para dizer se a bebida deve ou não ser liberada. O fundamental é saber se a Assembleia de Minas vai ou não referendar o compromisso feito pela Presidência da República com a Federação Internacional de Futebol; se ela vai contribuir para que o País falte com a sua palavra, falte com o seu compromisso com a Federação Internacional de Futebol. Essa é a questão. Agora, depois de realizadas essas disputas da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, volta a proibição sem que o Brasil passe pela vergonha de romper o compromisso com a Federação Internacional de Futebol. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputadas e Deputados, companheiros das galerias que nos visitam, bom dia. Estavam presentes, fazendo-nos uma visita, os nossos estudantes de Itabirito, a terra do nosso querido Alencar da Silveira Jr., e também de Piranguinho, a terra do pé de moleque mais gostoso do mundo.

Sr. Presidente, inscrevi-me para fazer a discussão no 2º turno do projeto do Governador do Estado que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014, mas, antes de iniciar as minhas observações a respeito do projeto, vou conceder aparte ao Deputado Fábio Cherem para que ele faça suas considerações preliminares.

O Deputado Fábio Cherem (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Hoje, a Assembleia de Minas tem a oportunidade de referendar o País como um país sério. Pela sua imagem e pelo seu trabalho ao longo do tempo, hoje o Brasil faz parte do circuito mundial da competição mais importante do futebol. Brevemente, em 2016, sediará as Olimpíadas.

É importante que o Brasil seja visto no circuito mundial como um país sério. Não se pode firmar compromissos de forma errática, em zigue-zague. Ou o País aceita as regras do evento internacional que vai receber ou o que podemos fazer? Como vamos construir a imagem de que o nosso país é sério, estável se, ao longo do processo, depois de decididas as regras no seu início, volta-se a discutir questões que foram aceitas de plano? A Assembleia de Minas, ao defender o projeto encaminhado a esta Casa pelo Governador, tem a oportunidade de demonstrar aos mineiros e ao mundo que o País aceita as regras que foram impostas para sediar eventos internacionais importantes, como a Copa do Mundo, a Copa das Confederações e as Olimpíadas de 2016. É essa a nossa posição. Obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Fábio Cherem. Quero dar minha opinião e tentar convencer os Deputados da minha posição sobre esse projeto de lei, que diz respeito às normas que vamos ter em Minas Gerais para a Copa das Confederações da Fifa 2013, a Copa do Mundo da Fifa 2014 e as Olimpíadas de 2016. A importância da realização da Copa das Confederações, da Copa do Mundo e das Olimpíadas é um consenso no Brasil, não apenas entre nós, Deputados, mas no Brasil como um todo. Há muito o País queria que a Copa do Mundo, a Copa das Confederações e as Olimpíadas viessem para cá.

Em primeiro lugar, é preciso mencionar a importância dessa conquista do Brasil. Evidentemente, ao falar sobre essa conquista do Brasil, ou seja, trazer a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, devemos homenagear o ex-Presidente Lula, aliás cidadão mineiro, porque recebeu desta Casa, com muito carinho, o título de cidadão mineiro. Uma das coisas que o Lula fez foi nos deixar esse legado de respeitabilidade internacional que o Brasil tem. Hoje, o nosso país é respeitado internacionalmente sob todos os



pontos de vista. Por isso, com a respeitabilidade que tem, pôde concorrer e ganhar, trazer esses eventos para cá. A partir de uma posição política muito firme do governo do Presidente Lula, vieram para cá a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Sr. Presidente, muitos pessimistas achavam que era impossível realizar uma Copa do Mundo no Brasil. Lembro-me de editoriais de jornais - que sempre apostam contra o Brasil e aos quais a Presidenta Dilma chama de pessimistas de plantão - dizerem que os estádios não ficariam prontos, que o Brasil não teria uma Copa digna, que nós não tínhamos condições de realizar uma Copa do Mundo à altura do que o mundo merecia. Os pessimistas de plantão, aqueles que têm espírito de cachorro vira-lata, de achar que o nosso país e o nosso povo não podem fazer o que de melhor se pode ter no mundo ficaram azarando o Brasil. Alguns torciam contra. Outros torcem contra até hoje. Diziam: "A Copa do Mundo será um fracasso. Os estádios não ficarão prontos, as rodovias não ficarão prontas." Até hoje, algumas aves agourentas acham que o Brasil não vai conseguir fazer uma Copa do Mundo maravilhosa.

Estou com a Presidenta Dilma, com o Presidente Lula, com a base do governo da Presidenta Dilma e com a base do governo do Presidente Lula, apostando que vamos ter uma das Copas mais bonitas e fantásticas a que o nosso planeta já assistiu. O Brasil, o povo mineiro e o povo brasileiro vão estar preparados para a realização desse evento. O mundo vai orgulhar-se do fato de o Brasil haver sediado essa Copa. Então, em primeiro lugar, quero enaltecer e parabenizar o Presidente Lula pela coragem, e, repito, firmeza política em trazer para cá a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Se o Brasil não tivesse o atual grau de respeitabilidade no cenário internacional, isso não seria possível. Outros Presidentes não conseguiram, exatamente porque o Brasil não estava pronto. O País está pronto e está dando demonstrações de que fará uma grande Copa. Os que torciam contra perderam. Tomara que o Brasil possa exercer um bom futebol e ganhar as Copas das Confederações e do Mundo. A vitória de trazer as Copas para cá o Brasil já conseguiu, e o Presidente Lula foi fundamental. Não ele sozinho, mas o governo dele e os Governadores de Estado, que também apostaram no sentido positivo da realização de uma Copa do Mundo. O Brasil, portanto, sai vitorioso nessa questão.

Isso me coloca obrigatoriamente na posição de votar favoravelmente ao projeto de lei, porque, se queremos a Copa, temos que adaptar o conjunto de leis. Meu voto, coerente ao que tenho dito, é favorável ao projeto de lei no sentido de que aprovemos a realização da Copa em Minas Gerais, com regras de convívio que devem existir entre os países para a realização de algo específico no Estado de Minas Gerais e no Brasil. Acordos são necessários para trazer ao País o que ele deseja. Deixo claro esse posicionamento.

Algumas polêmicas estão postas, entre elas a das bebidas alcoólicas. Tenho uma posição tranquila e favorável a diversos temas que às vezes são polêmicos, os chamados temas malditos. Não tenho problemas em me posicionar. Sou contra a proibição geral de venda de bebidas alcoólicas, a não ser evidentemente para menores. Sou a favor da descriminalização das drogas. Sou contra o tráfico, mas sou a favor da descriminalização, porque o problema das drogas não será resolvido com a prisão dos usuários, pois é uma questão de saúde pública. Não tenho preconceito em relação a esses temas nem faço qualquer defesa, pois não considero ser uma questão moral e ética, mas sim de saúde pública, de política, de entendimento.

Sou também um frequentador assíduo de campos de futebol, desde a minha infância. Morava no Carlos Prates e, muitas vezes, ainda com menos de 12 anos, ia assistir aos jogos de futebol. O Deputado José Henrique foi meu vizinho no Carlos Prates e sabe disso. Sempre fui muito esportista, frequentador de campos de futebol, de arquibancadas. Frequentei o Mineirão anos e anos da minha vida; então, tenho um posicionamento com respeito à venda de bebidas alcoólicas. Depois que foi proibida, sou testemunha de como o convívio dentro dos estádios melhorou. Vanderlei, nisso você tem razão: melhorou e melhorou muito. A violência diminuiu, as rugas diminuíram, as brigas e os conflitos diminuíram. Isso, evidentemente, melhora muito para quem vai ao estádio assistir ao futebol. Estou convencido de que essa é uma regra que veio e deve permanecer: a proibição de venda de bebida alcoólica nos campos de futebol. Estou convicto de que essa proibição deve ser mantida. O jogo de futebol, o espetáculo, que já é de conflitos no bom sentido, entre adversários, e que envolve torcidas, pode levar a uma radicalização do convívio no interior do estádio, o que, muitas vezes, leva a brigas e confusões. Às vezes, pessoas que nada têm a ver com a discussão ficam feridas e machucadas por causa de irresponsabilidade e uso em excesso de bebidas alcoólicas. Já vimos, várias vezes, crianças e mulheres que frequentam estádios sendo prejudicadas com isso; logo, deve ser evitada. Hoje sou favorável a que se evite a bebida alcoólica nos campos de futebol. Nesse sentido, votarei favoravelmente à manutenção dessa restrição por esse motivo exposto em relação às bebidas alcoólicas no campo de futebol, assim como evidentemente elas também não combinam com a direção de automóveis. A Lei Seca também deve permanecer com toda a sua radicalidade.

Se o motorista bebeu, deve, sim, pagar multa grande e até perder a carteira. Quem faz uso de bebida alcoólica e dirige coloca em risco a vida dos outros. Evidentemente, sou favorável a que se libere a venda de bebida alcoólica, mas, em determinados locais, porque é prejudicial e deve sofrer restrições, como a venda de bebida alcoólica a menores e para quem vai dirigir. Estou convencido de que não se deve vender bebida alcoólica nos estádios. Gostaria de fazer essa ressalva, mas, evidentemente, sou favorável ao projeto de lei para que sejam realizadas a Copa do Mundo e a Copa das Confederações em Minas Gerais.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia. Fiz uso desse microfone ontem várias vezes e tenho procurado não ser repetitivo, embora o foco seja a questão da liberação ou não da venda de bebida alcoólica nos estádios. Quero dizer a V. Exa. e aos que nos acompanham das suas casas e dos seus ambientes de trabalho espalhados pela nossa querida Minas Gerais que o Mineirão foi inaugurado em 1965. Comecei a frequentá-lo em 1966, ou seja, um ano após a sua inauguração. Tenho muita saudade do tempo em que, sem dinheiro, íamos ao Mineirão a pé, pela estrada velha de Engenho Nogueira. Naquele tempo, não existia o Carlos Luz nem o anel rodoviário. A antiga BR transformou-se no anel rodoviário, que tem de ser chamado de anel "mortoviário", devido ao perigo a que estamos expostos ao transitarmos por ele. Sou de um tempo em que papai juntava todos os seus filhos, o meu tio e os meus primos, e íamos a pé pela estrada velha de Engenho Nogueira, atravessávamos o Lar Dom Orioni e saímos na entrada do Mineirão. Que tempo gostoso era aquele! A torcida ia ao estádio para se alegrar, para torcer. Não havia violência. As charangas do Júlio e do Aldair Pinto animavam as torcidas, enfim, era uma festa maravilhosa, com as crianças no estádio. Mas, em determinado tempo, as famílias desapareceram do Mineirão, os pais não levavam mais os seus filhos até lá. Eu



mesmo passei muitos anos sem ir ao Mineirão, porque começou uma cultura de violência no País, que não está restrita apenas aos estádios. Lamentavelmente, hoje vivemos um clima de insegurança e violência terríveis.

Deputado Rogério Correia, sou e serei sempre contra qualquer tipo de permissão de uso de qualquer substância que possa alterar a capacidade de raciocínio das pessoas e até mesmo de se autodominar. Hoje o padrão Fifa para os estádios não prevê mais os fossos que separam o torcedor do campo. Agora o que separa o torcedor do campo é um muro de meio metro, e a Fifa não permite polícia no campo. Vou lembrar, mais uma vez, o companheiro Antônio Júlio, hoje Prefeito de Pará de Minas. Espero que não tenha de dizer isso mais uma vez, Deputado Rogério Correia. Creio que estamos discutindo aqui hoje - alguns ainda não perceberam - que aí está uma tragédia anunciada, sem querer fazer terrorismo, como fazem alguns, dizendo que os Deputados não querem a Copa do Mundo em Minas Gerais. Não é nada disso. Frequento o Mineirão há mais tempo do que muitos aqui têm de idade. Alguns que aqui estão nasceram muito depois da inauguração do Mineirão. Querem agora transferir para nós o ônus, dizendo que não queremos os jogos da Copa em Minas, que a Fifa não vai realizar os jogos aqui se a venda de bebida não for liberada, que a indústria de cerveja investe US\$4.000.000.000,00 em patrocínio.

Não estou aqui discutindo a frieza do mercantilismo, do capitalismo. O que estou discutindo e continuarei a discutir nesta Casa, pois é minha responsabilidade, já que quase 66 mil pessoas, o que é um Mineirão lotado, votaram em mim e esperam essa minha postura; e não vou fugir à responsabilidade de fazer o contraditório, de me colocar contra a liberação da bebida no estádio. V. Exa. bem disse, e os índices mostram que a violência diminuiu nos estádios. As crianças voltaram ao estádio, as famílias voltaram ao estádio. Não vou aceitar e ficar ouvindo Deputados usando estes microfones para dizer que não queremos os jogos das Copas das Confederações e do Mundo aqui, em Minas Gerais. Pelo contrário, queremos, sim, torcemos para isso. O evento é importante, e a Fifa, para fazer isso, fez exigências absurdas em relação aos campos. Mas foram dadas a ela regalias que nenhum brasileiro tem: isenção de pagamento de impostos, não fiscalização dos membros dos comitês e das equipes que virão ao Brasil; conversão imediata para as moedas, seja euro, seja dólar, seja o marco alemão - conversão sem nenhum ônus, sem importar qual o volume da conversão, e esse dinheiro vai embora depois. Dão o argumento de que ficará um legado de construções. "O.k.", maravilha! Vamos ficar com estádios fantásticos, maravilhosos, mas há de se questionar como fica a nossa segurança.

Deputado Rogério Correia, estou preocupado com a segurança, com os meus filhos, com os filhos dos meus queridos mineiros. Se alguém quer e gosta de tomar cerveja, não tenho nada com isso. Os Estados Unidos têm um modelo que considero perfeitamente aplicável ao Brasil. Deputado Rogério Correia, há bebida na NBA, só que é liberada apenas nos últimos 15 minutos do jogo. Terminado o jogo, a partir das 10 horas da noite, nenhum bar pode vender bebida alcoólica. Nós, lamentavelmente, copiamos e importamos tanta coisa ruim de vários países, inclusive dos Estados Unidos, e, às vezes, ignoramos as boas ideias.

Quero deixar bem claro que nossa discussão não tem cunho religioso. Esta discussão não é se haverá ou não jogos das Copas das Confederações e do Mundo aqui, em Minas Gerais, porque isso já está definido. Os jogos acontecerão, sim. O que não acredito é que a Fifa deixe de realizar um jogo aqui, porque não tem a bebida no estádio. Mas alguns aqui já estão até falando em nome da Fifa. Já estão até cancelando os jogos que ocorrerão aqui, tanto da Copa das Confederações, quanto da Copa do Mundo. Estão falando pela Fifa, há procuradores da Fifa aqui. Deputado Rogério Correia, já estão cancelando os jogos, e a culpa é sua, a culpa é minha, a culpa é nossa, pois estamos fazendo este debate aqui, aliás, coisa que esta Casa não faz. Há muito tempo esta Casa não debate e não discute absolutamente nada. Como bem disse o Deputado Sávio Souza Cruz, repetindo o que foi dito ontem, deveria ser mudado o nome de Assembleia Legislativa para Assembleia homologativa, porque os projetos chegam aqui e são aprovados.

Alguém citou que o Brasil é conhecido como a pátria da chuteira ou das chuteiras, mas o Brasil agora está sendo conhecido como a pátria de joelhos diante de uma instituição que se considera acima de todo e qualquer poder, sendo capaz de interferir até na soberania dos povos. Isso é inadmissível, e não podemos aceitar. Obrigado pelo aparte, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Corroboro as palavras de V. Exa., lembrando que a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas já são uma realidade no Brasil. Quem nisso não acreditava não éramos nós, eram os que acham que o Brasil não dava conta do recado. Felizmente - repito - o Presidente Lula, com a credibilidade que o Brasil tem no exterior, a partir do seu governo, teve a firme posição de trazer a Copa para cá, e isso já é um grande ganho. Então, precisamos aprovar o projeto hoje ainda, a fim de referendar essa posição aqui, em Minas Gerais.

Além disso, comunico outro ponto importante para o esporte mineiro e para o Brasil nos cenários nacional e internacional. Apresentei uma proposta de concessão do título de Cidadão Honorário ao Ronaldinho Gaúcho, o que foi prontamente aceito e publicado pelo governo do Estado. Agradeço ao Governador Antonio Anastasia a compreensão da importância desse título, o que fortalece o esporte como elemento essencial na vida das pessoas.

Sr. Presidente, além das questões que estamos discutindo, relativas às Copas do Mundo e das Confederações, gostaria de situar dois assuntos e, logo após, concederei aparte aos Deputados Duílio de Castro e Zé Maia. São dois assuntos importantes, que devem ser pauta do nosso debate e da nossa preocupação no dia de hoje, que é o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia de luta a favor da questão ambiental. Tenho duas preocupações, em Minas Gerais, que gostaria de relatar. Uma se refere ao problema da mineração e o meio ambiente. Ontem, li nos jornais que o Prefeito de Brumadinho havia feito um decreto transformando a Serra da Moeda em bem imaterial, no sentido da sua preservação, e o próprio Prefeito o desfez. Estou de posse de um projeto de lei que transforma a Serra da Moeda em bem imaterial e, dessa forma, não permite a exploração de minério nela por questões ambientais, de flora e de fauna. É uma serra de grande importância turística e ambiental para a região metropolitana, inclusive do ponto de vista climático. Ainda em relação à questão do meio ambiente, Minas Gerais ganhou, mais uma vez, o título de campeã do desmatamento da mata atlântica. Os Estados do Paraná e de Minas foram os campeões de desmatamento neste ano, sendo que 50% do montante total são responsabilidade do nosso Estado. Solicitamos aos órgãos ambientais de Minas que tenham mais cuidado com a mata atlântica. Do ano passado para este, houve um aumento de 70% de desmatamento em Minas Gerais - um dado muito triste, que temos a lamentar.

Minha segunda preocupação é que hoje teremos uma assembleia de professores na porta desta Casa. Os professores anunciam novamente um ciclo grevista, repetindo-se as mesmas reivindicações feitas no governo Anastasia e não atendidas, a não ser nas



propagandas. São propagandas em que queríamos morar, mas moramos em Minas, e não nas propagandas do governo. Os professores estarão hoje, na porta da Assembleia Legislativa, novamente com a mesma pauta de reivindicações. É outro problema que nos preocupa.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Estou acompanhando atentamente a discussão do Projeto de Lei nº 3.685, que nada mais é que a convalidação de um acordo feito pelo governo federal, que deveria ter sido discutido anteriormente.

Acertou muito o ex-Presidente Lula quando trouxe esse evento para cá, pois certamente países do mundo inteiro o queriam, e o Brasil terá a oportunidade de sediá-lo. Ele trará muitos recursos para o País, principalmente por causa do turismo. Vai gerar emprego, renda, qualidade de vida, o que é muito importante. Mas esse acordo aprovado pelo governo federal por lei já deveria incluir a autorização para a venda de bebida alcoólica nos estádios. Isso evitaria que acontecesse o que está havendo em Minas Gerais, que é o último Estado a convalidar o acordo brasileiro. A credibilidade do Brasil está em jogo.

Segundo ponto, Deputado: é muito incoerente falar-se em proibir a venda de bebida alcoólica no estádio quando ela acontece nos bares do entorno, a um quarteirão dali ou mais para baixo. Presenciei isso quando tive oportunidade de estar no jogo do Brasil no Mineirão. Pessoas na orla da lagoa estavam enchendo o “pandu”, se assim podemos falar, e entrando bêbadas no estádio. Isso aconteceu de fato. Se querem que não haja bebida alcoólica no estádio, há que se estabelecer no Estado e no País que, no dia de jogo da Copa, não pode haver venda de bebida, como acontece no dia das eleições. A incoerência está nisso. Ou então coloquem o bafômetro dentro do estádio e digam que não pode entrar nessa situação, que a lei seca tem de prevalecer. Não adianta proibir dentro do estádio e abrir mão no entorno, onde as pessoas agem da mesma maneira.

O alcoolismo é considerado uma doença grave pelo SUS, a bebida pode ser prejudicial à saúde. Precisamos discutir o problema, ela gera violência. Constatamos isso nos bairros da nossa cidade, principalmente quando há bebida em excesso. O que estamos discutindo aqui desde ontem é a convalidação de um acordo que o País celebrou em nível nacional, e deveria ter deixado claro lá atrás o que poderia acontecer no evento. E não jogar o problema para os Estados, causando essa polêmica nas vésperas de um evento tão grande, como a Copa das Confederações. E virá um evento maior ainda, que é a Copa do Mundo, que todos queremos, porque significa muito recurso que entra e ficará no nosso país. Porém, isso deveria ter sido discutido lá atrás.

Esta discussão está saindo do mérito. Todos sabemos que a bebida faz mal à saúde. Sou contra a bebida, não tenho problema com ela, não bebo. Porém, a questão deveria ser tratada lá atrás. Hoje o mérito é a convalidação de um acordo que o País celebrou. Neste momento a credibilidade do Brasil está em xeque. Lula acertou lá atrás, mas deveria ter tratado o problema em nível nacional, para evitar o que está acontecendo agora. Minas Gerais deu o exemplo.

As grandes obras que estão sendo realizadas no País inteiro poderiam demorar mais 50 anos para tornarem-se realidade. Está havendo investimentos nas rodovias, avenidas, BRTs e aeroportos. Talvez estejamos avançando 50 anos com essas obras. Há pontos positivos e negativos, mas os negativos, como o caso do uso da bebida, deveriam ter sido discutidos, como já disse, no começo do debate que visava trazer a Copa do Mundo para cá. Ele foi acordado pelo nosso Presidente e por todos os Governadores. Hoje o que temos de discutir é a convalidação de um acordo, e não sair do mérito do debate. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Duílio. Sr. Presidente, o Deputado Zé Maia havia pedido aparte e sinto por não ter concedido, mas espero haver contribuído para o debate. Certamente o Deputado Cabo Júlio aprimorará mais a discussão. Agradeço ao Presidente o tempo e desejo a todos nós uma Copa das Confederações e uma Copa do Mundo vitoriosas no sentido do esporte e, de preferência, com a vitória do Brasil, apesar de o Felipão não ter levado o Ronaldinho. Mas ele ainda vai chamá-lo para a Copa do Mundo. Estamos na expectativa de o R10 participar, para abrilhantar ainda mais Minas Gerais na Copa do Mundo de 2014. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Cabo Júlio.

O Deputado Cabo Júlio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero dizer que nem eu nem ninguém, em sã consciência, seríamos contra uma Copa do Mundo. Uma Copa do Mundo ou uma Copa das Confederações leva o País a conhecimento mundial; os olhos do mundo se voltarão para o nosso país e, no nosso caso, para Minas Gerais. Mas, sob a égide de uma Copa do Mundo, o Brasil virou uma bagunça. Bilhões e trilhões são gastos em nome de uma Copa do Mundo, como se o Brasil só existisse nesses 30 dias.

A Fifa faz algumas exigências para que o País seja sede de uma Copa do Mundo, exigências praticamente na base do terrorismo e da chantagem. Estive lendo o acordo feito entre o Brasil e a Fifa. Como advogado, fiquei assustado com os termos em que o Brasil aceitou sediar a Copa do Mundo. Estou lendo um termo assinado por alguns Ministros de Estado e pela nossa Presidente Dilma, que contou, à época, com a assinatura do Ministro da Justiça. Comecei a ficar assustado quando li que termo de acordo passa a ter validade um ano antes da Copa; passa a valer um ano antes da Copa do Mundo. E um deles diz o seguinte: o Estado brasileiro concede poderes especiais aos oficiais locais para que apliquem as leis para reforçar a proibição e zona de inclusão... (...) ...permitindo prisões por suspeita, busca e apreensão na casa de pessoas, sem mandato. Enfim, para ser mais claro e objetivo, para sediar uma Copa do Mundo, o País perde a sua soberania. Rasgamos a Constituição e falamos para a Fifa que, 12 meses antes da Copa, abrimos mão de ser um país democrático. E com a Fifa, se você quer, bem; se não quer, amém. Mesmo assim, muitos países querem. Então, foi feito esse acordo.

Deputado Rogério Correia, há uma passagem da lei de terrorismo americana que diz: em caso de terrorismo, é permitida a tortura, desde que a tortura seja feita com água; desde que a tortura com água seja feita com água potável; desde que a água potável esteja com 30°. Copiamos um pedaço e inserimos no acordo para o Brasil assinar.

Esses acordos não podem ser modificados, alterados, emendados ou suprimidos. Ou o governo brasileiro aceitava o acordo tal como estava ou não haveria Copa no Brasil. O que aconteceu? Entramos agora na discussão sobre bebidas em estádio. Nesta Casa, a discussão está sendo feita na base da chantagem e do terrorismo. E a chantagem e o terrorismo dizem que, se não aceitarmos que se vendam bebidas nos estádios, a Fifa não vai querer jogos em Minas Gerais. E a Assembleia de Minas e os Deputados que são



contrários à venda de bebidas em estádios terão de dizer ao povo que não haverá jogos da Copa por causa disso. Essa é a linha: se não há bebida, não há Copa do Mundo nem Copa das Confederações.

Esse discurso é muito frágil, é um discurso para quem não tem argumento. Deputado Vanderlei, que é Presidente da nossa Comissão, V. Exa. sabe que esse discurso que diz que sem bebida não há Copa é frágil; é o discurso de quem não tem argumento, de quem não sabe debater. E as pessoas se levantam para dizer que temos de olhar a responsabilidade dos Deputados. Ouvi um Líder dizer isso aqui. Parei então para pensar e comecei a me indagar: quer dizer que, se eu não for a favor de bebidas no estádio, serei irresponsável? Eu me imaginei nessa condição: se eu for contra bebidas no estádio, segundo argumentos de alguns, serei irresponsável porque ser responsável é ser a favor de um projeto que libera a venda de bebidas nos estádios.

Deputado Adalclever, nosso Líder, Deputado que liderou muito bem a nossa bancada, comecei a pensar que quem disse isso estava subliminarmente chamando o governo de Minas e o Ministério Público de irresponsáveis, porque aqui, neste Estado de Minas Gerais, está valendo um termo de ajustamento de conduta. Esse termo, assinado pelo Ministério Público e pelo governo do Estado, diz que é proibida a venda de bebidas alcoólicas em estádios. Essa proibição está em vigor. Então, quem usa o argumento, Deputado Rogério Correia, de quem vota contra é irresponsável está chamando as pessoas que assinaram esse termo de ajustamento de conduta de irresponsáveis. Pergunto: será que esse TAC saiu do nada? Será que, num dia qualquer, o Promotor acordou e falou que iria ajuizar uma ação civil pública contra a venda de bebidas? É claro que não. Há por trás dessa iniciativa um histórico de violência contra pessoas que ficaram num local com 50, 60, 70 mil pessoas. Se não fosse um argumento forte, o Estado não assinaria esse TAC. Por isso, o argumento segundo o qual quem é contra bebida nos estádios é irresponsável é fraco, muito furado, de gente que não tem capacidade de argumentação.

Deputado Vanderlei Miranda, Presidente da nossa Comissão, por favor.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputado Cabo Júlio, agradeço a V. Exa. por se juntar a nós nesse coro em defesa da não liberação de bebidas no Estádio Governador Magalhães Pinto, nosso popular Mineirão.

V. Exa. falou da tribuna a respeito da soberania do nosso país. Mais uma vez vou citar a jornalista Raquel Faria, que, no finalzinho da sua coluna de hoje no jornal "O Tempo", faz uma observação em relação à Fifa. Quero destacar somente uma passagem. Ela diz o seguinte: "O Brasil está sob a intervenção da Fifa". Enquanto V. Exa. fazia seu brilhante e inteligente discurso, eu analisava que, por muitos anos, o Brasil viveu sob a intervenção do FMI. Este país vivia de joelhos diante do FMI; não se fazia absolutamente nada neste país se o FMI não desse o seu aval. Graças a Deus ficamos livres do "Famigerado Monetário Internacional", retirando o "Fundo" e colocando "Famigerado". Ficamos livres, Deputado Cabo Júlio. Mas agora vemos essa situação acontecer, num evento de curtíssima duração: 30 dias. O que nos assusta é que, como bem disse V. Exa., o acordo está valendo desde 2010 e será suspenso para um evento que, no caso da Copa das Confederações, não dura nem 30 dias. A Copa do Mundo, no próximo ano, durará em torno de 30 dias. A Fifa está exercendo o domínio sobre o nosso país desde 2010 e continuará até dezembro de 2014. Quando a jornalista Raquel Faria diz que o Brasil está sob a intervenção da Fifa, não há nenhum exagero nisso, é uma verdade.

Sei que V. Exa., além de Deputado nesta Casa, foi Deputado Federal por dois mandatos e Vereador na nossa Capital. V. Exa. já subiu os degraus das casas legislativas e hoje compõe a nossa Bancada do PMDB e do Bloco PT-PCdoB-PRB. V. Exa. tem uma autoridade muito grande, principalmente por lidar com a questão, uma vez que há muitos anos V. Exa. tem uma comunidade terapêutica funcionando. V. Exa. tem sido um grande incentivador para que essa comunidade continue funcionando, porque ela já teria fechado se dependesse de recursos financeiros.

O Deputado Cabo Júlio* - Há 12 anos.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Há 12 anos? Então V. Exa. tem autoridade para falar sobre isso. Quantos alcoólatras V. Exa. recebeu lá e hoje estão perfeitamente integrados e ajustados a suas famílias? Foram dezenas, centenas, milhares que passaram por lá. E já está claro, é voz comum entre aqueles que cuidam das comunidades terapêuticas que algumas vezes é mais fácil retirar o vício da cocaína e até mesmo do "crack" do que recuperar uma pessoa que se viciou em álcool.

Quero crer que a discussão que fazemos aqui, como bem dito por V. Exa., é a discussão dos responsáveis. E não podemos admitir que sejamos taxados de irresponsáveis. Quero crer que esta Casa hoje tem a oportunidade de dar um bom exemplo, votando a favor da continuidade da proibição do consumo da bebida alcoólica em estádios. Muito obrigado.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Quero retomar um ponto que apresentei ontem, meu caro Deputado Cabo Júlio. Nós precisamos ter coerência. A minha grande questão é a coerência.

Sou um homem do meio esportivo, que trabalha e vive no meio do esporte. Frequentei o Mineirão a minha vida toda, desde garoto, ainda como apaixonado pelo futebol. Há 13 anos, estou lá semanalmente, por ofício, por dever profissional, como jornalista esportivo. Estou credenciado para a Copa das Confederações pela Rádio Itatiaia, que, aliás, pagou caro, como todos os veículos de comunicação, pela transmissão do evento.

Não entendo a falta de coerência deste debate sobre as bebidas nos estádios do Brasil. A minha grande questão, caro Deputado Cabo Júlio, não é haver ou não bebidas. Sei de pontos muito positivos na proibição de bebidas nos estádios e relatei isso ontem: diminuição da violência, da criminalidade, das ocorrências. Também sei que muitas pessoas vão aos estádios e não são alcoólatras nem criminosas, e a bebida, no caso delas, não provoca nenhum tipo de dano para a sociedade. São pessoas que vão até lá e tomam um ou dois copos de cerveja, assim como eu, por exemplo, que gosto de tomar uma ou duas taças de vinho, o que não me faz mal algum na vida nem muda minha postura ou referência de mundo.

Meu grande questionamento, caro Deputado Cabo Júlio, é quanto à coerência. Uma questão como essa tem que ser debatida como política de Estado: ou pode sempre, ou não pode nunca. Apresentei uma emenda e quero, mais uma vez, fazer um apelo aos nobres colegas para que a votem. Ela diz que a política pública sobre a bebida no estádio tem que ser única. Esta Casa entende que não causa problemas haver bebidas no Mineirão? Então, vamos aprovar que seu consumo seja liberado sempre. Esta Casa entende que não é bom haver bebidas no Mineirão? Então, vamos aprovar que não haja nunca. Esse é o meu questionamento, o meu ponto de vista; é uma questão de coerência.



Precisamos fazer um debate profundo sobre o tema. Vamos chamar aqui médicos que trabalham ou trabalharam no Mineirão. O Dr. Vicente, por exemplo, foi médico lá por mais de 40 anos. Foi o primeiro médico do Estádio e, até o seu fechamento, estava lá. É um homem que precisa ser ouvido a esse respeito. O Ricardo Raso, Diretor-Geral da Ademg, tem 30 anos de Mineirão, em todos os cargos. Vamos ouvir essas pessoas, o cidadão comum, o torcedor. Recebo manifestações diárias em meu programa de rádio, Deputado Cabo Júlio, defendendo os dois lados. Há torcedores que dizem que o Mineirão está melhor sem bebida, e há os que dizem que são cidadãos de bem e querem se assentar no estádio, no domingo à tarde, e tomar dois ou três copos de cerveja e voltar de táxi, ônibus ou de carona com um amigo, sem fazer mal a ninguém.

O debate está muito superficial, por isso faço um apelo à Casa para aprovar a minha emenda, e aí partirmos para um debate mais profundo, de coerência, a fim de termos uma política pública única. Se entendermos que a bebida é ruim para o Mineirão, que ela seja definitivamente banida de lá; se entendermos que ela não causa danos maiores, que seja liberada, mas não proibida ou liberada para um evento específico.

Tenho sempre dito que passamos uma imagem muito ruim de país quando permitimos que estrangeiros tenham aqui direitos que nós mesmos não temos. Vejam que estranho: o indivíduo que sairá da Itália para assistir à Copa das Confederações poderá beber cerveja; já o que sair do Barreiro ou da região Noroeste não poderá fazê-lo, por exemplo, em um jogo entre Atlético e Cruzeiro, Cruzeiro e Flamengo, Atlético e São Paulo. Então, isso tem que ser discutido como política pública única, e, por isso, apresentei uma emenda. Muito obrigado.

O Deputado Cabo Júlio* - Concedo aparte a V. Exa., mas peço-lhe que seja breve para eu terminar meu raciocínio. V. Exa. tem a palavra, e eu, todo o prazer de ouvi-lo.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Agradeço o aparte concedido, Deputado Cabo Júlio. Deixarei claro que estamos nos prolongando em uma discussão que está se tornando cansativa. Discutimos tudo fartamente: as predileções amorosas da Daniela Mercury, as ajudas bilionárias do governo federal aos negócios do Eike Batista, as leis da Fifa, o consumo do álcool nos estádios. Tudo foi discutido fartamente, em quantidade, mas, em qualidade, praticamente foi uma negação.

Precisamos discutir as verdadeiras causas da violência hoje na sociedade. Quais são as verdadeiras causas? Será que a solução é proibir o consumo de bebida alcoólica apenas durante 90 minutos de um jogo de futebol dentro de um estádio onde existe segurança? Será que com essa medida estaremos combatendo a violência no esporte? Tenho certeza de que não. Às vezes as pessoas consomem álcool em excesso fora do estádio, sabendo que lá dentro não poderão ter acesso à bebida. As pessoas já chegam ao estádio embriagadas. Seria o caso de colocarmos um bafômetro na entrada do estádio. Se a pessoa não pode ingerir uma cerveja durante o jogo, também não pode chegar lá bêbada. É uma incoerência simplesmente proibir o consumo do álcool durante os 90 minutos. E ali as pessoas estão preocupadas com o jogo e não em ficar bebendo. É uma incoerência enorme, uma falta de estudo, uma falta de clareza sobre como combater a violência. Todos sabemos que os grandes atos de violência que ocorreram em ambientes públicos onde existe um imenso aglomerado de pessoas não foram provocados pelo consumo do álcool e, sim, pela falta de segurança, como ocorreu no caso de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Então, combater a violência é combater sua causa principal, e não simplesmente utilizar uma opinião pessoal, uma observação a respeito do consumo ou não de álcool dentro dos estádios, entendendo que isso estará alterando a violência no esporte brasileiro.

O Deputado Cabo Júlio* - Não concordo com V. Exa. em relação a se tratar de opinião pessoal, senão eu estaria dizendo que o meu Governador também assinou um TAC com base em uma opinião pessoal. Estaria dizendo que o Ministério Público, quando propôs esse termo de ajustamento de conduta para proibir bebida nos estádios, o fez com base em uma opinião pessoal, superficial, sem qualidade, o que não é verdade. Creio que, quando o governo do Estado assinou esse TAC, ouviu a Advocacia-Geral do Estado e vários especialistas no assunto.

Quero voltar ao meu raciocínio para dizer o seguinte: um cavalo de batalha na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, há 10 dias do início da Copa das Confederações, por causa de bebida alcoólica. Comecei a tentar entender qual é a profundidade disso, qual é o senso de responsabilidade ou de irresponsabilidade que querem nos atribuir. Querem dizer que aqueles que são contra bebida no estádio são irresponsáveis. Comecei a tentar entender qual é a motivação dessa defesa veemente contra essa proibição.

V. Exa. falou em coerência, e eu concordo com isso. Nos jogos do Brasil, não pode vender bebida alcoólica, mas nos jogos da Fifa pode. Segunda incoerência: serviço público de transporte no Brasil é uma lástima e em Minas Gerais não é diferente. O cidadão vai beber no estádio e depois vai voltar a pé, de ônibus ou de táxi. Estamos dizendo que ele pode beber uma cervejinha, duas ou três, e que vamos esperá-lo na esquina para prendê-lo. Isso é uma incoerência. Comecei a tentar entender isso. Será que são só essas incoerências? Descobri que não é senso de responsabilidade ou de irresponsabilidade, falta ou excesso de coerência que movem essa discussão. Descobri que esse assunto está respaldado em uma coisa chamada dinheiro, capital, cifrão, capitalismo. A empresa Budweiser, fabricante de cerveja, aplicou na Copa do Mundo do Brasil, em patrocínio, R\$4.000.000.000,00. Está sendo usado o seguinte argumento: se uma empresa que vende cerveja aplica R\$4.000.000.000,00, quer seu dinheiro de volta, então vamos suprimir tudo que fizemos. Acho que Minas Gerais está usando aquele mesmo argumento que tanto combatemos: esqueçam o que falei no passado, vamos mudar tudo de novo. Vamos suprimir nosso termo de ajustamento, tudo que entendemos, porque a Budweiser está patrocinando a Copa com R\$4.000.000.000,00. Não interessa quantas pessoas possam morrer ou ser presas, que tipo de violência pode ocorrer, porque a Budweiser tem que recuperar os R\$4.000.000.000,00 que aplicou.

Não consigo entender que para haver Copa tem de haver bebida alcoólica. Nos campeonatos brasileiros não houve bebida alcoólica, e nem assim os jogos deixaram de acontecer. Os torcedores compraram os ingressos e assistiram aos jogos. O que não consigo entender é que o Estado que aplica a Lei Seca diz para nos esquecermos disso durante os jogos da Copa.

Sabem qual é o meu medo, Deputado Vanderlei Miranda? O meu medo é tão somente que, passada a Copa das Confederações, Deputado João Vítor Xavier, venhamos a fazer a discussão para a liberação do uso da maconha, já que vamos receber suíços e holandeses, que são pessoas que gostam de fumar maconha. Será que teremos de liberar o uso da maconha? Esse é o meu medo. Parece que a ideia é entender que, para haver Copa, tem de haver álcool.

O Deputado Vanderlei Miranda me chamou a atenção para o fato de que trabalha, há 12 anos, numa clínica de recuperação de alcoólatras. Deputado, tive o desprazer de ter perdido o meu avô e o meu pai por alcoolismo. Na minha opinião, eles não deveriam vender bebida alcoólica em jogo nenhum, porque o álcool é uma grande mola propulsora de problemas. Entretanto, entendo que a discussão que está em voga não é sobre a Fifa. Esta nem é uma discussão moral, mas tão somente sobre o dinheiro, e isso me assusta muito.

Questão de Ordem

O Deputado Cabo Júlio - Presidente, peço recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Hélio Gomes) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 48 Deputados. Portanto, há quórum para continuação dos trabalhos. Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.685/2013

EMENDA Nº 1

Acrescente-se ao art. 7º o seguinte parágrafo:

“Art. 7º - (...)”

§ 4º - O governo regulamentará a venda de bebidas de modo que se apliquem a todas as competições no Estado as normas que sejam válidas para a Copa das Confederações Fifa 2013 e para a Copa do Mundo Fifa 2014.”

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2013.

João Vítor Xavier

EMENDA Nº 2

Dê-se ao parágrafo único do art. 9º a seguinte redação:

“Art. 9º - (...)”

Parágrafo único - As autoridades competentes do Estado, no exercício do poder de polícia, tomarão as medidas necessárias para garantir a proteção dos direitos mencionados no “caput” deste artigo, incluída a apreensão de materiais relacionados com a violação.”

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2013.

Rômulo Viegas

EMENDA Nº 3

Suprima-se do “caput” do art. 7º o termo “alcoólica” e acrescente-se ao art. 7º o seguinte parágrafo:

“Art. 7º - (...)”

§ 4º - As bebidas a que se refere o “caput” deste artigo são as não alcoólicas.”

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2013.

Vanderlei Miranda

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto uma emenda do Deputado João Vítor Xavier, que recebeu o nº 1, uma do Deputado Rômulo Viegas, que recebeu o nº 2, e uma do Deputado Vanderlei Miranda, que recebeu o nº 3, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda* - Sr. Presidente, desde ontem temos feito aquilo que é próprio de uma Casa Legislativa responsável para com aqueles que confiaram o voto nos parlamentares que ocupam essas cadeiras, ou seja, uma discussão madura, adulta e inteligente. Em alguns momentos, a discussão tornou-se desrespeitosa com a posição deste parlamentar no que se refere à não liberação da bebida alcoólica no Estádio Governador Magalhães Pinto, nosso popular Mineirão. Deputado Bosco, não podemos deixar de destacar que fizemos uma bela discussão desse projeto.

Ontem se falou muito sobre um acordo firmado entre o governo federal e a Fifa, mas ninguém o apresentava. A nossa competente assessoria do Bloco Minas sem Censura enviou-me o acordo, com 55 páginas, que está em minhas mãos. Ontem, depois de um dia exaustivo, dos compromissos nesta Casa e outro à noite, chegando em casa, nem tirei o meu terno, apenas o paletó, e me debrucei sobre as 55 páginas do acordo. Li tudo e percebi que muito do que estava sendo dito aqui por outros parlamentares não tinha absolutamente nada a ver com aquilo que consta no acordo do governo brasileiro com a Fifa.

O ponto que estamos discutindo, Deputado Elismar Prado, é uma gota d'água no oceano das concessões feitas à Fifa. Estamos discutindo apenas que o Mineirão continue como está e não venda bebida alcoólica. Ao fazer esse encaminhamento, peço o apoio dos meus colegas, Deputadas e Deputados, a uma emenda ao Projeto de Lei nº 3.685, que traz o seguinte teor. (- Lê:)

“Art. 1º - Suprima-se do “caput” do art. 7º o termo 'alcoólica';

Art. 2º - Acrescente-se ao art. 7º o seguinte parágrafo:

§ 4º - As bebidas a que se refere o “caput” são as não alcoólicas.”



Essas são as emendas que estamos apresentando para a apreciação dos nobres pares desta Casa. Gostaria que entendessem a seriedade da discussão que fizemos aqui ontem e hoje, desde às 9 horas até agora. Quero destacar que ontem, de forma muito educada e muito cortês, como lhe é peculiar, o Governador do Estado, Antonio Anastasia, me telefonou, fez as suas ponderações, falando da importância da aprovação desse projeto, que é um projeto de repercussão internacional. Reconheço isso, mas não pude dar a ele uma resposta naquele momento, no final da tarde de ontem, mas assumi o compromisso de telefonar para ele hoje, assim que nos reuníssemos com os pares, principalmente do Bloco, para decidirmos o que faríamos. E ficou decidido que continuaríamos a discussão e, em seguida, entraríamos na votação. Como combinado ontem no final do expediente, esta manhã telefonei para o Governador, que não estava em Minas Gerais, estava em São Paulo, mas, mais uma vez, de forma educada e polida, como lhe é peculiar, ele retornou a ligação e o informei de que havíamos feito esse acordo, ou seja, que discutiríamos o projeto, mas o votaríamos em seguida. Também disse ao Governador o seguinte: “Governador, concordamos com 99,99% do projeto, discordamos de 0,01% do projeto”. Vale dizer que esse 0,01% não é da lavra do Governador, é da lavra do acordo, foi pinçado do acordo e colocado como art. 7º do projeto. Portanto, fico muito à vontade até para discutir a questão, uma vez que a minha discussão não é para, de alguma forma, impedir a aprovação de um projeto. Deixei isso muito claro para ele.

Neste momento, estamos aqui, o Bloco, quase que na sua totalidade, para dar apoio à aprovação desse importante projeto. Fica aqui o meu apelo mais uma vez para que os colegas Deputados aprovelem essa emenda que coloco no projeto. É o meu encaminhamento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Cabo Júlio.

O Deputado Cabo Júlio* - Só quero dizer que está claro que todos vamos votar a favor do projeto. Ninguém aqui é contra a Copa. Sou contra a bebida no estádio. Isso é óbvio e está claro. Marcamos a nossa posição, mas é porque não aceitamos a pecha de quem é a favor ou contra a bebida é responsável ou irresponsável. Vamos apoiar, deixando claro que somos contra a bebida no estádio, até por coerência.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Vanderlei Miranda - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, o painel não registrou o meu voto. O meu voto é “sim”.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 51 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Vanderlei Miranda - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 7 Deputados. Votaram “não” 43 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Vanderlei Miranda - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 50 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação da Emenda nº 2.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, solicito a leitura da Emenda nº 3.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 3.

O Sr. Secretário - (- Lê a Emenda nº 3, que é a publicada nesta edição.)

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 3. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Vanderlei Miranda - Peça verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Elismar Prado - Sr. Presidente, quero registrar meu voto “sim”, porque não consegui votar.



O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 10 Deputados. Votaram “não” 39 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 3. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.685/2013 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 2. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - É rápido, Sr. Presidente. Depois dessa discussão toda, se vamos ou não liberar a venda de bebidas nos estádios, gostaria de comunicar a esta Casa que aprovamos o projeto, inclusive com um sugestivo quórum de 51 votos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, ressalto a importância que esta Casa dá aos compromissos firmados pela União e pelo Estado de Minas Gerais à época em que realizamos acordos. Primeiro, o da União de realizar a Copa no Brasil, por meio do então Presidente Lula e do Senador Aécio Neves, que, como Governador de Minas, disse “sim” à realização da Copa em nosso Estado. Presidente José Henrique, sei que alguns Deputados, especialmente o Deputado Vanderlei Miranda, têm posicionamento contrário à liberação da bebida alcoólica e entendo perfeitamente. Sei o que pode e o que não pode na visão de quase todos os Deputados. A posição do Deputado Vanderlei Miranda deve ser respeitada, como líder religioso, como alguém que tem um trabalho de evangelizar. Em seu interior, em seu coração, em sua consciência, a Lei da Copa não poderia permitir a venda de bebidas alcoólicas. Ressalto, então, o posicionamento decisivo, firme e coerente do Deputado Vanderlei Miranda e saúdo os demais Deputados que votaram a favor, dizendo que, a partir do momento em que aceitamos que a Copa do Mundo fosse realizada em Minas Gerais, a Assembleia mineira está tão somente ratificando o compromisso do governo federal e o compromisso do governo estadual em realizar a Copa com as situações previamente definidas pela Fifa, sendo uma delas essa permissão. Em Minas, a lei determina que não se pode comercializar bebida alcoólica nos estádios. Temos essa lei, mas estamos abrindo mão dela em nome da realização da Copa do Mundo. É um termo de ajustamento de conduta - TAC. Estamos abrindo mão, porque no Brasil, neste momento da Copa das Confederações e na Copa do Mundo, o responsável pela organização é a Fifa. A organização não é da Federação Mineira e nem da Federação Brasileira. Em Minas, não se comercializa bebida alcoólica nos estádios, mas será comercializada na Copa. Que fique claro para o torcedor mineiro, que fique claro para você, telespectador da TV Assembleia, que esta Casa está tão somente convalidando um compromisso do Presidente da República, à época o Presidente Lula, e o “sim” que o Senador Aécio Neves, à época Governador, disse ao aceitar que o Mineirão fosse uma das sedes da Copa. Para que tivéssemos esse direito, teríamos de ser cumpridores do que, na época, a União estabeleceu como determinação. Parabéns a Assembleia mineira, por meio dos Líderes, pela votação, pois hoje concluímos a Lei da Copa, uma importante matéria apreciada por esta Casa, que regulamenta e dá condições de Minas permanecer honrando seus compromissos e de sediar a Copa do Mundo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até às 13h59min.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 2º ano do Ensino Médio do Instituto Santo Antônio de Pádua, de Itabirito, e da Escola Estadual Sebastião Pereira Machado, de Piranguinho. Eles estão em visita à Assembleia, com o objetivo de conhecer a estrutura e o funcionamento do Poder Legislativo, bem como os conceitos básicos sobre a política. Queremos agradecer-lhes a visita. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Declarações de Voto

O Deputado João Vítor Xavier - Sr. Presidente, gostaria de dizer, de maneira muito clara, que votei a Lei Geral da Copa atendendo a apelo do Governador Anastasia, pelo compromisso assumido pelo Estado com a Federação e a Fifa. Mais uma vez, gostaria de destacar que estamos abrindo precedente histórico muito grave no País, de perda da nossa autonomia, da nossa decisão de Estado, da força das nossas leis. Acho até que abrimos precedente mais grave ainda - disse isso ontem - do que a questão das bebidas, que é a questão da meia-entrada para os estudantes. Trata-se de uma luta histórica, de muitos militantes, de movimentos estudantis organizados. Isso simplesmente foi rasgado e jogado na lata de lixo. A questão da bebida também é séria, grave. Votei a Lei Geral da Copa atendendo a apelo do Governador Anastasia, que é obrigado, coagido por força do cargo, a cumprir esse compromisso do governo federal. Como ele mesmo disse, é uma imposição federal, vinda de cima para baixo. Todos nós temos de aceitá-la e assumi-la, até pelos investimentos feitos no Estado, pela perspectiva da realização dos jogos aqui e pela expectativa do público de que jogos da Copa do Mundo sejam realizados em Belo Horizonte. Apresentei emenda no que diz respeito à questão da bebida, não para liberar ou vetar a sua venda, mas para que tivéssemos a oportunidade, Deputado Vanderlei Miranda, de fazer um debate mais profundo sobre o assunto. Estamos mais uma vez tratando uma questão de enorme importância, de enorme seriedade, de maneira precária no parlamento, sem a discussão necessária, sem uma discussão profunda. A nossa emenda, infelizmente, foi rejeitada pela maioria da Casa, o que é democrático. Respeito todas as decisões dos colegas. Parlamento é isso mesmo, é divergência de ideias, é construção coletiva. Mas a emenda que defendemos ontem e hoje e foi derrotada permitiria fazermos uma discussão mais profunda a respeito das bebidas. Não estou dizendo que sou a favor nem contra a venda de bebida alcoólica nos estádios. Recebo manifestações diárias de cidadãos de bem que vão ao estádio e tomam lá um, dois ou três copos de cerveja, que não fazem mal a ninguém, e que gostariam de voltar a ter esse direito. Também recebi manifestação do Dr. Vicente, médico do Mineirão durante 40 anos, que me relatou que 90% das ocorrências médicas no Mineirão estão relacionadas ao consumo excessivo de álcool. Caso fosse aprovada a nossa emenda, teríamos a oportunidade de uma definição única, após debate da nossa sociedade nesta Casa do Povo, do que seria uma norma definitiva em relação a consumo de bebida alcoólica no estádio. Por que estamos aprovando uma medida apenas para um evento? Pergunto a esta Casa por que estamos aprovando uma medida apenas para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo. Isso é incoerente. Tínhamos de ter aprovado uma decisão única: ou pode sempre, e temos a condição de conviver com o álcool e o futebol, ou não pode nunca, porque não temos condições de conviver com o álcool e o futebol. Não dá para entender a coerência de uma casa parlamentar ou de um país que falam que não se pode consumir álcool no estádio, mas que vão abrir exceção durante a Copa das

Confederações e a Copa do Mundo. O Leo Santana, meu assessor, é frequentador assíduo do Mineirão, onde está toda semana, gosta de tomar cerveja e nunca brigou lá. Ele me disse que gostaria de voltar a tomar cerveja em um jogo do Cruzeiro, pois é cruzeirense. Leo, no jogo do Cruzeiro você não pode tomar cerveja, mas, se quiser assistir ao jogo do Taiti e da Nigéria, vai poder. O nigeriano pode, bem como o taitiano. Somos o único país do mundo que abre ao estrangeiro um direito que não dá a nós, brasileiros. É isso que lamento, mais do que a questão do Deputado Vanderlei Miranda, que respeito muito, de ser definitivamente contra a bebida. A Casa do Povo tem de ouvir todos os lados, inclusive o de quem representa o anseio religioso. Isso é o parlamento, mas lamento de maneira muito profunda que não tenhamos um debate com a seriedade, o tempo e uma definição única de respeito à soberania nacional como o caso merecia. Muito obrigado.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente e Deputados que permanecem neste Plenário, estou pensando em, amanhã, vir de luto para a próxima reunião. Virei de luto, em uma manifestação clara de minha frustração com a posição desta Casa, nesta tarde, ao não acatar a emenda que sugeri que fosse abrigada no Projeto nº 3.685. Sr. Presidente, quero deixar registrado que, sinceramente, torcerei para que, daqui a alguns dias, não estejamos nestes microfones lamentando aquilo que poderíamos ter evitado. Sem exagero, posso dizer que aprovamos aqui um projeto que traz em seu bojo, entre outros, uma tragédia anunciada. Apresentei vários fatores durante todo o período de discussão desse projeto, desde a tarde de ontem e a manhã e o início da tarde de hoje, que anunciam essa tragédia. Sr. Presidente, uma coisa vai me levar para a cama esta noite, com o coração muito leve, muito em paz: eu disse que um Mineirão de pessoas, quase 66 mil votaram em mim na última eleição - para fazer uma analogia, em números redondos, foram 66 mil pessoas -, e tenho certeza de que parte daqueles que acompanharam os nossos trabalhos torceu para que a bebida não retornasse ao Mineirão. Porém, lamentavelmente, junto a alguns companheiros do bloco, fui voto vencido. Durmo com a consciência tranquila de que não poderei ser chamado nem considerado omissos nesse processo. Enviei todos os esforços para que essa emenda fosse acatada e aprovada pelos Deputados e pelas Deputadas. Lamentavelmente venceu o capitalismo; lamentavelmente venceu o poderio da dona Fifa. Mais uma vez, quero citar aqui o que bem disse a jornalista Raquel Faria: o Brasil está sob intervenção da Fifa. É lamentável que a nossa soberania, a nossa Constituição e os nossos direitos sejam jogados no lixo. Como bem disse o Deputado João Vítor Xavier, militante da área esportiva, competente jornalista e comentarista da Rádio Itatiaia e Deputado desta Casa, só aqui podemos ver uma situação - eu diria no mínimo esdrúxula - como esta: dar aos estrangeiros o que negamos aos brasileiros. Deputada Liza Prado, que preside neste momento os trabalhos desta Casa, a questão da bebida é uma gotinha d'água num oceano de concessões. Assim como foi dada à Fifa pelo governo federal a isenção de todo e qualquer imposto, tributo ou taxa, gostaria que isso também fosse concedido aos nossos irmãos brasileiros. Que lhes fosse dada toda a facilidade para se tirar um visto, assim como está sendo feito para os estrangeiros que virão ao Brasil, até isentando as delegações do pagamento das taxas. A Receita Federal e a Polícia Federal estão proibidas, por esse acordo, de impedir a entrada de qualquer material em nosso país. Quando um brasileiro vai ao exterior, compra uma mixaria de coisas para a sua família e, ao desembarcar, a primeira coisa que faz a Receita Federal é separar algumas pessoas, numa total falta de critério, no olhometro, para fiscalizar a sua bagagem. Eles distribuem um formulário no avião que nos permite dizer que nada temos a declarar, ou seja, o pressuposto da verdade. Mas não consideram o pressuposto da verdade da informação e nos enviam para uma área reservada para fazermos a declaração. Muitas vezes, o cidadão está trazendo um presentinho para a sua família cujo valor extrapolou um pouquinho a cota e é penalizado. Outro dia penalizaram um amigo meu, cuja esposa voltava com um "iPad", com mais de um ano de uso, só porque estava dentro da sua mala. Retiveram o seu "iPad", tributaram-no, e ela teve de pagar R\$1.100,00 para retirá-lo. Quem pertence à poderosa Fifa pode trazer e levar o que quiser, pois estão proibidos de serem fiscalizados - e esse direito lhes foi dado pelo governo federal. É lamentável ver que um evento, que durará 30 dias e - concordo - nos deixará um grande legado, estádios maravilhosos, deixará também um triste legado. Deputado Bráulio, V. Exa. é um grande empresário e sabe que esse evento vai deixar um legado triste, de muitos empresários falidos neste país; empresários que investiram fábulas de dinheiro na ilusão de que, construindo hotéis e apart-hotéis, faturariam horrores, esquecendo-se de que esses eventos não durarão mais que 30 dias cada um. E, quando acabarem, quero saber o que será feito desses investimentos que enganaram muitos, levando-lhes a ideia de que eram rentáveis. Muitas pessoas dispuseram de suas pequenas economias para comprar um apart-hotel, na certeza de que teriam uma boa rentabilidade mensal. Portanto, venderam-lhes ilusões. Portanto, creio que a Copa das Confederações e a Copa do Mundo deixarão bons legados para o esporte, que são os nossos estádios modernizados, mas deixarão também uma massa de gente falida, e isso me preocupa. Disse que virei de luto nesta quinta-feira, e isso não é exagero, pois é triste o que vimos aqui hoje. Mas quero pedir ao governo que faça uma grande campanha de conscientização sobre os malefícios do álcool, o que consta no parecer de um projeto aprovado ontem, na reunião conjunta das Comissões de Prevenção e Combate ao Crack e outras drogas e de Esportes. Mas espero mais que isso, porque, hoje, as áreas dos restaurantes estão todas elas mapeadas estrategicamente. A polícia de trânsito está lá realizando as "blitz", para pegar os motoristas que saem bêbados dos restaurantes e bares. Quero que isso aconteça também no entorno do Mineirão, na distância que a Fifa vai permitir, porque é ela quem determina até a distância a que se pode chegar do estádio. V. Exa. já não pode estacionar no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto, no Mineirão - vou quebrar o protocolo. Até isso a Fifa mudou! O Estádio Mané Garrincha, em Brasília, não pode ser chamado dessa maneira. Está aqui no acordo, tem de ser Estádio Nacional de Brasília. E jogam no lixo a história do nosso Mané Garrincha. Até nisso ela influi. Espero que haja uma fiscalização ostensiva e efetiva nas saídas dos jogos também. Por quê? Porque aqueles que vão consumir bebida alcoólica dentro do estádio vão utilizar seus carros para voltar para casa. A discussão é muito ampla. Minha declaração de voto é que votei "sim" ao projeto, como garanti ao Governador, porque sei que também ele, assim como nós, foi vítima de um processo. E quando digo vítima, Deputado Bráulio, quero dizer, por exemplo, que V. Exa. não foi chamado para discutir esse acordo que foi feito. Eu não fui chamado, nenhuma casa legislativa foi chamada para discuti-lo. Mas, na hora de decidir se vamos ou não vender bebida alcoólica nos estádios, "é para os Estados resolverem". A Câmara Federal e o Senado não tiveram competência para tal e deixaram para nós a decisão. Quero deixar registrado que o Bloco Minas sem Censura votou pela aprovação do projeto. E, quando destacou a emenda que apresentei, votou pela aprovação da minha emenda. Não foram muitos votos, mas quero crer que aqueles que acompanham o nosso trabalho com toda a certeza sabem quem votou a favor da vida e da segurança neste início de tarde, nesta Casa, Deputado Bráulio. Ficam aqui as minhas



palavras e o meu agradecimento pela paciência da Presidência em deixar que o meu prazo regimental fosse estendido, pois eu precisava usar esse tempo para deixar este registro aqui. E ainda quero dizer aos quase 66 mil eleitores e eleitoras que confiaram o voto a mim que estou aqui, na trincheira, fazendo a defesa dos valores da nossa sociedade, trabalhando no cuidado da segurança da nossa população e me empenhando ao máximo, Presidente Liza Prado, para não frustrar aqueles que me confiaram o seu voto, porque não é brincadeira. Imagine V. Exa. chegando ao Mineirão lotado, com todos os ingressos vendidos, olhar todo o entorno do anel do estádio e dizer: cada pessoa aqui foi à urna, lembrou-se do meu número e votou em mim. É muita responsabilidade, Deputada Liza. E mais responsabilidade agora quando presido nesta Casa a Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e outras Drogas. Eu não poderia deixar de me pronunciar neste momento. Não tenho o direito de não marcar uma posição firme como a que fiz na tarde de ontem, manhã de hoje e início da tarde deste dia. E não vou me calar. Sempre que vier a este Plenário um projeto que fira a minha consciência e produza algum dano - e esse projeto que libera a venda de bebida alcoólica nos estádios produz dano, e dano irreparável -, votarei contra. Termina com as palavras que comecei: torço para que não tenha que vir aqui dizer que avisei, mas que não me ouviram. Com toda a sinceridade de meu coração, com toda a pureza de minha alma, espero não ter que vir aqui lamentar que a decisão tomada nesta Casa, a de aprovar a venda de bebida alcoólica nos estádios, venha nos trazer aos microfones para lamentar situações desastrosas por ocasião dos jogos que estão se aproximando. Espero que Deus nos ajude. Obrigado aos colegas que foram solidários com a minha emenda e que votaram comigo, mas que, lamentavelmente, também não foram ouvidos.

A Sra. Presidente (Deputada Liza Prado) - Deputado Vanderlei Miranda, eu o parabeno pelo pronunciamento. V. Exa., como parlamentar desta Casa que sempre apresentou propostas coerentes com a sua vida, com a sua fé, tem de mim o maior respeito e consideração. Fique firme porque o trabalho desenvolvido à frente da Presidência da Comissão de Enfrentamento ao Crack é um trabalho maravilhoso, que dignifica e honra esta Casa.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/3/2013

Às 14h27min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rômulo Veneroso, Fred Costa e Vanderlei Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rômulo Veneroso, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fred Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a dar posse ao Vice-Presidente eleito e, a seguir, empossa o Deputado Fred Costa como Vice-Presidente. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.

Rômulo Veneroso, Presidente – Vanderlei Miranda.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/5/2013

Às 10h15min, comparecem na Câmara Municipal de Curvelo os Deputados Vanderlei Miranda e Célio Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sávio Souza Cruz. O Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o enfrentamento ao “crack” e outras drogas em Curvelo. A Presidência passa a ouvir as Sras. Magda Marília Ribeiro, Analista Educacional e membro do Fórum da Paz, representando Leila Helena de Freitas Menezes, Superintendente Regional de Ensino de Curvelo; Dionízia Gonçalves Veiga, Coordenadora do Conselho Tutelar de Curvelo; e os Srs. Paulo Dayrell de Oliveira, Assessor de Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelo, representando o Sr. Maurilio Soares Guimarães, Prefeito Municipal de Curvelo; Reinaldo Xavier Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Curvelo; Cláudio de Paula Costa, Promotor de Justiça da Comarca de Curvelo; Adalberto Pelli, Defensor Público da Comarca de Curvelo; Ten.-Cel. PM Giovanni Idalmo de Faria, representando o Cel. PM Newton Antônio Lisboa Júnior, Comandante do 14ª Região de Polícia Militar de Curvelo; André Pelli, Delegado Regional da Polícia Civil de Curvelo, representando a Sra. Cristiane de Lima, Chefe do 15º Departamento de Polícia Civil de Curvelo; Walter de Araújo, Presidente da Associação de Amparo Social e Cultural de Curvelo; Cleyton Cordeiro Vieira, Assessor de Inteligência do Presídio de Curvelo; Alex Pacheco Magalhães, Delegado de Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2013.

Vanderlei Miranda, Presidente - Célio Moreira.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 28/5/2013

Às 13h15min, comparece na Câmara Municipal de Paracatu o Deputado Almir Paraca, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir os comitês de bacia, por região, a discutir questões relacionadas ao uso da água e à gestão de recursos hídricos e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Nilo André Bernardi Filho, Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba, confirmando o recebimento da programação das atividades da Comissão, manifestando o apoio do Comitê aos eventos e confirmando sua participação nas referidas atividades. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fernanda de Souza Braga, Gerente de Informação em Recursos Humanos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, representando a Sra. Marília Carvalho de Melo, Diretora-Geral do Igam; e Ivonete Antunes Ferreira, Diretora Administrativa da Associação dos Municípios da Microrregião do Noroeste de Minas; e os Srs. Olavo Remígio Condé, Prefeito Municipal de Paracatu e Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu; Marlon Gouveia Coimbra, Vereador da Câmara Municipal de Paracatu, representando o Sr. Glewton de Sá Guimarães, Presidente dessa Câmara; Paulo Campos Chaves, Diretor da Secretaria das Promotorias de Justiça da Comarca de Paracatu, representando o Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, Procurador-Geral de Justiça; Jueli Cardoso Jordão, Vice-Presidente da Associação dos Amigos e Produtores de Água do Prata; Geraldo Pimentel Barbosa Filho, Presidente do Condomínio de Irrigação Paracatu Entre Ribeiros; Gilberto A. Appelt, Vice-Presidente e Diretor Operacional do Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros em Paracatu, representando o Sr. Luis Otávio Teixeira de Noronha, Presidente dessa entidade; Antônio Eustáquio Vieira, Presidente do Movimento Verde de Paracatu e Vice-Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu; José Américo Carniel, Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Uruçuaia; e Júlio César A. Barreto, Assessor Técnico do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Uruçuaia, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 5/6/2013, às 10 horas, em Paracatu, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2013.

Almir Paraca, Presidente - Pompílio Canavez.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2013

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivair Nogueira, Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Adalclever Lopes, Carlos Pimenta e Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivair Nogueira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Guedes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a Lei nº 19.445, de 11 de janeiro de 2011, que estabelece normas para coibir o transporte metropolitano e intermunicipal clandestino de passageiros no Estado, no que se refere ao depósito de veículos apreendidos; e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Baeta Costa Machado, Diretor de Fiscalização do DER-MG, representando os Srs. Carlos Melles, Secretário de Transportes e Obras Públicas, e José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; e João Viana da Costa, Procurador do DER-MG, representando o Sr. Marco Antônio Rebelo Romanelli, Advogado-Geral do Estado; o Maj. PM Gibran Conde Guedes, Chefe da Seção Técnica de Trânsito da PMMG, representando o Cel. PM Armando Leonardo Linhares Araújo Ferreira da Silva, Diretor de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG; os Srs. Ramon Sandoli, Coordenador de Operações Especiais do Detran-MG, representando o Sr. Oliveira Santiago Maciel, Diretor-Geral desse órgão; e Edson Antenor Lima Paula, Coordenador das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor; o Cel. PM William Costa Baía, responsável pelo Departamento de Transporte Clandestino do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros Metropolitano, representando o Sr. Rubens Lessa de Carvalho, Presidente dessa entidade; e as Sras. Rafaela Gigliotti Brandi, Coordenadora de Administração de Trânsito do Detran-MG, e Zaira Carvalho Silveira, Assessora Jurídica do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Luiz Carlos Gontijo, Presidente dessa entidade, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal de Contas pedido de providências para o envio de cópia dos autos relativos ao superfaturamento das obras no Estádio Governador Magalhães Pinto; Anselmo José Domingos (2) em que solicita seja encaminhado ao Diretor Executivo da empresa Nascentes das Gerais e à Secretaria de Transportes pedido de informações relativas ao aumento da tarifa de pedágio na Rodovia MG-050 de R\$4,10 para R\$4,40; Antonio Lerin em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Rádio Sete Colinas, de Uberaba, pelos 45 anos de sua fundação e pelos serviços prestados à comunidade de Uberaba e região; Ivair Nogueira (3) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para a inclusão dos trechos que ligam Monsenhor Paulo a Varginha e a Elói Mendes no programa Caminhos de Minas; e seja realizada



audiência pública para debater o cronograma das obras de pavimentação do trecho da Rodovia MG-252 que liga Araújos a Moema; e Duarte Bechir em que solicita seja realizada audiência pública em Santana da Vargem com a finalidade de debater a situação do trevo no entroncamento das Rodovias MG-167 e BR-265. São recebidos requerimentos dos Deputados Elismar Prado em que solicita seja realizada audiência pública para debater a execução de obras de infraestrutura rodoviária no Estado; Anselmo José Domingos em que solicita seja realizada audiência pública para debater as obras em curso na Av. Tereza Cristina, em Belo Horizonte, em especial quanto a seus reflexos no trânsito e nas edificações e equipamentos urbanos do entorno; Adalclever Lopes em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a revogação do § 2º do art. 1º do Decreto nº 45.997, de 28 de junho de 2012, de modo a estender o credenciamento dos pátios já cadastrados pelo Detran-MG para o DER-MG, com a finalidade de combater o transporte clandestino no Estado; Ivair Nogueira, Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos e Adalclever Lopes (2) em que solicitam seja encaminhado às Secretarias de Transportes e de Defesa Social pedido de providências para a realização de convênio entre o DER-MG e o Detran-MG para cooperação no que se refere ao depósito de veículos apreendidos em operações de fiscalização do transporte intermunicipal e metropolitano de passageiros; seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado pedido de providências para que sejam analisados, em face da Lei nº 19.445, de 11 de janeiro de 2011, o Decreto nº 45.997, de 28 de junho de 2012, e o Ofício Catidetrans nº 752-13, de 17 de abril de 2013; Ivair Nogueira e Gustavo Valadares em que solicitam seja encaminhado à Diretoria-Geral do DER-MG pedido de providências para a implantação de anel viário em Conceição de Mato Dentro. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2013.

Celinho do Sinttrocel, Presidente - Leonardo Moreira - Anselmo José Domingos.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 11/6/2013

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.041/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com os Bancos Citibank S.A. e Deutsche Bank S.A., destinada a execução de atividades e projetos de investimentos do Estado de Minas Gerais. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.893/2013, do Governador do Estado, que cria o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.296/2012, da Deputada Liza Prado, que cria no âmbito do Estado a Comissão da Verdade Herbert de Souza para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 3, da Comissão de Justiça, ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 2 e 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 8.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.145/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 8, de 5 de abril de 2013, celebrado âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.146/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 4/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.



Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.147/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 32, de 11 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.148/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 24, de 5 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.149/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 26, de 5 de março de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.150/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 33, de 11 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.151/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 15/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.152/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 14/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.153/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 13/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.154/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 10/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.155/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 12/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.156/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 9, de 5 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.157/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 5, de 5 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.158/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 138, de 17 de dezembro de 2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.159/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 21/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.160/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 16/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.161/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 6/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.162/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 3, de 28 de março de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.164/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 20/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.173/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 22/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.174/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 29/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 11 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.175/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 17/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.176/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 18/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 11/6/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.100/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.353/2011, do Deputado Durval Ângelo; e 3.271/2012, do Deputado Sargento Rodrigues.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 694/2011, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.829/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; 4.830/2013, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.890/2013, do Deputado Cabo Júlio; 4.892 e 4.893/2013, do Deputado Sargento Rodrigues; e 4.895 e 4.903/2013, do Deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/6/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 370/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.887/2012, da Deputada Rosângela Reis; e 3.590/2012, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.935/2013, do Deputado Zé Maia.

Requerimentos nºs 4.825 a 4.828/2013, do Deputado Carlos Henrique; 4.831/2013, do Deputado Ivair Nogueira; e 4.840/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/6/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 276/2011, do Deputado Paulo Guedes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.028/2013, do Deputado Sargento Rodrigues.

Requerimento nº 4.894/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/6/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 683/2011, do Deputado Arlen Santiago; 4.106/2013, do Deputado Glaycon Franco.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.890/2012, do Deputado Carlos Henrique; 2.900, 2.983 e 3.012/2012, do Deputado Arlen Santiago; 3.342/2012, do Tribunal de Justiça; 3.394 e 3.510/2012, da Deputada Ana Maria Resende; 3.609/2012, do Deputado Gustavo Perrella; 3.659/2012, do Deputado Fred Costa; 3.882/2013, da Deputada Liza Prado; 3.912/2013, do Deputado Braulio Braz; 3.918/2013, do Deputado Paulo Guedes; e 3.950/2013, do Deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 286/2011, do Deputado Elismar Prado; 4.093/2013, do Deputado Ulysses Gomes; 4.094/2013, do Deputado Dilzon Melo; 4.099/2013, do Deputado Anselmo José Domingos; 4.101/2013, do Deputado Duarte Bechir; e 4.104/2013, do Deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/6/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.061/2011, do Deputado Antonio Lerin.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 11/6/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.688/2013, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.794/2011, da Deputada Rosângela Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.778/2013, do Deputado Anselmo José Domingos, 4.799/2013, do Deputado Duarte Bechir, e 4.877/2013, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/6/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 14H30MIN DO DIA 11/6/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.754/2013, do Deputado Braulio Braz.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.906 e 3.986/2013, do Deputado Glaycon Franco; 3.987/2013, do Deputado Anselmo José Domingos, e 3.970/2013, do Deputado Fabiano Tolentino.

Requerimento nº 4.839/2013, do Deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E
REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 11/6/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.712/2013, do Deputado Sebastião Costa; 4.730/2013, do Deputado Inácio Franco; 4.731 a 4.733/2013, do Deputado Fábio Cherem; 4.891/2013, do Deputado Bosco; 4.896 a 4.900, 4.904 e 4.905/2013, do Deputado Ivair Nogueira; 4.910 e 4.911/2013, do Deputado Duarte Bechir.

Realização de debate, em audiência pública com convidados, sobre o processo de revitalização da Rodovia MG-05, em elaboração por parte do DER-MG, e a integração dessa rodovia aos domínios do Município de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

Paulo Lamac, Presidente.



ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 11/6/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 11 de junho de 2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução n°s 4.145/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 8, de 5 de abril de 2013, celebrado âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.146/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 4/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.147/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 32, de 11 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.148/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 24, de 5 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.149/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 26, de 5 de março de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.150/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 33, de 11 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.151/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 15/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.152/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 14/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.153/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 13/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.154/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 10/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.155/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 12/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.156/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 9, de 5 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.157/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 5, de 5 de abril de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.158/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 138, de 17 de dezembro de 2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.159/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 21/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.160/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 16/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.161/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 6/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.162/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 3, de 28 de março de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz -; 4.164/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 20/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.173/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 22/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; 4.174/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 29/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 11 de abril de 2013; 4.175/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 17/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; e 4.176/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 18/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 5 de abril de 2013; e dos Projetos de Lei n°s 3.296/2012, da Deputada Liza Prado, que cria no âmbito do Estado a Comissão da Verdade Herbert de Souza para colaborar com a Comissão Nacional da Verdade; 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 3.893/2013, do Governador do Estado, que cria o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais; e 4.041/2013, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com os Bancos Citibank S.A. e Deutsche Bank S.A., destinada a execução de atividades e projetos de investimentos do Estado de Minas Gerais; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 10 de junho de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/6/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o Turno Único das Mensagens n^{os} 403 e 451/2013, do Governador do Estado, para o 2^o Turno dos Projetos de Lei n^{os} 4.041/2013, do Governador do Estado, 3.316/2012, do Deputado Zé Maia, e 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, para o 1^o Turno do Projeto de Lei Complementar n^o 16/2011, do Deputado Neilando Pimenta, e dos Projetos de Lei n^{os} 2.378/2011, do Deputado Rômulo Viegas, 3.122/2012, do Deputado Dilzon Melo, 3.367/2012, do Deputado Fred Costa, 3.623/2012, do Deputado Carlos Henrique, 3.968, 4.037 a 4.039/2013, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/6/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

Almir Paraca, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2013, às 10 horas, na Câmara Municipal de Paracatu, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, a cooperação entre os órgãos de segurança dos Estados de Minas Gerais, Goiás e do Distrito Federal, visando à melhoria da segurança pública em seus territórios e divisas, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Carlos Mosconi, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/6/2013, às 13 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Janaúba, com os convidados que menciona, com a finalidade de debater a interiorização do Sistema Nacional de Cultura em Minas Gerais, em parceria com representantes do Ministério da Cultura, da Secretaria de Estado de Cultura e do Fórum de Políticas Culturais de Minas Gerais, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2013.

Elismar Prado, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 4/6/2013

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente; demais componentes da Mesa; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; público nas galerias, muito especialmente os estudantes da Unifenas; telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, boa tarde.

No início desta legislatura, houve um fato político da maior importância: a criação nesta Casa de um bloco parlamentar, integrado à época pelas Bancadas do PMDB, do PT, do PCdoB e do PRB. Esse bloco foi batizado com o nome Minas sem Censura. A intenção explícita na escolha do nome do bloco foi fazer uma denúncia a Minas e ao Brasil do estado de exceção implantado em Minas Gerais desde 2003, quando chegou ao governo do Estado o hoje Senador Aécio Neves.

O abuso na publicidade oficial, toda controlada por sua irmã Andrea Neves, conhecida como a Goebbels das Alterosas, fez com que se implantasse em Minas uma censura mais eficaz do que a dos canhões da ditadura: uma censura econômica, promovida pelo abuso na publicidade oficial. Os gastos do Estado em publicidade subiram de R\$900.000,00, em 1999, para cerca de R\$260.000.000,00 já no

primeiro ano do governo Aécio Neves. Pasmem todos: um ano de publicidade do governo Aécio Neves equivale a três séculos de publicidade de Itamar.

Assim, começou a ser implantada em Minas uma esquizofrenia política: o convívio de duas Minas díspares e incoerentes, que não dialogam entre si. Uma, a Minas real, onde os professores não têm carreira e não recebem o mínimo; onde não se investe o mínimo estabelecido na Constituição em saúde e em educação, desde 2003; um Estado campeão nacional da dengue, com 130 mil casos; e o único Estado do Sudeste onde a criminalidade aumenta. E, de outra parte, uma Minas paradisíaca, uma filial do paraíso, a Minas da propaganda, onde tudo vai bem. Isso tem feito com que Minas Gerais empobreça. Minas Gerais, de 2003 a 2010, no “ranking” do crescimento dos Estados, ficou em 22º lugar, abaixo da média do Brasil e acima de apenas cinco Estados, que tiveram desempenho pior.

Isso ocorre num período em que Minas Gerais se transformou no Estado que mais se endividou entre todos da Federação. Porque Minas Gerais, a partir de 2003 - é bom que os estudantes saibam -, abdicou de ter qualquer projeto educacional, de saúde, de infraestrutura, de desenvolvimento, de correção de desigualdades regionais, que se agravaram a partir de 2003. O PIB da região Norte, do Deputado Carlos Pimenta, que representava 4% do PIB do Estado, caiu para 3,8%; o do Vale do Jequitinhonha caiu de 1,9% para 1,8%. Agravaram-se ainda mais as desigualdades regionais em Minas Gerais, e tudo isso ocorre paralelamente ao amortecimento, ao adormecimento das instituições. Esta Casa passou a ser uma instância de homologação das vontades dos poderosos. Cheguei a propor que, por emenda à Constituição, rebatizássemos a Assembleia de Assembleia Homologativa do Estado de Minas Gerais. O Ministério Público está proibido de investigar, para usar os termos da moda, os malfeitos do governo. Tínhamos um Procurador-Geral de Justiça que, chamado Alceu, foi renominado, nessa quadra da vida mineira, e passou a se chamar Aeceu, porque só agia nos interesses do hoje Sanador Aécio Neves. O Tribunal de Contas foi transformado numa espécie de tribunal do faz de contas, que fechou os olhos a 10 anos de descumprimento do mínimo constitucional da saúde em Minas Gerais e 11 anos de descumprimento do mínimo constitucional na educação. Desde 2003, ano a ano, o Estado descumpra a Constituição e o tribunal do faz de contas finge que vai tudo bem. Essa é a triste quadra da vida mineira.

Por razões políticas relacionadas sobretudo às eleições municipais, lamentavelmente o Bloco Minas sem Censura deixou de existir como bloco parlamentar, mas continuou existindo como movimento social, fazendo a denúncia do estado de exceção, fazendo a denúncia da transformação do governo de Minas no comitê eleitoral de uma campanha delirante, permanente e obsessiva do Senador à Presidência da República. A Cidade Administrativa, como já dito aqui, teve a sua sigla CA utilizada para se transformar no Comitê do Aécio.

E continuou não o bloco, mas o Movimento Minas sem Censura. E agora, como foi lido aqui na semana passada, tenho a satisfação de anunciar aos colegas parlamentares, aos mineiros de maneira geral que o Bloco Minas sem Censura foi recriado. Foi recriado com o PMDB, com o PT, com o PCdoB, que deve participar informalmente por razões regimentais, e com o PRB, oficialmente.

Com essa reconstrução do bloco, o que pretendemos? Reforçar a denúncia da utilização dos meios públicos de Minas numa campanha obsessiva de uma pessoa que acha que Minas existe em sua função, de uma pessoa que colocou o seu estafe de campanha para se apoderar das instituições e manobrá-las sempre em proveito próprio; que, pela primeira vez, concentrou toda a publicidade da administração direta e indireta - empresas, autarquias, tudo - nas mãos da própria irmã, que exerce, com mão de ferro, uma censura jamais vista em nosso Estado; que tutela esta Casa, passa por cima dela como se fosse um trator e, de forma hipócrita, em Brasília denuncia a existência de abuso de medidas provisórias. Logo quem fez mais de 140 leis delegadas, tornadas diplomas, como os decretos-lei do tempo da ditadura; logo essa pessoa se sente com autoridade para reclamar de excesso de medidas provisórias. Fala que não aceita que as coisas sejam votadas com rapidez, sem prazo para negociação, mas tratamos aqui, neste momento, de mais um projeto de empréstimo, que endivida Minas a ponto de torná-la inviável aos nossos filhos e às futuras gerações. Mais uma vez, um projeto tramita em regime de urgência, com as reuniões sendo abertas e fechadas para não haver tempo de discutir, porque o projeto já entrará em votação. Mais um empréstimo, que elevará para cerca de R\$25.000.000.000,00 só o valor referente aos novos empréstimos já contraídos por esse grupo que governa Minas há 11 anos. Essa cifra, somada aos R\$70.000.000.000,00 que já se devem ao governo federal, faz de Minas Gerais o mais endividado Estado do Brasil. E se nega aos mineiros o direito de acesso a essas informações, comprando a mídia, calando a imprensa, os jornais, as televisões, os rádios, que não podem fazer outra coisa senão tecer loas ao Senador que irriga os cofres dos meios de comunicação com o dinheiro do povo de Minas, que é usado em seu favor e em desfavor de Minas Gerais.

Trágica a quadra da vida mineira. Mas o Bloco Minas sem Censura, recriado, revitalizado, reforçado, revivido, vem para tornar ainda mais forte, ainda mais profunda, ainda mais aguda a denúncia do que está sendo feito com o Estado inconfidente, o Estado que sonhou a liberdade, de forma pioneira, em nosso país.

Concedo, com prazer, aparte ao Deputado Carlos Henrique, do PRB, integrante também do nosso Bloco Minas sem Censura.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Prezado Deputado Sávio Souza Cruz, nós, do PRB, fizemos parte da composição desses partidos no início da legislatura, formando o Bloco Minas sem Censura. Na verdade, temos de dar a mão à palmatória e reconhecer que, na ocasião, fomos um dos responsáveis pela não participação do partido no Bloco Minas sem Censura. Na verdade o PRB tentou, por diversas vezes, uma aproximação com o governo do Estado, mas percebemos a postura elitista de um governo que realmente não se preocupa com as minorias, principalmente com os partidos de menor envergadura, como o PRB.

Em fevereiro estivemos com Danilo de Castro, Secretário de Governo, que, lamentavelmente, não demonstrou nenhum tipo de interesse de composição com o PRB, o que nos levou a uma reaproximação e à recomposição do Bloco Minas sem Censura, até por uma questão de coerência do nosso partido, porque apoiamos o governo Dilma no plano federal.

Quero desejar efetivamente ao Bloco Minas sem Censura sucesso na nossa atuação parlamentar, como base da Oposição, como grupo da Oposição. Que de fato nos posicionemos como a Oposição ao governo do Estado. Temos certeza de que temos muito a contribuir para fazermos do nosso Estado um Estado melhor para o nosso povo, o povo mineiro. Muito obrigado.



O Deputado Sávio Souza Cruz* - Eu é que agradeço, Deputado Carlos Henrique. Mais que desejar sucesso, vamos perseguir esse sucesso com sua participação, seu empenho e seu talento.

V. Exa. tem razão quando diz que este governo não tem preocupação, sobretudo, com os mais pobres. Dinheiro para pagar professor, aqui não tem; para segurança e cuidar da saúde, também não. Mas há dinheiro para propaganda, campanha do Aécio, amigos, Luciano Huck e Fasano. Para os amigos do rei não falta dinheiro. Para criança pobre, estudante, saúde e segurança, deixa pra lá, pois isso é bobagem. A D. Andréa resolve com a propaganda - aliás, na propaganda, Minas vai bem. Isso é o que interessa não ao governo, mas ao projeto de campanha do Senador.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* - Deputado Sávio Souza Cruz, nosso Líder do Bloco Minas sem Censura, recém-criado, renovado e reanimado. Iniciamos esta legislatura com a importante composição do Bloco PT-PMDB-PRB-PCdoB. Hoje retomamos essa articulação política importante para esta Casa, assim como para debater Minas Gerais - como V. Exa. muito bem disse, uma Minas real, diferente desta Minas midiática e controlada não por um governo, mas por um projeto de uma pessoa que faz com que este governo trabalhe, única e exclusivamente, com esta perspectiva: falta de investimento e de prioridade na educação. Basta visitar as escolas estaduais do nosso Estado e conversar com uma professora ou um pai ou uma mãe de um aluno para saber da carência no atendimento e na valorização dos profissionais, assim como da falta de investimento na infraestrutura da nossa educação. Por que não avaliar a questão da saúde e da falta total de investimentos? Só o déficit da falta de investimento do mínimo constitucional em Minas Gerais nos últimos 10 anos beira R\$8.000.000.000,00. O Estado tem uma dívida com o povo mineiro na área da saúde.

Nobre Líder, devemos tratar aqui do problema pelo qual passamos - de segurança pública e de falta de efetivo. Além disso, do grande problema nas cidades fronteiriças de cada região do nosso Estado, que não têm atendimento de segurança. Poderíamos acrescentar aqui um outro problema, avaliando-o como sendo de cada cidadão quando é atendido pela Copasa. Quantas reivindicações e reclamações existem? A Cemig tem a energia mais cara do Brasil. Quanto a essa ação importante do governo da Presidenta Dilma, infelizmente o Estado de Minas Gerais não participou do acordo, retirando a possibilidade de pessoas e empresas obterem um grande desconto, que poderia chegar a 40%.

Só para encerrar, Sr. Presidente: a Cemig agora está reajustando além do desconto que o governo federal estava dando.

Finalizando, temos um grande trabalho coletivo a realizar. Como Líder da Minoria, tenho certeza de que, nessa nova composição, estaremos de mãos dadas a favor de Minas Gerais para, em primeiro lugar, mostrar aos mineiros o que acontece no Estado; e, em segundo, juntos construirmos um grande palanque de um projeto novo e revigorante para o nosso Estado de Minas Gerais.

Nobre Deputado, sucesso nessa nova liderança. Estaremos juntos nesse árduo trabalho de construirmos um projeto novo para Minas.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço à Presidência esses instantes finais além do nosso prazo. Peço apenas tolerância para agradecer ao Deputado Ulysses Gomes o aparte. Além disso, quero registrar que, sobretudo, com a participação de V. Exa., não temos dúvida de que a nossa missão será mais leve e iremos, sim, libertar Minas dos grilhões da censura, da tutela, do amortecimento das instituições e da transformação da administração do nosso Estado num comitê eleitoral.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. e a todos. Viva o Bloco Minas sem Censura!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é uma honra ouvir hoje, na Assembleia Legislativa, o nosso atual Líder, Deputado Sávio Souza Cruz. Em nome da Bancada do PMDB, que me honrou por quatro vezes fazendo-me Líder, quero parabenizar o PMDB, o PRB e o PT. Hoje, com toda a Bancada do PMDB, gostaria de agradecer a todos a confiança e o carinho e dizer, Deputado Sávio Souza Cruz, que tenho certeza de que V. Exa., com sua Liderança, vai honrar cada voto de cada peemedebista, em cada lugar de Minas Gerais. Tenho certeza de que vamos conseguir, apesar da censura e de toda opressão que a Assembleia Legislativa e a mídia mineira vivenciam. O povo de Minas não consegue ver a verdade porque as propagandas de Minas... Está virando até bordão, Deputado Sávio Souza Cruz. Encontro pessoas na rua, e elas dizem que queriam morar nas propagandas de Minas. Todos dizem: "Adalclever, eu queria morar naquela maravilha, queria morar naquilo que mostram na televisão. Que pena que na porta da minha casa tem assalto todo dia!". As mães do Belvedere não têm tranquilidade de ir buscar os filhos na hora do almoço porque estão sendo vítimas de sequestro-relâmpago. O "crack" se espalhou em todos os lugares. A polícia está fraca, tanto a Civil quanto a Militar. A segurança pública virou um caos, a saúde está um caos, mas a propaganda de Minas está uma beleza. A propaganda da segurança é a melhor do mundo. Nas propagandas de Minas é onde o povo de Minas queria morar, Deputado Rogério Correia, ou seja, na ilusão, na ilha da fantasia, criada por quem não mora aqui. Ele coloca o que quer na propaganda e viaja para outro lado.

Então, quero dizer que me sinto um Deputado realizado. Vejo esse bloco com vontade de dar nova opção para Minas, de mudar. Tenho certeza de que a maioria dos parlamentares presentes queriam ter a coragem de participar do bloco. Sei que há pressão, mas todos queriam ter a liberdade de apresentar um novo projeto, uma nova proposta para seu Município, para sua região e principalmente para o Estado de Minas Gerais. É muito difícil acordar quem está dormindo, Deputado Rogério Correia, mas acordar quem finge que está dormindo é impossível. Hoje, conversando com os colegas, notamos que há insatisfação geral. Parece que o nosso bloco virou satisfação de todos, mesmo os que não podem falar na base torcem para que o bloco mostre a verdade do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Adalclever, em primeiro lugar gostaria de parabenizar V. Exa., que hoje deixa a Liderança do PMDB, e o Deputado Paulo Guedes, que deixa a Liderança do PT. Como Líderes de bancada, fazem-no em nome de um projeto maior, do Bloco Minas sem Censura e da união dos nossos partidos: o PT, o PMDB, o PRB e, esperamos, o PCdoB, ou seja, reativar o bloco de 23 Deputados, do qual também tive a honra de ser o primeiro Líder. Hoje elegemos o Deputado Sávio Souza Cruz para dar continuação a esse Bloco, que, tenho certeza, assim o fará com brilhantismo e o reconhecimento que tem de todos nós.

Concordo com V. Exa., o projeto do PSDB e de seus aliados em Minas exauriu. É um projeto em fase terminal, e assim está porque, do ponto de vista econômico, demonstrou que o choque de gestão e o déficit zero já não podem ser colocados em prática em Minas, a não ser com a fome e a desgraça do povo mineiro. O choque de gestão e o déficit zero levaram Minas Gerais a ser o 2º Estado mais



endividado do País. Ao mesmo tempo, fizeram com que Minas Gerais não conseguisse sequer, através do governo Anastasia - como também não o fez o governo Aécio Neves -, aplicar o mínimo constitucional na educação e na saúde. Esse projeto, portanto, está exaurido, pois tem como símbolo não permitir que uma professora se alimente na escola com seus alunos. Aliás, abro um parêntese para dizer que apresentei um projeto de lei para mostrar o óbvio: que o Estado complemente os recursos para não deixar uma professora com fome dentro da escola. Sei que esse projeto será abraçado pelo Bloco Minas sem Censura.

Deputado Adalclever, parabênize V. Exa. e o retorno do Bloco Minas sem Censura, porque, novamente, uniremos uma Oposição institucional forte, responsável como sempre e ligada a um projeto nacional do ex-Presidente Lula e agora da Presidenta Dilma à luta popular, à luta dos movimentos sociais que anunciam também grande jornada dos servidores públicos, dos sem-terras, dos professores, dos médicos, dos agentes da saúde e dos servidores da segurança pública contra esse projeto neoliberal, nefasto em Minas Gerais. A existência do Bloco Minas sem Censura novamente é para Minas Gerais um sopro de esperança que se transformará - espero - num projeto alternativo do campo popular de nosso país e de Minas Gerais. Parabéns, Deputado.

O Deputado Adalclever Lopes - Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Cabo Júlio (em aparte)* - Deputado Adalclever, neste momento, em que V. Exa. deixa a liderança do PMDB, queria dizer que, no tempo em que estive aqui, senti-me muito bem representado por V. Exa.

O Deputado Adalclever Lopes - Muito obrigado.

O Deputado Cabo Júlio (em aparte)* - V. Exa. foi um Líder realmente líder, e há uma diferença entre chefia e liderança. V. Exa. foi um Líder que sempre ouviu todos os Deputados e trabalhou as discordâncias que, porventura, existiam em uma bancada, e é natural que haja numa democracia. Ao mesmo tempo que fico alegre com essa composição, fico triste pela saída de V. Exa. da Liderança do PMDB, mas, regimentalmente, quando dois ou três partidos se unem, passam a formar uma nova figura, ou seja, o bloco figura-se como partido.

Quero dar repercussão bem rapidamente, pois meus colegas querem falar, Deputado Sávio, à propaganda do PMDB na televisão, que faz um paralelo entre a Minas Gerais da realidade e a Minas Gerais dos programas de televisão. Na propaganda do governo, vimos que agora, na segurança pública, cada Município, ou melhor, cada comarca tem um Delegado. Queria dar uma informação aos colegas: foram nomeados 420 novos Delegados. Agora um dado que as pessoas não falam é que, no primeiro mês, dos 420 nomeados - e é um concurso difícil, em que uma pessoa precisa estudar, no mínimo, dois anos para passar -, 18 pediram exoneração. Quando chegaram na sua comarca, disseram: "Vou trabalhar aqui?! Com essa estrutura?! Desse jeito?!". Iam num carro e voltavam no outro. Esse é o primeiro ponto.

O segundo é que nomearam um Delegado para uma comarca. O Delegado não é super-homem, não trabalha 24 horas por dia, só trabalhava oito horas. Por 16 horas, a comarca continuava sem Delegado, sendo obrigados os colegas policiais militares a se deslocarem 100km, 150km, 200km e até quase 300km, entre ir e vir, para encerrar um caso.

Termino dizendo, Deputado Sávio, Deputado Rogério e Deputado Adalclever, que eu também queria morar na Minas Gerais das propagandas.

O Deputado Adalclever Lopes - Muito obrigado pelo carinho, Deputado Cabo Júlio. Queria deixar bem claro que os policiais militares e civis estão trabalhando muito. Eles têm uma carga de trabalho grande. O problema é que nomearam Delegados, mas eles não têm equipe.

Deputado Sargento Rodrigues e Deputado Cabo Júlio, hoje os Delegados estão trabalhando em excesso e com uma equipe pequena. Hoje um Delegado responde por... Se você tiver um problema em Nova Lima, você tem de ir lá em Vespasiano registrar a ocorrência, porque não há Delegado. Há somente um plantão na Região Metropolitana. É um arraso, é uma vergonha a forma como a segurança pública está em Minas.

Quero agradecer ao Deputado Cabo Júlio o carinho. Tenho a certeza de que levarei sempre para casa o orgulho de ter liderado uma bancada tão nobre como a do PMDB, ao lado desse companheiro, grande parceiro e amigo, que é o Deputado Paulo Guedes, que agora também assume outro posto.

Nós estávamos na Liderança e agora vamos para a trincheira, com V. Exa. no comando do nosso Bloco. Deixo claro, Deputado Sávio Souza Cruz, que é com muito orgulho, com muito vigor e com muita honra que viro hoje um soldado de infantaria. Quero estar na primeira linha para mostrar uma nova proposta para Minas Gerais.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Obrigado, Deputado Adalclever. Quero parabenizá-lo pelo período em que estive na Liderança do PMDB, quando eu estive na Liderança do PT, e sempre mantivemos uma sintonia de pensamento nesta Casa. Ao formarmos o Bloco, V. Exa. deixa a Liderança do PMDB e eu estou deixando a Liderança do PT, e estamos passando a Liderança do Bloco ao nosso grande e experiente Deputado Sávio Souza Cruz. Estou indo para a Liderança da Minoria, que é a Liderança da Oposição nesta Casa. Adalclever Lopes, tenha a certeza de que juntos - eu, você, o Sávio e toda a nossa bancada do PT-PMDB-PCdo-PRB - vamos entrar em uma sintonia perfeita para tirar essa máscara - que o ex-Governador Aécio usava e agora o Governador Anastasia usa - da propaganda enganosa no Estado.

Deputado Adalclever, V. Exa. tocou em um ponto fundamental, que é a segurança pública. Acabei de receber um ofício do advogado Diogo Emanuel Domingos e da servidora pública Antônia de Lourdes Teixeira, de Rio Pardo de Minas, em que relatam o desaparecimento de uma criança de oito anos, Emilly Ferrari, há mais de 30 dias naquela cidade. O caso demorou a ser investigado porque não havia Delegado na cidade. O Delegado de Rio Pardo de Minas, uma cidade centenária, estava servindo a Taiobeiras, além de responder por mais quatro cidades. Essa é a verdade que contraria a propaganda oficial com artistas globais, pagos com muito recurso do povo mineiro. Se o governo investisse na segurança o que gasta em publicidade, talvez não tivéssemos problemas tão graves como esse que está acontecendo em Rio Pardo de Minas, em que uma criança está desaparecida há mais de 30 dias sem nenhuma explicação, e não havia delegado na cidade para apurar o caso.

Essa é a verdadeira realidade de Minas Gerais, que está muito longe da Minas da fantasia, da propaganda partidária, como foi muito bem exposto por V. Exas. do PMDB e agora no pronunciamento de V. Exa. nesta Casa. Parabéns, Deputado Adalclever.



O Deputado Adalclever Lopes - Obrigado, querido amigo e meu Líder de Minoria, e agora meu Líder Paulo Guedes. Concedo aparte ao novo Líder da querida Bancada do PMDB-PT-PRB, Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Quero aproveitar os instantes finais do seu pronunciamento para lhe render uma homenagem publicamente, não só no exercício mais uma vez destacado da liderança da nossa bancada, mas também na articulação da recriação do Bloco Minas sem Censura. A atuação parlamentar do Deputado Adalclever Lopes, por si só, é um atestado de que a liderança real, a liderança verdadeira se exerce independentemente de se estar no posto formalmente indicado. V. Exa., independentemente do posto que estiver ocupando, sempre estará no PMDB, no Bloco Minas sem Censura, sendo referência e exercendo a sua sempre competente liderança. Fica assim registrada publicamente a minha homenagem ao Deputado Adalclever Lopes.

O Deputado Adalclever Lopes - Muito obrigado. E agradeço ao nosso querido Presidente, Deputado José Henrique, também membro da nossa bancada, pela gentileza e pela tolerância conosco. Muito obrigado a todos, e que Deus nos abençoe nessa caminhada do nosso bloco até a vitória.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para discutir esse projeto conhecido como Lei Geral da Copa.

Mas quero destacar um ponto dele e, ao mesmo tempo, sugerir que, em função desse destaque, o nome do projeto da Lei Geral da Copa passe a ser Lei Geral do Copo, que trate da venda de bebida alcoólica nos estádios em Minas Gerais, especificamente no Estádio Governador Magalhães Pinto, o nosso Mineirão. Por uma exigência da Fifa, agora nesta Casa está para ser votado e aprovado um projeto de lei que também foi discutido nesta manhã na reunião extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas, presidida por mim, com a Comissão de Comissão de Esporte, brilhantemente presidida pelo Deputado Marques Abreu. Lá fizemos, ainda que de forma meio atropelada, uma discussão do relatório apresentado e do projeto como um todo.

Acredito que o projeto na sua totalidade seja importante para organizar um processo, mas, ao incluirmos nesse projeto a liberação da venda de bebida alcoólica no Mineirão, creio, Sr. Presidente, que estamos diante de um grande retrocesso, por razões óbvias. Não temos uma lei que proíba a venda e o consumo de bebida alcoólica nos estádios, mas temos um acordo, um termo de ajustamento pelo qual, há muito tempo, não se vende e não se consome bebida alcoólica nos estádios em Minas Gerais, especialmente no Mineirão. Está provado por A mais B que, desde que cessou o consumo de bebida alcoólica no estádio, o índice de violência diminuiu, Deputado Elismar Prado. Então, pudemos ver com muita alegria as famílias, em especial as crianças, retornando ao campo de futebol, porque a violência diminuiu e a tendência é diminuir mais ainda.

Também foi colocado na discussão da comissão desta manhã, Sr. Presidente, que, na verdade, o que estávamos fazendo era cumprindo um acordo que o Presidente Lula tinha feito com a Fifa há oito anos. Pedi vênua aos meus companheiros parlamentares na reunião das comissões para dizer que, se houve um acordo oito anos atrás, esta Casa não foi chamada. Pelo menos não tenho conhecimento de que esta e outras casas legislativas estaduais tenham sido chamadas para discutir esse acordo da liberação da bebida nos estádios, Deputado Bosco. Muito bem, se não fomos chamados para discutir um acordo, partimos do princípio de que não estamos sujeitos a ele. Para não ficar só nisso, sabe o que aconteceu? O governo federal transferiu aos Estados decidir, ou seja, legislar sobre a questão. Então, chegou às nossas mãos o projeto em tela, conhecido como Lei Geral da Copa, que, em se tratando da questão da bebida, me permito agora mudá-lo para Lei Geral do Copo, para contestar e protestar, porque isso nos faz regredir no que já avançamos.

Ora, como Presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas - e é nessas outras drogas que está o álcool -, não posso me calar. Tenho responsabilidade com aqueles que estão agora acompanhando pela TV Assembleia essa discussão, com as famílias da minha cidade e do meu Estado, com aqueles enlutados, com aqueles que estão hoje chorando a perda de entes queridos por causa do uso da bebida e da combinação demoníaca, diabólica, desastrosa de álcool e volante.

Não posso me calar vendo um projeto desse chegando à Casa e a Casa ter de se ajoelhar diante de uma exigência da Fifa aprovando a liberação da venda de bebida alcoólica nos estádios. Deputado João Leite, V. Exa. também é um defensor dos mesmos princípios e ideias que eu. Os nossos estádios hoje não têm mais o fosso, o que é uma maravilha, porque se entende que agora temos uma torcida civilizada, ordeira, respeitosa, que não invadirá o campo. A Fifa, por sua vez, não permite a presença da ostensividade policial nos estádios. Então, começaram a preparar pessoas para ficar entre as cadeiras e o gramado - elas estão a mais ou menos 10m uma da outra. Acredito que qualquer pessoa de bom senso concordará comigo: imagine uma torcida apaixonada, inflamada e, mais do que isso, inflamável, porque, uma vez tendo bebido, perde-se o controle de muitas coisas. Haverá de fato segurança e controle para que essa torcida, tendo feito uso de bebida alcoólica, não invada os campos de futebol? Fica essa pergunta, que precisa de resposta.

Na questão da segurança isso é importantíssimo. É preciso analisar com responsabilidade a liberação da venda de bebida nos estádios. E não só por isso. Hoje sabemos que existe uma fiscalização não muito eficiente, mas que tem mostrado bons resultados em relação a bares e restaurantes. Hoje temos equipes para fiscalizar motoristas que saem embriagados ou com nível de álcool superior ao permitido, porque a tolerância é zero, mas não é tão zero quanto parece. Descobriu-se que os manobristas estavam dando uma de espertos, pegando os carros e entregando-os aos motoristas depois do local da "blitz". Como já se detectou isso, hoje há cerco também em relação aos manobristas.

O cidadão que vai ao estádio hoje com certeza não usará transporte público para o Mineirão, por exemplo. Não temos transporte que seja capaz de atender a demanda. A maioria irá, com certeza, em seu próprio carro. Lá, Deputado Juninho Araújo, esses torcedores farão uso de bebida. Ao sair, pegarão os seus veículos. Pergunto: haverá a mesma rigidez e responsabilidade de colocarem "blitz" no entorno do estádio para fiscalizar os que sairão embriagados e pegarão o volante de seus carros? Isso está previsto no projeto de lei? Sei que na proposição está previsto que haverá uma grande campanha educativa por parte do governo falando dos malefícios e dos perigos do uso da bebida, mas não vi no projeto que haverá também nessa cartilha ou nesse material de publicidade um alerta em



relação ao crime que se comete quando combinada a alcoolemia com o volante. Fica também esta pergunta: como fiscalizaremos isso? Haverá número suficiente de pessoas para fazer essa fiscalização? Precisamos de uma resposta.

Daqui a pouco o Sr. Presidente vai ler um pedido de destaque que faço, exatamente do art. 7º do projeto, que trata da questão da venda e do consumo da bebida por ocasião da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. Gostaria de fazer um apelo a meus colegas Deputados e minhas colegas Deputadas: votemos contra a liberação do uso, da venda e do consumo de bebida alcoólica no Mineirão. Esta Casa só tem a ganhar, Deputado Doutor Wilson, se votarmos contra, só tem a ganhar.

Faço uma pergunta: se não venderem bebida alcoólica, a Fifa deixará de realizar os jogos? Acredito que não, porque senão se entenderia que o mais importante e o que está em jogo não é a diversão, não é o “fair play”, não é o jogo, não é a Copa das Confederações, não é a Copa do Mundo, mas sim a liberação da venda e do consumo de bebida alcoólica. Então, não podemos entender e admitir que a Fifa cancele um jogo no Mineirão por não haver venda de bebida alcoólica. Já que foi transferida do governo federal para os governos estaduais, para as casas legislativas estaduais a responsabilidade de votarmos e de regularizarmos essa questão pendente, cabe a esta Casa legisla-la. E já que temos em nossas mãos a responsabilidade, Deputado Carlos Henrique, acho que podemos fazer isso de forma lúcida, consciente e inteligente votando contra a venda de bebida alcoólica no Estádio Governador Magalhães Pinto, o nosso popular Mineirão. Creio que assim todos nós ganhamos. V. Exa., Deputado João Vítor, milita no meio do esporte e já está escalado para trabalhar nesses dois grandes eventos, assim como os Deputados Mário Henrique Caixa e Marques Abreu. Estou falando dos escalados para trabalhar nos eventos, já que o Marques está escalado por antecedência porque já trabalha nesta Casa lutando em prol dos projetos que aqui chegam.

Acredito, Deputado Marques, que está nas nossas mãos, se quisermos de fato dar uma grande contribuição à nossa sociedade. Não tenho nada contra quem gosta e quer beber a sua cerveja, eu somente sou a favor da vida e da segurança. Apenas isso. Não estou aqui fazendo um discurso em cima de um projeto ou de um destaque de um projeto porque sou contra os que fazem uso de cerveja. Tenho a meu favor, nessa defesa, o fato de ter havido uma redução da violência desde que pararam de consumir bebidas alcoólicas nos estádios.

Temos trabalhado muito e não quero ficar com a sensação de que estou enxugando gelo. Hoje estou presidindo uma comissão com a qual estamos começando a viajar pelo Estado. Meu Deus, estamos diante de um flagelo. Entre as drogas mais consumidas neste país temos duas em destaque. Alguns pensam que o “crack” é a droga mais consumida neste país. O “crack” perde para a bebida alcoólica. A droga mais consumida no País é a bebida alcoólica. Portanto, quero crer, Deputado Inácio Franco e Deputado Hely Tarquínio, que está nas nossas mãos a decisão. Acredito que a Fifa não vai cancelar nenhum jogo, seja da Copa das Confederações, seja da Copa do Mundo, por não haver venda de bebida alcoólica nos estádios.

Agora, a quem atende a liberação da venda de bebida alcoólica nos estádios? Apenas ao cartel produtor, da cerveja principalmente, que é um cartel poderosíssimo, que reúne fábricas no mundo inteiro, que põe nos cofres hoje dessas entidades bilhões e bilhões de reais, de dólares e de euros. O cartel da cerveja hoje está presente em todos os continentes e faz valer o poderio econômico que tem. É lamentável perceber que o poderio econômico se sobrepõe ao valor maior, que é a vida.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Agradeço o aparte.

Já tive a oportunidade de me manifestar, na semana passada, a respeito desse assunto. Acho que, acima de tudo, estamos ferindo a soberania nacional. A Lei Geral da Copa do Mundo nada mais é que um atropelo à democracia brasileira, às nossas instituições, aos governos federal, estadual e municipal, às casas legislativas. Já disse na semana passada, e repito hoje, que o nosso país está de cócoras para a Fifa. O Presidente daquela instituição, Joseph Blatter, deveria assumir o controle do Brasil de uma vez. Essa entidade, que é de direito privado, que gera lucro, que remunera - e muito bem - os seus dirigentes, que tem práticas muito pouco transparentes, que tem a sua associação com inúmeras denúncias de corrupção, está mandando no nosso país, Deputado.

Infelizmente estamos vendo a luta de muitos durante anos sendo rasgada no Brasil. Rasgamos o direito do estudante brasileiro na Lei Geral da Copa. Quantos e quantos militantes secundaristas, universitários, lutaram durante anos pelo direito da meia-entrada no Brasil? A Fifa está rasgando isso, e estamos assinando embaixo. Quantos e quantos lutaram pelo fim da bebida nos estádios? Mas a Fifa vem aqui e, para atender aos interesses da Budweiser, que é a patrocinadora, rasga isso, e estamos assinando embaixo.

Já disse aqui que deveríamos pelo menos ter a coerência de uma regra única no que diz respeito à venda de bebidas alcoólicas. Se se vende na Copa do Mundo para o alemão, para o francês, para o italiano, para o argentino, para o paraguaio e para o uruguaio, temos de vender para o seu Zé, do Pindorama; para a D. Maria, do Glória; para o seu Paulo, do Lourdes; para o seu Antônio, do Sion. Por que o brasileiro não pode tomar cerveja num dia de Atlético “versus” Cruzeiro, Deputada Maria Tereza Lara? Por que quem vem de Betim não é digno de tomar um copo de cerveja num jogo de Atlético “versus” América ou Cruzeiro “versus” América? Por que quem vem de Paris pode tomar cerveja no Mineirão na Copa do Mundo, mas quem vem de São José da Lapa não pode tomar cerveja no Mineirão num dia de jogo do Campeonato Mineiro?

Precisamos ter regra única! Ou vale para a Copa do Mundo, para a Copa das Confederações e para todas as competições ou não vale para competição nenhuma. É incoerente de nossa parte dizer que quem vem do exterior para assistir a um evento que vai durar 15 dias no nosso país tem condições de conviver com o álcool no estádio, mas nós não temos. Estamos dizendo para o mundo, no momento que aprovamos a bebida alcoólica para a Copa das Confederações, Deputado Vanderlei Miranda, que o povo brasileiro não tem capacidade de conviver em harmonia com o esporte e o álcool, mas o estrangeiro tem. Para o estrangeiro tem álcool na Copa das Confederações e na Copa do Mundo, mas para quem vem de Sabará, de Nova Lima, de Ribeirão das Neves, de Contagem, a fim de assistir a um jogo do Campeonato Mineiro, não tem. Isso é, no mínimo, incoerente. Onde está a coerência disso? O nosso povo é pior que o resto? O que estamos dizendo é isso. Nós não podemos no dia a dia. Sei que o senhor não faz uso de álcool, mas, se o senhor quiser, Deputado Vanderlei Miranda, tomar uma cerveja no Mineirão, no seu camarote, com a sua família, com os seus filhos, com a esposa, não pode. Agora, o Haus não sei das quantas, que vem de Viena, da Áustria, pode beber o que quiser, porque é melhor que nós.



Estamos assinando um atestado de incompetência mundial. Mais uma vez a síndrome do cachorro vira-lata bate à nossa porta. Somos piores que o mundo inteiro. Eles podem vir aqui beber, e nós não podemos. Isso não pode acontecer nem na Copa do Mundo nem no resto. Deputado Vanderlei Miranda, sou a favor de uma regra única: ou podemos todos a todo momento, ou não podemos ninguém em momento algum.

E para finalizar o aparte, agradeço a V. Exa. Não consigo conceber como um País rasga a sua história, como estamos rasgando quanto à meia-entrada. Pegaram a escória dos ingressos da Copa das Confederações, pegaram o resto dos ingressos da Copa do Mundo e colocaram à disposição dos estudantes. É uma vergonha o que se está aprovando na Lei Geral da Copa do Mundo a respeito da meia-entrada. É uma vergonha, tenho vergonha de ser brasileiro, tenho vergonha do que está sendo aprovado no nosso país na Lei Geral da Copa do Mundo. A Fifa, que é uma entidade das mais comprometidas do ponto de vista moral, atropelou a democracia do nosso país. Não votarei nesses dois artigos da Lei Geral da Copa nem quanto à questão da bebida nem quanto à questão da meia-entrada. Não tenho síndrome de cachorro vira-lata. Não acho que o povo brasileiro seja pior do que o resto. Não acho que temos de ser privados durante o ano inteiro para a bebida ser liberada para gringo na Copa do Mundo.

O Deputado Vanderlei Miranda* - Obrigado, Deputado João Vítor Xavier. Creio que o aparte de V. Exa. veio em boa hora. Convém destacar a lucidez com que expôs sua posição, aliás corajosa posição.

Precisamos fazer coro em relação a essa questão. Deputado João Vítor Xavier, no projeto há uma sutileza, o art. 7º fala de comidas e bebidas. Ora, refrigerante é bebida, água mineral é bebida. Deputada Maria Tereza Lara, aí é que está, coloca-se alcunha: bebidas. Sr. Presidente Deputado Hely Tarquínio, em vez do destaque quero apresentar uma emenda para que seja suprimida a bebida alcoólica. Vou pedir à assessoria, ao nosso amigo Carlão, que observe se nesse artigo está claro, se está falando bebida alcoólica ou se genericamente bebida. Precisamos deixar claro o tipo de bebida de que estamos falando, se não está claro em relação a bebida alcoólica, Deputada Maria Tereza Lara. Essa é uma coisa que precisa ficar clara.

Outra coisa que precisa ficar clara, se estamos falando de bebidas: quais bebidas? As bebidas não alcoólicas em geral? Ou todas as bebidas? É preciso que isso fique bem claro porque vai permitir uma discussão mais adiante, se aprovado da forma como está, Deputado Rômulo Viegas. Isso pode abrir uma discussão mais adiante, e poderá até ser objeto de ação fora deste Plenário a aprovação do projeto.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Vanderlei Miranda, serei breve. Quero parabenizá-lo por essa discussão e dizer que conte com meu voto contra bebida alcoólica no campo porque voto em defesa da vida. Não sou contra bebidas, contra uma cervejinha que as pessoas estiverem tomando. O problema é virem estrangeiros aqui e beberem, não só eles, mas quem estiver lá. É uma questão de segurança, sobretudo no trânsito depois dos jogos, como V. Exa. disse. Nada justifica a perda de uma única vida. Não digam depois que não debatemos e discutimos isso nesta Casa. Se isso acontecesse, seríamos omissos. Fizemos um ciclo de debates na Comissão de Segurança Pública para o Estado inteiro. O Presidente dessa comissão é o Deputado João Leite, e V. Exa. participou de muitas discussões. Não concordamos em arriscar a vida do ser humano, que é o maior bem que temos, o bem civil. Realmente, o dom de Deus é a vida.

É isso o que está em debate. Aliás, na Lei Geral da Copa, no âmbito federal, respeitou-se a decisão dos Estados. Em Minas, a nossa posição é contrária à bebida e não podemos colocar o financeiro em primeiro lugar, porque o que está em jogo aí, Deputado, não é a bebida – todo mundo pode beber pelo resto da vida, fora dos campos; o que está em jogo é o lucro com a bebida dentro dos campos de futebol, ignorando-se as questões de segurança, sobretudo da segurança no trânsito. Portanto, somos contra essa liberação. Conte com o nosso voto à sua emenda, para acabarmos com essa possibilidade da venda de bebida alcoólica durante a Copa. Orgulho-me de ser brasileira e acho que esse será um momento rico para o Brasil, mas não podemos deixar que macule esse momento qualquer risco de vida para o ser humano. Obrigada.

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Obrigado, querido amigo, Deputado Vanderlei Miranda. Hoje fizemos a reconfiguração e a recomposição do Bloco Minas sem Censura, e quero conchamar os companheiros desse bloco - PT-PMDB-PCdoB-PRB - para, solidarizando-nos, votarmos, como nosso primeiro ato, favoravelmente ao seu destaque, derrubando a permissibilidade da bebida alcoólica nos estádios.

Hoje, temos uma nova configuração arquitetônica dos estádios, de forma que há uma proximidade muito grande entre o torcedor e o atleta, pela facilidade de acesso do torcedor ao campo de futebol. Portanto, com tudo o que foi dito por V. Exa. e pelo Deputado João Vítor Xavier, que também o aparteu, é mais do que justificável que nós, que temos consciência da importância da vida, que temos a obrigatoriedade e a autoridade para legislar...

O Deputado Vanderlei Miranda* - E a responsabilidade...

O Deputado Carlos Henrique (em aparte)* - Sim, é mais do que justo que nós, que temos também essa responsabilidade, legislemos em defesa do cidadão. Uma minoria de pessoas, que vão aos estádios na intenção de fazer baderna e que se utilizam da bebida alcoólica para isso poderão envergonhar muito o nosso país, o que justifica mais do que nunca que votemos contra o uso da bebida alcoólica nos estádios. Parabéns.

O Deputado Vanderlei Miranda* - Aproveitando os últimos minutos que me restam, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero fazer esse apelo mais uma vez: vamos votar esse projeto de forma responsável. Há nele muita coisa importante, mas há também essa nocividade que é a liberação da venda de bebida alcoólica nos estádios. Por essa razão, conclamo a todos. Sei que os senhores são pais e alguns são avós, como eu; sei que as senhoras são mães e algumas são avós, como a minha querida esposa Fátima. Portanto faço esse apelo aos senhores, não só em nome da nossa geração, mas em nome dos nossos filhos e netos. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Vítor Xavier* - Sr. Presidente, nobres colegas desta Casa, gostaria de destacar mais uma vez a minha preocupação com o precedente histórico que está sendo aberto por causa da Copa do Mundo e da Copa das Confederações em nosso país. Não podemos perder a autonomia do nosso país; não podemos perder a autonomia do nosso Estado nem dos nossos Municípios. O



Presidente da Fifa não pode sair de Zurique, montar em seu jato particular de US\$60.000.000,00, descer no Brasil e querer ditar as regras aqui. Estou muito preocupado, Deputado Anselmo, com o que está acontecendo em nosso país: estamos rasgando conquistas históricas do nosso povo por causa da Copa do Mundo e da Copa da Confederações.

Quando um país rasga as suas leis por interesses econômicos, um precedente histórico dos mais perigosos é aberto, e nós não sabemos aonde isso vai parar. Não me sinto à vontade para votar um projeto que libera bebidas nos estádios, se o cidadão brasileiro não tem esse mesmo direito no dia a dia. Deputado Anselmo José Domingos, estou apresentando uma emenda a esse projeto, que diz o seguinte: se puder na Copa das Confederações e na Copa do Mundo ter cerveja no Mineirão, que tenha nos jogos de Atlético, Cruzeiro, América e Vila Nova. Se não puder isso, que também não tenha na Copa das Confederações nem na Copa do Mundo. Nós temos de parar com a nossa síndrome de vira-latas, temos de parar com a nossa síndrome de cachorro de rua. Não é possível que o povo brasileiro seja pior do que todo o povo do mundo inteiro. Não é possível que o mexicano, que o argentino, que o italiano, que o paraguaio, que o boliviano saibam beber no estádio e se comportar com a bebida alcoólica! E que nós, brasileiros, não saibamos.

Nas andanças pelo mundo, cobrindo futebol, eu já vi imagens que me envergonharam. Já disse aqui no Plenário e quero dizer novamente: estive na Copa do Mundo da Alemanha. Eu estava na cidade de Nuremberg e assisti a um confronto entre ingleses e alemães que quebrou a cidade. Destruíram a praça milenar da cidade de Nuremberg. Estavam todos alcoolizados. Agora, eles, aqui, vão poder beber. Quem sai do Barreiro, Deputado Anselmo José Domingos, num dia de jogo entre Atlético e Cruzeiro, ou Atlético e Caldense, Cruzeiro e Vila Nova, ou América e Tupi não pode beber. Por que os hooligans, Deputado Celinho do Sinttrocel, podem beber cerveja em Belo Horizonte e o torcedor que é do Vale do Aço não pode? O cidadão do Vale do Aço é pior do que os súditos da Rainha Elizabeth? O cidadão do Norte de Minas é pior do que quem vem da Itália? O cidadão de Belo Horizonte é inferior a quem vem da Argentina? Nós estamos dando aos outros um direito que não temos. Isso é assinar uma síndrome de incompetência do nosso povo, e eu não assino.

Eu não me acho pior do que ninguém por ser brasileiro. Eu não me acho inferior a ninguém por ser mineiro. Eu não posso votar a favor de uma passagem da Lei Geral da Copa que dá a um estrangeiro o direito que nós, brasileiros, não temos. Como V. Exa. vai explicar, Deputado Anselmo José Domingos, para o jornalista do Barreiro, que ele não pode tomar cerveja no Mineirão, mas que o cara que sai de Piemonte, na Itália, pode “encher o rabo” de cerveja aqui? Como vou explicar, no Alípio de Melo, que o cara não pode tomar uma cerveja no Mineirão, mas que quem vier da Espanha poderá beber? Onde está nossa coerência? Onde está a coerência da legislação no nosso país?

Nós estamos rasgando uma outra luta histórica do povo brasileiro, Deputado Anselmo José Domingos, que é a luta pela meia-entrada. Ao rasgar essa luta, Deputada Luzia Ferreira, estamos rasgando a história de militância de movimentos estudantis, de movimentos secundaristas, que lutaram pelo direito à meia-entrada em nosso país. Estamos jogando essa luta, de décadas, na lata de lixo. Colocaram o direito à meia-entrada para o escanteio. O que há de pior nos estádios é que sobrou para a meia-entrada. Pegaram o resto do resto do resto e disseram ao estudante: “se vira com isso, é a isso que você tem direito”. Nós não temos o direito de fazer isso com tantos militantes que lutaram por essa causa em nosso país.

Deputado Anselmo José Domingos, concedo-lhe aparte dizendo que estamos rasgando a lei brasileira, que estamos rasgando a militância estudantil do nosso país, e estamos rasgando a nossa autonomia para atender a interesses da Fifa, uma entidade com fins lucrativos, uma entidade que paga muito bem a seus executivos, e uma entidade com inúmeras denúncias de suspeições de corrupção.

O Deputado Anselmo José Domingos (em aparte)* - Boa tarde, Deputado João Vítor Xavier. Agradeço-lhe a oportunidade do aparte. V. Exa. levanta esse tema de um ângulo muito interessante, que é o da soberania que temos, seja em Minas Gerais, seja no Brasil, em relação às coisas que são nossas. Toda vez que qualquer brasileiro sai do País, obedece às normas do país aonde vai, e esse é um ponto de vista muito interessante.

Mas quero trazer um outro ponto de vista, que é importante e foi levantado aqui pelo Deputado Vanderlei Miranda, que é uma experiência extremamente positiva que temos tido, nos últimos anos, com a proibição da venda de bebida alcoólica nos nossos estádios. Essa tem sido uma evolução, uma experiência que tem trazido dados importantes sobre as nossas ocorrências policiais, se comparados aos que tínhamos antes da proibição da venda das bebidas alcoólicas nos nossos estádios. Temos tido ambientes mais propícios, mais favoráveis à frequência das famílias. Estamos vendo as crianças voltarem ao campo de futebol com aquele entusiasmo, aquele ânimo, aquela alegria própria da criançada, o que leva um novo astral aos nossos campos de futebol. Além do mais, tenho ido a alguns espetáculos, sejam jogos, sejam “shows” artísticos, nos nossos dois estádios, e também não estou vendo a necessidade de se vender bebida alcoólica. Os nossos bares estão ficando cheios o tempo inteiro para a venda dos refrigerantes, das bebidas não alcoólicas e dos alimentos. Então não estou vendo essa necessidade, até mesmo do ponto de vista financeiro, econômico, a não ser uma imposição que possa estar vindo de patrocínio ou de outra linha. Vejo que é uma inadequação à realidade que temos vivido, e acho que essa realidade é positiva e que devemos insistir nesse caminho.

Por isso é importante votarmos aqui, hoje, contra a venda das bebidas alcoólicas nos estádios, nessas duas copas que Belo Horizonte muito bem está recebendo e receberá. Não queremos nenhum tipo de incidente como os que já tivemos aqui, que se reduziram bastante. Acho que este é um momento importante, e a responsabilidade é nossa, porque foi passada aos Estados Federados a responsabilidade de definir essa matéria. Acho que temos de falar “não” à bebida alcoólica nos estádios.

O Deputado João Vítor Xavier* - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Anselmo José Domingos. Nesses meus 13 anos como cronista esportivo, já vi no Mineirão algumas cenas inacreditáveis. Vi um pai com dois copos de cerveja nas mãos e a filha no colo e uma mãe com sua filha no colo. Esse pai, que estava com sua filha e dois copos de cerveja nas mãos, jogou sua filha e seus copos de cerveja no chão para bater na mulher que estava com sua filha no colo. Ninguém, em sã consciência, faz uma coisa dessas. Ninguém, em sã consciência, bate numa mulher. Ninguém normal, em seu juízo perfeito, bate numa mulher. Mas a bebida alcoólica, associada à paixão, leva a esse tipo de atitude, Deputado André Quintão. Não consigo conceber como a autonomia de um povo, de uma nação, é jogada na lata de lixo para atender aos interesses econômicos da Fifa - porque a Budweiser patrocina a Fifa, porque a Budweiser patrocina a Copa do Mundo. Estou me lixando para a Budweiser. O meu compromisso é com o povo de Minas Gerais; o meu

compromisso é com o que acredito na vida pública. Não estou aqui para defender interesse de cervejaria, estou aqui para defender aquilo em que acredito na vida pública.

Deputado André Quintão, vi a mudança do comportamento do torcedor nos estádios nesses anos. Quero dar aqui o meu testemunho como homem que está todas as semanas nos campos de futebol, não apenas pela paixão que tenho pelo esporte, mas pelo meu compromisso profissional. O Mineirão mudou, o Independência mudou, os estádios do Brasil mudaram sem a bebida alcoólica. Hoje os pais e as mães estão voltando para os estádios com seus filhos.

Deputado André Quintão, darei um dado estatístico a V. Exa. e gostaria que os colegas prestassem atenção nele antes de votar. De cada 10 atendimentos médicos no antigo Mineirão, 9 eram causados pelo excesso de bebida alcoólica. Repito: de cada 10 pessoas atendidas no Mineirão, 9 foram atendidas por causa relacionada com bebida alcoólica. Além disso, 90% dos incidentes no Mineirão - por exemplo, lesões corporais, brigas e quedas das arquibancadas, pessoas que quebravam braço e perna e sofriam lesões no rosto, assim como traumatismo craniano - eram gerados pelo abuso e excesso de bebida alcoólica. Portanto tudo isso ocorria devido ao excesso de bebida no estádio.

Essa realidade mudou. Não sei se algum colega teve a curiosidade de consultar a Ademg; a Minas Arena, no Mineirão; e a BWA, no Independência, para fazer o comparativo dos dados. Tive essa responsabilidade, Deputado André Quintão. Comparei os dados de antes, quando havia bebida, com os de hoje, em que não há. O número de incidentes nos estádios caiu em mais de 70%, assim como o registro de brigas, furtos, lesão corporal e acidentes no Mineirão. Será que precisamos andar para trás?

Concedo aparte ao Deputado André Quintão, que é um apaixonado pelos campos de futebol.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Nobre Deputado João Vítor Xavier, assim como fiz na quarta-feira, quero cumprimentá-lo. Considero que V. Exa. levanta dois aspectos importantes: essa interferência da Fifa na legislação federal e estadual para a realização de um evento e a queda ou não da venda de bebidas alcoólicas nos estádios.

Quanto ao primeiro aspecto, conforme disse na quarta-feira, considero que há pressão de uma entidade privada que chantageia os países apaixonados por futebol e que tem benefícios econômicos com o advento da Copa. Portanto esses países ficam reféns dessas exigências de uma entidade privada, pouco transparente, que utiliza métodos que muitos de nós condenamos para fazer valer seus interesses.

V. Exa. tem razão. Não considero correto que um país ou um Estado, a título de sediar um evento privado, atrepele legislações consolidadas. Esse é um aspecto sobre o qual devemos refletir. Algumas das exigências da Fifa não dizem respeito necessariamente ao objetivo maior do evento, assim como foi dito pelo Deputado Vanderlei Miranda. A Fifa exigir um campo em boas condições, com um gramado adequado, condições de transmissão do evento para o mundo inteiro e fazer até a propaganda dos seus patrocinadores é correto. Agora, há uma extrapolação quando se impõem normas do que pode ou não ser comercializado: quem já comercializa não pode mais comercializar e aquilo que não pode ser comercializado passa a poder ser comercializado. Concordo com os Deputados João Vítor Xavier e Vanderlei Miranda. Aliás, não foi por outro motivo que aprovamos também uma emenda que obrigará o Estado a fazer campanhas contra o trabalho infantil e a exploração e o turismo sexuais. Esse mesmo gringo que o Deputado João Vítor Xavier mencionou vem ao País, enche a cara e ainda corre o risco de explorar sexualmente crianças e jovens brasileiras. Então V. Exa. tem toda a razão.

Quanto ao mérito, considero esse um tema polêmico. Não serei também hipócrita. Sou frequentador assíduo dos campos de futebol e, juntamente com os nossos amigos, antes de irmos ao campo, tomamos a nossa cervejinha do lado de fora do estádio. Mas há dados estatísticos. Pessoas que estão acompanhando os acontecimentos e o número de eventos de violência dizem que, com a proibição, reduziu-se a violência nos estádios.

Contra fatos não há argumentos. Se essa medida está gerando mais paz nos estádios, ela tem de ser defendida, porque infelizmente nem todos tratam a cerveja como algo que dá prazer e alegria e que estimula o convívio. Infelizmente, existem exageros que levam a atitudes violentas. Penso que V. Exa. tem razão. O ponto principal é que algumas conquistas legais não podem ser suplantadas pelo interesse comercial da Fifa, que pode colocar a placa dessa empresa que V. Exa. mencionou e ter resultado em termos de “marketing” sem precisar necessariamente da venda de bebidas no estádio. Parabéns, como disse o Deputado Vanderlei, pela sua coragem em expor essa situação, mesmo sendo um projeto do governo, que V. Exa. apoia.

O Deputado João Vítor Xavier* - Muito obrigado, Deputado.

Vou conceder aparte ao Deputado Gustavo Valadares, mas antes quero dizer com muita clareza que essa questão suplanta qualquer nível de poder. A minha crítica se relaciona com a soberania nacional, passando pelo governo federal, pelo Senado, pela Câmara dos Deputados, pelos governos estaduais e municipais. Aí temos todos os partidos e segmentos envolvidos, quem é oposição aqui é situação lá, quem é situação lá é oposição aqui, e por aí vai.

Estou apresentando emenda, Deputado André Quintão, e faço um apelo aos nobres Deputados para que a aprovem. Temos de assumir a nossa condição: ou podemos sempre ou não podemos nunca. O que não podemos fazer é abrir a janela da incoerência. O que estamos fazendo na Copa do Mundo e na Copa das Confederações é abrir uma janela da incoerência. Se nós, povo brasileiro, povo mineiro, Deputado Gustavo Valadares, entendemos que podemos conviver com o álcool e o esporte juntos, que assumamos isso daqui para frente. Então, que se possa consumir álcool nos jogos do Campeonato Mineiro, na Copa do Brasil, no jogo do América de Teófilo Ottoni contra o Democrata de Valadares. Mas, se não se pode consumir álcool no jogo entre Atlético e Villa Nova no Independência, entre Cruzeiro e Tombense no Mineirão, também não se pode no jogo entre Espanha e Itália, entre Taiti e Japão nem entre Inglaterra e Alemanha na Copa do Mundo do ano que vem. Não somos piores, não somos inferiores; precisamos dar um basta na síndrome de cachorro pequinês do nosso povo.

Antes de conceder aparte ao Deputado Gustavo Valadares, quero ler a minha emenda, que considero a emenda da coerência: “O governo regulamentará a venda de bebidas de modo que se apliquem a todas as competições no Estado as normas válidas para a Copa das Confederações Fifa 2013 e para a Copa do Mundo Fifa 2014”. Essa é a emenda da coerência, e o governo do Estado vai dizer o que quer. Pode para os gringos, então pode também para os brasileiros. Quem vier de São João del-Rei vai poder tomar cerveja no



Mineirão, porque quem vem da Alemanha ou da Inglaterra pode tomar. Então, por que quem vem de Barbacena, Deputado Lafayette, não vai poder? Temos de explicar isso ao nosso povo. Por que o gringo pode encher os copos de cerveja no Mineirão e o meu amigo Zé, que está ali, grande frequentador do Mineirão, não pode tomar a sua cerveja? Ou podemos todos ou não pode ninguém. Essa é a minha emenda. Faço um apelo aos nobres colegas para votá-la e aprová-la no Plenário desta Casa nesta tarde.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado João Vítor, agradeço-lhe o aparte. Serei muito breve. Não pretendo entrar na discussão do mérito. Se a bebida traz como consequência de seu consumo a violência nos estádios, essa é outra discussão, que já cansei de fazer e continuarei fazendo nesta Casa, mas em outros momentos.

Neste momento, peço atenção dos Deputados e das Deputadas. O que está em jogo aqui não é a permissão da venda de bebidas durante a Copa. É uma palavra dada, um acordo feito pelo nosso país, quando se colocou como pré-candidato a receber a Copa do Mundo de 2014, Deputado André. Mais uma vez, peço que os Deputados e as Deputadas prestem bastante atenção ao que estou dizendo. Não estou aqui entrando no mérito da discussão se a bebida é boa ou ruim dentro dos estádios. Todos os que estão aqui sabem da minha opinião, e vou discuti-la e defendê-la até quando perder minha voz.

O Deputado João Vítor Xavier* - O que é legítimo, obviamente, diga-se de passagem.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Claro, mas o que está em jogo aqui não é isso, Deputado. O que está em jogo aqui foi aquilo que nós brasileiros combinamos com a Fifa antes de sermos escolhidos...

O Deputado João Vítor Xavier* - Mas nós quem, Deputado? Eu não combinei isso com ninguém.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - V. Exa. não votou na Presidenta ou no Presidente da República?

O Deputado João Vítor Xavier* - Nessa que está aí eu não votei.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Então, por causa disso, ela não é sua Presidenta? Ela é nossa Presidenta.

O Deputado João Vítor Xavier* - Então ela deveria ter regulamentado isso lá.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Vou chegar ao ponto, Deputado.

O Deputado João Vítor Xavier* - Se ela nos deu autonomia para regulamentar, vou votar de acordo com a consciência do meu mandato, e não de acordo com a consciência dela.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado João Vítor Xavier, vou chegar ao ponto. Primeiro, não foi a Presidenta Dilma que fez isso. Isso foi feito no mandato do Lula. Ela não teve a coragem de assumir e de referendar um acordo que o Brasil fez lá atrás, porque para ser pré-candidato a receber a Copa... E é bom que isso fique claro para a população entender. Se hoje temos as obras do BRT, gostemos ou não, elas estão aí acontecendo e trarão benefícios à Belo Horizonte por causa da Copa. Se temos investimentos nos maiores estádios do País, gostemos ou não, eles foram feitos por causa da Copa, porque se não houvesse Copa aqui em 2014, não haveria Mineirão, Maracanã, Fonte Nova reformados e por aí afora. Não teríamos BRT na Cristiano Machado, na Pedro I e na Antônio Carlos, não teríamos nada disso. Mas vamos ter, não é Deputado Vanderlei? Isso nós vamos ter.

Agora estou dizendo que tudo isso foi feito e acordado, se não me engano, em 2006, 2005, 2004, por aí. E o Brasil concordou. A Fifa disse: para aqueles que querem se candidatar à sede da Copa do Mundo, estão aqui os requisitos. Entre eles constava isenção de impostos para - como se chama isso? - movimentações e pagamentos da Fifa, relativos à Copa do Mundo. O Brasil disse lá atrás: "Eu concordo". Venda de bebidas nos estádios durante os eventos Copa das Confederações e Copa do Mundo, o Brasil disse: "Concordo". Isto, aquilo, e não sei o que mais, o Brasil disse: "Concordo". Então o que está em jogo agora não é questão de soberania, mas a palavra, o compromisso, o acordo que nós, brasileiros, assumimos com a Fifa. E depois de acordado, aos quarenta e cinco do segundo tempo, por causa de uma questão pontual, queremos mudar a regra? Essa é a minha opinião.

Concordo com o Deputado Vanderlei que sobre a venda de bebidas cabe uma discussão muito maior que essa. Podemos ficar por 5, 6, 7, 8, 10 horas, discutindo isso aqui. Eu defendendo a minha posição, e ele defendendo a dele. Mas o que está em jogo é o acordo que foi feito entre o Brasil e a Fifa lá atrás, antes de o Brasil ser escolhido para sede da Copa.

O Deputado João Vítor Xavier* - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Com todo o respeito que V. Exa. merece, pois o tenho como um Deputado sério, correto, competente e trabalhador, gostaria de dizer-lhe que quem fez esse acordo que o cumpriu. Eu, Deputado João Vítor Xavier, não fiz esse acordo. Já que a Presidenta da República, autoridade máxima deste país, achou por bem passar a decisão de regulamentar isso para as Assembleias Legislativas dos Estados, não posso votar conforme acordos que outros fizeram no passado. Tenho de votar de acordo com a consciência do cidadão, do homem público e do parlamentar que aqui está. Tenho de votar de acordo com o que acredito. E o que eu acredito, Deputado Vanderlei, é que estamos sendo incoerentes.

Apresentei a minha emenda, que servirá para discutirmos o que queremos para o nosso país.

Se pode para a Copa do Mundo, deve poder para tudo; se não pode para a Copa do Mundo, não pode hora nenhuma. Minha emenda é a da coerência - "pau que dá em Chico deve dar em Francisco". Se nós, como homens públicos, permitirmos que um estrangeiro tenha em nosso país direitos que nós não temos, não somos dignos de viver aqui. Duvido que um alemão se prive de algum direito e o dê ao estrangeiro. Duvido que um norte-americano se prive de algum direito e o dê a um estrangeiro.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputado João Vítor Xavier, mais uma vez, parabéns pela sua coragem e lucidez. Mas a minha pergunta é: V. Exa. recebeu uma cópia desse acordo tão falado e propalado aqui?

O Deputado João Vítor Xavier* - Eu cumpro os acordos que faço. Na vida pública faço muitos acordos, porque ela é feita de acordos, mas não me cobrem cumprir os acordos que não fiz.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Da mesma forma acontece comigo. Não tomei conhecimento de acordo algum, não chegou nenhum acordo para mim, e se foi feito algum acordo sem que as Casas Legislativas, a quem foi passada a responsabilidade, ou a irresponsabilidade... Porque responsabilidade será se não aprovarmos a venda da bebida alcoólica, e irresponsabilidade será se aprovarmos essa venda para atender uma exigência da toda poderosa Fifa, que é um poder acima de todos os poderes da Terra, que tem inclusive isenção de pagamentos de impostos, como já foi dito. E tem um voluntariado trabalhando de graça para uma entidade que fatura bilhões e bilhões ao redor do mundo.



Meu Deus, parece que é um privilégio para nós! Aliás, eles trabalharam de tal forma no imaginário dos dirigentes de futebol pelo mundo afora que se tornou um privilégio sediar uma Copa do Mundo. É tanto privilégio que nós queremos ser isentos de tudo e não vamos respeitar lei alguma. E ainda mais: queremos que os Estados aprovem leis, segundo as nossas exigências. Meu Deus, onde está a nossa soberania? Bem colocou V. Exa.

O Deputado João Vítor Xavier* - Estamos jogando na lata do lixo a nossa construção histórica. Quero bater em outro ponto: a venda de ingressos para os estudantes. É um desrespeito com tantos e tantos que militaram durante toda uma vida por esse direito.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Deputado João Vítor Xavier, acompanhava atentamente todas as observações dos parlamentares que me antecederam. Quero apenas cumprimentar o Deputado Gustavo Valadares por uma lembrança, a de que neste momento não devemos discutir nesta Casa, mas, sim, em uma etapa posterior, a venda ou não de bebidas alcoólicas. Se a bebida gera violência é um debate que irá se alongar por muito tempo. Entendo a posição de V. Exa. É como se diz: “Se liberar agora, libere depois”. Essa é a minha posição.

O Deputado João Vítor Xavier* - Ou se proibir agora, proíba depois.

O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)* - Sou favorável. Fui um dos signatários, juntamente com o Senador Aécio e o ex-Presidente Lula, quando os governos estaduais se comprometeram com a Fifa a cumprir e a honrar uma série de obrigações. Os brasileiros não podem dar esse exemplo, o de não cumprirem os termos do compromisso que assinaram. Todos nós, em sua consciência, a partir do momento em que o Brasil se dispôs a receber a Copa do Mundo, tivemos de aceitar essas imposições da Fifa.

Então, peço que deixemos a etapa da venda para depois. Entendo a posição de V. Exa. e a respeito - e imagino que V. Exa. da mesma maneira. Sou contra a proibição, sou a favor da liberação da bebida nos estádios. Então, vamos votar para mostrar ao mundo que os brasileiros honram os seus compromissos.

O Deputado João Vítor Xavier* - Obrigado. Encerro, dizendo que está apresentada a nossa emenda. E mais uma vez digo: é a emenda da coerência, ou podemos sempre, brasileiros e estrangeiros, ou não podemos nunca, nem brasileiros nem estrangeiros. Americano, alemão, inglês não dão ao próximo o direito que ele não tem. Não podemos fazer isso no nosso país. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, estou aqui com o projeto de lei em mãos. Gostaria, antes de tecer qualquer comentário, de falar sobre o presente projeto de lei, que se encontra distribuído para apreciação, a cujo conteúdo qualquer Deputado tem acesso. Como talvez alguém não tenha tido a tranquilidade de lê-lo, gostaria de trazer aqui uma parte importante dele, Deputado Arlen Santiago, que diz o seguinte: “Em maio de 2007, o governo brasileiro, endossando a proposta da Confederação Brasileira de Futebol de sediar a Copa do Mundo de 2014 no Brasil(...)”.

Senhoras e senhores, peço sua atenção. Observem bem, na oportunidade, o Presidente da República encaminhou ao Presidente da Fifa, Sr. Joseph Blatter, uma carta na qual afirmava: “Todas as garantias emitidas pelos órgãos do governo brasileiro à Fifa, em relação à proposta, submetida à Confederação Brasileira de Futebol, para sediar as competições são válidas, bem como foram assinadas incondicionalmente pelas autoridades governamentais que possuem a competência para afirmá-las. O governo federal se compromete, perante a Fifa, a adotar todas as medidas e, caso seja necessário e de acordo com a Constituição, aprovar ou solicitar ao Congresso Nacional, às autoridades estaduais ou municipais, que aprovem todas as leis, decretos, portarias ou regulamentos nacionais, estaduais ou municipais que possam ser necessários para assegurar o cumprimento de todas as garantias governamentais emitidas pelos órgãos do governo brasileiro à Fifa para, dentro do possível, permitir a realização do evento”.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, eu particularmente sou contrário à venda de bebida nos estádios. Tenho para mim que a proibição, Srs. Deputados, da bebida alcoólica nos estádios diminuiu a violência. Essa é a minha opinião pessoal.

O Brasil, há oito anos, pleiteou à Fifa ser sede da Copa do Mundo. Copa do Mundo é um evento privado, pertencente à Fifa, Como também é o Axé Brasil, o Festival de Parintins e tantos outros. O dono do evento vende ingressos. O evento Copa do Mundo pertence à Fifa. É um evento internacional, do qual participam delegações de vários países.

A Fifa chamou os países e disse que aquele que quisesse ser sede, o que para ela era uma alegria, deveria obedecer a algumas condicionantes. Uma delas era que fosse liberada bebida alcoólica nos estádios. O Brasil, lá atrás, quando pleiteou, afirmou à Fifa que queria a Copa do Mundo no Brasil e que concordava com essas condicionantes.

Não vale mais a opinião pessoal do Deputado Lafayette de Andrada, que acha que não deveria vender bebida, mas o Brasil concordou. A Fifa disse que faria a Copa no Brasil, desde que aceitasse essas condições. Se o Brasil não quisesse, outros países queriam, e a Fifa faria a Copa em outros países, sem problema nenhum. O Brasil afirmou que queria a Copa. O Presidente Lula, à época, assinou o acordo. Essa é a questão.

Quando foi ser votada a Lei Geral da Copa em Brasília, competia ao governo federal normatizar isso em lei. O governo federal quis lavar as mãos e empurrar para cada Estado essa normatização. Isso não é lei de Estado. É Copa do Mundo, acertada pelo governo federal.

Cada Estado está votando a sua lei complementar à lei federal da Copa. Está aqui a nossa lei, que permite a venda de bebidas alcoólicas nos eventos da Copa do Mundo. Serão quatro jogos no Mineirão. Queremos jogos da Copa do Mundo no Mineirão ou não? Essa é a questão. Não se trata de proibir ou não proibir, ou de saber se a Fifa é maior que as nossas leis. Não é isso.

Anteriormente, a Fifa havia falado: “Aceito fazer a Copa no Brasil se concordarem com as minhas condições. Se não concordarem, não a realizaremos aí”. E o Brasil respondeu: “Concordamos”. Então, a pergunta que estamos votando é a seguinte: queremos os jogos da Copa do Mundo no Mineirão ou não queremos? É essa questão que estamos votando. Se decidirmos agora que a soberania nacional é mais importante, porque temos acordos e leis que avançaram muito e que impedem a venda de bebida alcoólica nos estádios, então vamos fazer isso valer. “O.k.”. Assim, estaremos dizendo: “Não queremos os jogos da Copa do Mundo no Mineirão”. No dia seguinte, a Fifa comunicará ao Mineirão, à Minas Arena e ao governo de Minas que não haverá mais jogos da Copa do Mundo aqui. Os três ou quatro jogos que aconteceriam neste Estado serão distribuídos. Um irá para o Maracanã, o outro para Brasília e o

outro para o Rio Grande do Sul. E o acordo está acabado. Não temos de votar aqui a minha opinião pessoal. Particularmente, concordo com a postura do Deputado Vanderlei Miranda e com a de outros Deputados. Acho que não deveríamos vender bebida alcoólica. Mas não estamos falando disso. Queremos ou não queremos o evento? Essa é a pergunta.

Na minha opinião, o povo brasileiro quer a Copa do Mundo no Brasil e o povo mineiro quer os jogos da Copa do Mundo no Mineirão. Se votarmos que não aceitaremos o acordo estabelecido pela Fifa, estaremos dizendo que não queremos a Copa do Mundo no Mineirão. Essa é a questão. Compete aos senhores Deputados ter isso em mente. O que está sendo votado aqui não é nenhuma queima de acordo ou postura pessoal. Volto a insistir que, pessoalmente, sou contra bebida alcoólica nos estádios, mas quero, sim, os jogos da Copa do Mundo no Mineirão, por isso votei favorável. Fui relator e votarei favorável. Eu quero e acredito que o povo também quer a Copa do Mundo no Brasil. Essa é a questão.

Deputado Duarte Bechir, muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Duarte Bechir - Só um momento. Vou concluir a fala que interrompi quando concedi aparte ao Deputado Lafayette.

Em 30 de maio de 2007, o Comitê Executivo da Federação Internacional de Futebol nomeou o Brasil como anfitrião. Pois bem. Em 31 de maio de 2009, a Federação Internacional de Futebol anunciou que Belo Horizonte seria uma das sedes da Copa, como forma de oficializar a disponibilização do Mineirão para sediar os jogos da Copa das Confederações e da Copa de Mundo de 2014. O nosso Governador Anastasia firmou com a Fifa o “stadium agreement”, acordo que estabelece as diretrizes e os compromissos relacionados ao estádio.

Vejam bem, senhoras e senhores, o que diz o parágrafo seguinte da lei: “Dentre os compromissos firmados pelo governo do Estado, estão o de outorgar à Fifa, exclusivamente, os direitos de mídia e de 'marketing' e os de comercializar e distribuir produtos de consumo, dentre eles, comidas e bebidas no interior do estádio”. Queremos rasgar um acordo que foi feito. O governo federal disse: “Quero a Copa do Mundo no Brasil”. E o governo de Minas se manifestou: “Quero o Mineirão para sediá-la”.

De acordo com a Fifa, a Copa do Mundo seria no Brasil. Ela autorizaria os jogos no Mineirão, se tudo estivesse de acordo com as normas que precediam a sua realização. O governo de Minas disse que os mineiros queriam a realização dos jogos aqui. Então o Mineirão foi reformado. E hoje a Assembleia vai manifestar se quer, ou não, a realização dos jogos em Belo Horizonte, porque temos um acordo, nobres companheiros, senhoras e senhores Deputados.

O Deputado Lafayette de Andrada talvez tenha sido hoje muito mais feliz em suas palavras do que eu, ao afirmar que não estamos votando hoje a liberação de bebida. Isso, à época, já havia sido objeto de análise do Presidente da República e do nosso Governador.

Quero dizer que o governo do Estado afirmou que Minas Gerais precisava sediar a Copa, e o Mineirão está pronto. Agora, se não quisermos que a Copa seja realizada aqui, é melhor reunir a Comissão de Esporte e informar que os Deputados, legítimos representantes do povo, vão ao Governador para dizer-lhe: “Governador, nós, Deputados, achamos melhor não realizar a Copa em Minas Gerais, porque não estamos de acordo com o compromisso que os governos federal e estadual fizeram”. Não estamos votando liberação de bebida.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. V. Exa. está sendo muito feliz na sua manifestação equilibrada, como é a dos políticos reconhecidos de Minas Gerais.

Deputado, aproveitando a Copa do Mundo, vimos aqui o jogar para a torcida. Normalmente é assim. Vimos isso acontecer em Brasília. A Presidente da República não quis votar a liberação da bebida e transferiu a responsabilidade para outros. Ela jogou para a torcida: “Não é comigo, é com as assembleias. Se as assembleias querem, que votem isso”. E passou a decisão para as assembleias. Da mesma forma, ouvimos isso aqui nesta tarde. Nunca vi uma irresponsabilidade tão grande do PT e do PMDB - são partidos irresponsáveis -, porque eles têm o governo federal. Fizeram um acordo, não o honraram em Brasília e aqui também não. Eles são os primeiros a jogar para a torcida: “Não aceitamos isso”. O Líder do PMDB me disse: “Você vai votar com a Oposição nesse projeto?”. Quer dizer, são PT e PMDB que estão votando contra o acordo deles com a Fifa. Tudo isso para jogar com a torcida, para os torcedores, como jogaram aqui a tarde inteira.

Eles fizeram um bloco e estão falando no endividamento de Minas Gerais. Fiz questão de levantar o assunto. A Portaria nº 89, de abril de 1997, tratou do endividamento dos Estados. Deputado Duarte Bechir, Minas Gerais é praticamente letra A, é um Estado reconhecido - estou com todos os relatórios -, recebeu grau de investimento. Minas Gerais é um Estado que pode se endividar. A Portaria nº 89/97, do Ministério da Fazenda, estabelece que quem estiver endividado acima da arrecadação não pode receber empréstimo. O governo federal emprestou dinheiro ao Rio Grande do Sul. Sabe o percentual da receita do Rio Grande do Sul que está comprometido em relação ao endividamento? São 200%. Esse Estado é Letra D. Tem as letras A, B, C e D. Repito: o Rio Grande do Sul é letra D.

Ouvimos aqui muitos dizerem que Minas Gerais está quebrada, endividada, e que não aceitavam esse acordo, que quebra a autonomia e a governabilidade, enfim, quebra tudo. Eles é que fizeram o acordo. Eles é que estão reforçando a questão do endividamento ao emprestar dinheiro ao Rio Grande do Sul. É impressionante a posição de Minas Gerais, em relação a outros Estados, no gráfico de endividamento. Vale a pena mostrar o traço.

Deputado Duarte Bechir, Minas Gerais é esse ponto mais baixo no gráfico. Aqui está Minas Gerais. Os Estados governados pelo PT e PMDB estão no alto. E eles vêm aqui falar dessa forma. Ora, que eles não cumpram o acordo que o PT e o PMDB fizeram com a Fifa. Não querem cumprir, ótimo, não se vota o projeto. É demais chegar impunemente à tribuna e dizer que Minas Gerais está fazendo acordo com a Fifa.

Minas Gerais não tem sequer autonomia para isso. Quem discute com os organismos internacionais é o governo federal, e não o Governador Antonio Anastasia. Perguntaram ao Deputado João Leite: “Você vota com a Oposição nesse projeto? Você vota com o PMDB e o PT?”. Eles fizeram acordo com a Fifa e querem dizer agora que o governo do Estado, que a base do Governador Antonio Anastasia está implantando a bebida nos estádios. Mas o PT e o PMDB, representados pelo Presidente Lula, foram lá e disseram: “O.k.’, nós aceitamos o que a Fifa está dizendo. Não poderá haver propaganda num raio de 2km dos estádios, poderão vender bebida alcoólica”. Foram eles que construíram esse entendimento, e não o Governador Anastasia, e não a Assembleia Legislativa de Minas



Gerais. Agora querem dizer que o PT e o PMDB estão garantindo a autonomia do Brasil, de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa e não aceitam a votação como está sendo feita, jogam para a torcida. Ninguém é bobo! Todo o mundo lê, todo o mundo sabe, Deputado Bechir. Parabéns! Basta ler o projeto, como V. Exa. fez.

Teremos uma decisão neste Plenário. Dizem que, se votarmos contra o acordo, estaremos votando com o PMDB e o PT, com o bloco que construíram. Se votarmos a favor do acordo, votaremos contra o povo de Minas Gerais, porque derrubaríamos a autonomia brasileira, a autonomia de Minas. Ninguém aguenta tantas coisas. As pessoas não são burras. Isso é tratá-las com desprezo. Quem faz acordo internacional é o governo federal. E o PT e o PMDB não tiveram a coragem de votá-lo em Brasília. Agora querem transferi-lo para os Estados. Parabéns, Deputado Duarte Bechir!

O Deputado Duarte Bechir - Muito obrigado. Peço a compreensão dos nobres pares para que possa continuar o meu raciocínio. Os apartes têm sido longos, e eu gostaria de concluir a minha opinião. Depois concederei apartes.

Certo. Concederei aparte a V. Exa. O Deputado Lafayette, com muita clareza, e o Deputado João Leite exemplificam a situação, dando-nos a oportunidade de voltar nossos pensamentos a 2007. Temos aqui a base do governo e a Oposição, constituída pelos partidos que apoiam a Presidente, especialmente o PT e o PMDB, do Vice-Presidente Michel Temer. Hoje, o que a Presidente teria de cumprir com o povo brasileiro é delegado às assembleias legislativas. Em contrapartida, esperava-se que os seus representantes nos Estados... Vejo o Deputado André Quintão sempre fazendo um debate muito pautado pelo que realmente podemos e devemos. O Deputado Ulysses Gomes me disse agora há pouco: "Deputado Duarte, votei na comissão e votarei aqui. A minha posição é pela manutenção da venda de bebida, porque isso é definido como obrigação". Francamente, eu não esperava por isso.

Entendo e respeito a posição do Deputado Vanderlei Miranda. Como todos nós sabemos, antes da palavra "Deputado", temos o Pastor Deputado Vanderlei Miranda e, por questões ideológicas e religiosas, ele tem a concepção de que não deve dar o voto favorável. Compreendo-o, mas não a manifestação política organizada partidariamente. Essa não compreendo. Algumas posições individuais e os líderes religiosos que temos aqui têm de ser respeitados; no entanto, movimentações partidárias de quem lá atrás se comprometeu para que estivéssemos aqui aprovando o projeto no dia de hoje, não compreendo. Talvez devesse buscar lá no interior da minha consciência motivos para que eu pudesse entender essa atitude. Pergunto a mim mesmo: Duarte Bechir, você vota a favor da liberação de bebidas? Respondo a você de Minas Gerais que me vê, do Norte, do Sul, do Leste, do Triângulo, da região Central: sim, porque o Presidente Lula disse lá atrás que iria nos conceder a Copa, liberando a bebida nos estádios. Minas Gerais se credenciou para sediar a Copa dizendo que também concordava, como o Presidente Lula, com aquilo que ficou pactuado com a Fifa. Minas se inscreveu para sediar o evento e, na época, quem estava no governo era o Senador Aécio Neves.

Hoje, na hora de votar, o que a Presidente Dilma disse? Vou desfazer, e o compromisso que o Senador manteve, também não vou cumprir. Pergunto: esse meu posicionamento é coerente? O do Deputado Vanderlei Miranda é, e até o entendo. Compreendo-o. Está justificado. Mas, no meu caso, é diferente. Temos diferenças aqui na Casa e temos de respeitar cada uma delas. Porém, não compreendo a movimentação, orquestrada partidariamente, que está se formando em torno do tema. Gostaria de compreender isso. Se temos divergências pessoais e se algo que está acontecendo na Casa não está me fazendo feliz, não utilizarei o meu voto para quebrar um acordo feito pelo Presidente e pelo Governador de Minas. Não farei isso.

Então, senhoras e senhores, em nenhum momento quero repreender qualquer um aqui. Não tenho esse direito. Mais uma vez digo que é louvável a situação do Deputado Vanderlei Miranda, ou melhor, do Pastor Vanderlei Miranda. Entendo-o, mas não quero e não consigo entender como a situação orquestrada politicamente pode chegar a esse termo no dia de hoje.

Espreme um minuto só, Deputado Alencar da Silveira Jr. Ainda temos 6 minutos e meio. Concederei aparte a V. Exa.

Temos em mãos o projeto de lei. É muito clara a situação em que nos colocamos aqui. Veja bem: (- Lê:) "Dentre os compromissos firmados pelo governo do Estado, estão o de outorgar à Fifa exclusivamente os direitos de mídia e 'marketing', de comercializar e distribuir produtos de consumo, dentre eles bebidas". Vejam, senhoras e senhores, foi um compromisso, e, se não quiséssemos a Copa em Minas Gerais, poderíamos ter optado lá atrás. No entanto, não foi isso que Minas Gerais solicitou, mas, sim, a realização da Copa.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado, fico muito tranquilo quando falam sobre venda de bebida alcoólica no Mineirão. O primeiro projeto que entrou nesta Casa proibindo a venda de bebida alcoólica - V. Exa. ainda não estava nesta Casa - no Mineirão foi do Deputado Alencar da Silveira Jr. Ele não foi aprovado porque não passou nas comissões naquele tempo. Vejo hoje que a proibição educou o povo brasileiro. Os novos estádios merecem os novos tempos, e nada melhor que um projeto meu que está nesta Casa. Passada a Copa do Mundo, porque acho que aí acabou, os Deputados Vanderlei Miranda e João Vítor Xavier e quem é contra vão espernear. E será aprovado. Nesta Casa, nesta tarde, não foi aprovado, mas a base do governo é forte e aprovará um projeto que, nada mais, nada menos, é um acordo que foi feito não por mim, mas pelo governo federal, a partir do momento em que queríamos a Copa do Mundo no Brasil.

Acordo não é para se quebrar, é para ser cumprido. Se o Lula fez o acordo lá e estava esperando tomar uma cerveja dentro do Mineirão, do Maracanã, estarei ao lado do Lula e votarei pela aprovação do projeto, com tranquilidade. Fui eu o primeiro autor do primeiro projeto nesta Casa - vamos olhar nos anais da Casa.

Pensamos no futuro, como pensei agora, no caso da telefonia. Trouxe para cá o problema da telefonia, fiz uma comissão, mostrei, fiz uma discussão nacional, e hoje a Casa está implantando uma telefonia celular. Está vendo? O Deputado Alencar da Silveira Jr. criou a TV Assembleia. Quando subi àquela tribuna e falei que precisávamos criar uma TV mostrando o trabalho aqui, os Deputados daquela época, 20 anos atrás, diziam que o Deputado Alencar da Silveira Jr. era doido. Hoje está aí, uma realidade, um sucesso.

Estamos pensando no futuro, e pensando assim faço um apelo a esta Casa: que, passada a Copa do Mundo, voltemos à discussão da bebida nos estádios modernos, na modernidade que foi implantada no Brasil, num Independência moderno, num Mineirão moderno. Poderemos fazer como é feito no Primeiro Mundo. Teremos TV, Deputado, cerveja, bebida alcoólica nos primeiros 45 minutos, no primeiro tempo da partida de futebol. A pessoa chegará ao Mineirão antes do jogo e comerá um tropeiro, tomará uma cerveja e terá oportunidade de fazê-lo em todo o primeiro tempo. Acabou o primeiro tempo, vem o intervalo, e a pessoa toma a cerveja. Quando começar o segundo tempo, os bares serão lacrados, fechados, ali não se venderá mais nada, não se venderá cerveja, refrigerante.



Ficará proibida a venda de cerveja. Quem estiver naquele foguinho no estádio, no Mineirão, na hora em que for embora, já terá acabado. Isso acontece na modernidade nos estádios do mundo, Deputado.

Srs. Deputados, em todo o mundo acontece a venda de cerveja nos 45 minutos iniciais. É a solução para o Brasil, porque modernizamos. Estamos levando essa discussão à esfera nacional, como estamos levando a unificação das eleições no Brasil - chega de eleição todos os anos, por causa dos gastos feitos -, como estamos levando também a CPI da telefonia, que Belo Horizonte e Minas farão. Gostaria, Sr. Presidente, que, passado o período da Copa do Mundo, pudéssemos voltar à discussão.

Para finalizar, gostaria de me explicar ao Deputado Vanderlei Miranda e contar com o voto dele: da mesma forma como acho que se deve proibir a bebida alcoólica no último tempo nas partidas de futebol, como é feito no Primeiro Mundo, Deputado Duarte Bechir, entendo que Belo Horizonte, Minas Gerais e o Brasil já passaram da hora de proibir a venda de bebida alcoólica nos grandes "shows", em todos os "shows" nos 45 minutos finais. Na última hora de qualquer "show" de qualquer artista, não se vende bebida alcoólica nos grandes estádios das grandes nações. Deu certo lá, pode dar certo aqui, como deu certo lá a venda de bebida alcoólica no primeiro tempo. Agora, o acordo que o Lula fez é o acordo que deve ser mantido por esta Casa.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Deputado Duarte Bechir, primeiro, preciso agradecer a delicadeza e o respeito com que V. Exa. se referiu a mim e à minha posição pela não liberação da bebida alcoólica nos estádios, no caso específico, no Mineirão.

O que eu gostaria, Deputado Duarte Bechir, é que me fosse mostrado onde, nesse acordo, a Fifa exigiu a venda de bebida alcoólica. O projeto fala de bebidas; não está claro que se trata de bebida alcoólica. Portanto, há uma subjetividade e subliminaridade. Não posso também, perdoe-me o Deputado João Leite, aceitar o que disse a respeito do PMDB, que está jogando para a galera, porque, na verdade, em primeiro lugar, estou mostrando a minha firme posição como parlamentar. Em segundo lugar, estou dando também uma satisfação do meu trabalho, do meu mandato ao segmento responsável pela minha eleição e que, tenho certeza, pensa como eu. O que não posso é aceitar que tudo que fizemos nesta tarde foi jogar para a galera, mesmo porque o meu colega e irmão Deputado João Leite pediu aparte e não discutiu o assunto, simplesmente discutiu as dívidas do Estado, não deixando clara a sua posição em relação à bebida.

Agora, fala-se muito em acordo. Então, gostaria que me fosse apresentado, Deputado Duarte Bechir, esse acordo em que a Fifa exigiu que a bebida alcoólica fosse liberada nos estádios. E mais, se os outros não se acharam competentes para legislar sobre a questão e nos foi transferida a responsabilidade, isso não quer dizer que tenhamos de concordar com o que não temos conhecimento. Isso não quer dizer que temos de aprovar, em nome de um acordo que não conhecemos. Nem sabemos se a Fifa fez tal exigência, prova é que o art. 7º fala de bebidas, mas não diz qual, já que refrigerante e água também são bebidas.

Apresento, então, uma emenda - espero que a Casa seja solidária à aprovação dela - em que acrescento após a palavra "bebidas" a expressão "não alcoólicas". Essa é a única coisa que altero no art. 7º, porque não está claro de que bebida se trata. Não vou suprimir o art. 7º porque está falando de comida também. Não tenho nada contra, sou totalmente a favor de quase todo o projeto, de 99,99% dele. Deputado Duarte Bechir, sou contra apenas 0,01%. Voto pela inclusão, após a palavra "bebidas", dos termos "não alcoólicas". Obrigada.

O Deputado Duarte Bechir - Respondendo ao Deputado Vanderlei Miranda, a Fifa manda ao governo de Minas as considerações a serem feitas sobre a competição.

O art. 3º diz o seguinte: "Não se aplicam às competições as normas estaduais que disponham sobre distribuição, venda, publicidade, propaganda ou comércio de alimentos e bebidas no interior dos locais oficiais de competição".

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Bebidas.

O Deputado Duarte Bechir - Como não especifica que é uma, subentende-se que são todas. Isso é claro.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - "O.k.". Então, o acréscimo de "não alcoólicas" define...

O Deputado Duarte Bechir - Entendi, mas vai contrariar o que a Fifa estabeleceu. A norma está aqui.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Não. Vamos continuar vendendo bebidas nos estádios, Deputado.

O Deputado Duarte Bechir - Entendo a preocupação de V. Exa., Deputado.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)* - Só que bebida não alcoólica.

O Deputado Duarte Bechir - Entendi. Estamos cumprindo a determinação da Federação Internacional de Futebol.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. Apenas para corroborar a sua manifestação, queria dizer que a patrocinadora da Fifa é uma empresa de bebida alcoólica. Então, é claro, subentende-se que quem assinou foram o PT e o PMDB. Não fomos nós da base do Governador Antonio Anastasia. Quem fez esse acordo foram PT e PMDB.

Estou inscrito para discutir, mas queria que a discussão se desse com muitas pessoas aqui.

Quero dizer ao meu irmão Vanderlei Miranda que eu, com 20 anos como atleta, seguidor de Jesus Cristo, sou totalmente contrário à bebida alcoólica. Só que me posicionei aqui, em relação especialmente a um Líder que me questionou, contrariamente à quebra de um acordo que Minas Gerais fez. Quero discutir com V. Exa. depois. Esse acordo é mundial. Todas as vezes em que há uma Copa do Mundo, há um acordo com o país, se não, ela não acontece, Deputado Vanderlei Miranda.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/6/2013, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções n^os 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa n^os 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Bernardo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N^o 5/2013

N^o DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 7/2013

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 1^o/7/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa prestadora de serviço de locação de veículos flex.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, n^o 94, 5^o andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 10 de junho de 2013.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.